



DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE JANEIRO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da apresentação de requerimentos e de respostas a alguns outros

Em declaração política, a Sr^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes), a propósito das catástrofes naturais recentemente ocorridas na América Latina e na Europa, chamou a atenção para as alterações climáticas e para as propostas apresentadas pelos ecologistas com vista a reduzir a poluição e a destruição do ambiente. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Manuel Queiró (CDS-PP), José Eduardo Martins (PSD) e Joaquim Matias (PCP). Entretanto, em interpelação à Mesa, a Sr^a Deputada Natalina Moura (PS) deu conta da decisão tomada pela Comissão de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente de convocar o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território para um debate sobre os problemas relacionados com as alterações climáticas.

O Sr Deputado António Filipe (PCP) condenou a actuação da Administradora-Delegada da Amascultura por inviabilizar este projecto cultural criado pelas Câmaras Municipais de Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço, responsável, nomeadamente, pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, tendo respondido, no final, a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Menezes Rodrigues (PS) e Rui Gomes da Silva (PSD).

O Sr Deputado Pedro da Vinha Costa (PSD) criticou o Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária (Narciso Miranda) por não se ter demitido da sua função de

Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e o Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna (Fernando Gomes) pela nomeação do Dr Joaquim Couto para Governador Civil do Porto. No final, deu explicações ao Sr Deputado Manuel dos Santos (PS), que exerceu o direito regimental de defesa da consideração da bancada, e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Silvio Rui Cervan (CDS-PP) e Vítor Caio Roque (PS).

Ordem do dia. — Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n° 21/VIII — Violência contra a mulher na família — «crime público» (altera o artigo 152º do Código Penal, revisto pela Lei n° 65/98) (BE) e 58/VIII — Reforça as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência (PCP), que foram aprovados, e do projecto de resolução n° 21/VIII — Concretização de medidas de protecção das vítimas de violência doméstica (CDS-PP). Proferiram intervenções os Srs Deputados Luis Fazenda (BE), Odete Santos (PCP), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), Sónia Fertuzinhos (PS), José Sousa e Silva (PSD), Isabel Castro (Os Verdes) e Francisco Louçã (BE). Foi ainda aprovada uma proposta de substituição, apresentada pelo PS, da parte deliberativa do projecto de resolução n° 21/VIII, tendo intervindo sobre o assunto os Srs Deputados Luis Marques Guedes (PSD), José Magalhães (PS) e Paulo Portas (CDS-PP).

Foi discutido, também na generalidade, o projecto de lei n° 28/VIII — Criação da área metropolitana de Leiria (PSD), tendo intervindo os Srs Deputados Ferreira do Amaral (PSD), Vicente Merendas (PCP), José Miguel Medeiros (PS), Maria Celeste Cardona (CDS-PP) e Margarida Gariso (PS).

Entretanto, foi aprovado o projecto de resolução n.º 12/VIII
— Sobre o aumento de formandos na área da saúde (PCP),
bem como a proposta de alteração, apresentada pelo PCP,
relativa aquele diploma.

Foi também aprovado um requerimento, apresentado pelo CDS-PP, de baixa as Comissões de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente, de Educação, Ciência e Cultura, de Saúde e Toxicodependência e de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para nova apreciação sem votação na generalidade, do projecto de lei n.º 23/VIII — Relocalização distrital dos serviços desconcentrados da administração central (PSD). Sobre o assunto e sob a forma de interpelação à Mesa, usaram da palavra os Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), João Moura de Sa (PSD), Luís Fazenda (BE), Basílio Horta (CDS-PP) e José Junqueiro (PS).

Foram ainda aprovados, na generalidade, os projectos de lei n.º 35 VIII — Programa de redução dos gastos com medicamentos (PCP) e 37/VIII — Criação de farmácias públicas e medidas para o desenvolvimento e racionalização do Serviço Nacional de Saúde (BE) e a proposta de lei n.º 7/VIII — Estabelece normas sobre a cooperação entre Portugal e os Tribunais Penais Internacionais para a ex-Iugoslávia e para o Ruanda.

A proposta de lei n.º 5/VIII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos, foi também aprovada na generalidade, bem como um requerimento, apresentado pelo PS e PSD, de baixa à 1.ª Comissão, para votação na especialidade, da referida proposta de lei.

Mereceram aprovação seis pareceres da Comissão de Ética, cinco denegando autorização a quatro Deputados, um do CDS-PP, dois do PS e um do PCP, a serem ouvidos como arguidos e um autorizando um Deputado do PS a prestar depoimento, por escrito, em tribunal.

Deu-se ainda conta do parecer n.º 1-VII — Autorização para o exercício de funções docentes (Comissão de Ética).

Finalmente, na generalidade, foi discutido o projecto de lei n.º 18/VIII — Estatuto do mecenato para a vida (CDS-PP). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Paulo Portas (CDS-PP), Maria José Campos (PS), Fátima Amaral (PCP), Basílio Horta (CDS-PP), Maria Luisa Vasconcelos (PS), Ana Maria Manso (PSD), Francisco Louçã (BE), Isabel Castro (Os Verdes) e José Magalhães (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 25 minutos.

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão

Eram 15 horas e 30 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco José Pinto Camilo
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânia
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luis Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey CapUCHO
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnaçāo
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa

Pedro Manuel Cruz Roseta
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Pedro Miguel de Santana Lopes
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP).

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Augusto Melcior Rodrigues
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinal Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Fernando Carlos Almeida Pésinho
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai proceder à leitura do expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, foram apresentados na Mesa diversos requerimentos.

Na reunião plenária de 5 de Janeiro de 2000 ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Natalina Moura, Bruno Vitorino e Bernardino Soares, ao

Ministro da Presidência e ao Ministério do Equipamento Social, formulado pela Sr.ª Deputada Maria Ofélia Moleiro; ao Ministério do Planeamento, formulado pelo Sr. Deputado José Cesário, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pela Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, aos Ministérios da Saúde e da Economia, formulados pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho, aos Ministérios da Administração Interna e do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulados pela Sr.ª Deputada Luisa Mesquita, a diversos ministérios, à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e ao STAPE, formulados pelo Sr. Deputado Rodeia Machado; aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade, da Administração Interna e ao Governo Civil de Coimbra, formulados pelo Sr. Deputado Francisco Louçã, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, a diversos ministérios e à Câmara Municipal de Leiria, formulados pela Sr.ª Deputada Isabel Castro.

Na reunião plenária de 6 de Janeiro de 2000 ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs. Deputados Carlos Santos, Fernando Jesus, Adão Silva, António Nazaré Pereira, Vicente Merendas e Luís Fazenda, a diversos ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Jovita Ladeira, ao Ministério da Cultura, formulados pelos Srs. Deputados Joaquim Sarmento, António Abelha e Maria Celeste Cardona, ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Hermínio Loureiro, ao Ministério da Economia, formulados pelos Srs. Deputados Luís Cirilo e Natália Filipe, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pela Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Rosado Fernandes, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e à Câmara Municipal de Loures, formulados pelo Sr. Deputado Pedro Mota Soares, ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados João Amaral e Bernardino Soares.

Na reunião plenária de 7 de Janeiro de 2000 ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Mota Amaral, ao Ministério da Saúde, formulados pelas Sr.ªs Deputadas Ana Maria Manso e Lucília Ferra, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr. Deputado Melchior Moreira, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulados pela Sr.ª Deputada Fátima Amaral.

O Governo respondeu a diversos requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

No dia 10 de Janeiro de 2000 Bernardino Soares, no dia 30 de Setembro de 1999, Manuela Aguiar, Lino de Carvalho, Luisa Mesquita, Bruno Vitorino, Lucília Ferra e Francisco Louçã, nas sessões de 3 e 25 de Novembro e 9 de Dezembro de 1999, Agostinho Lopes, na sessão de 18 de Novembro de 1999, Mota Amaral, na sessão de 19 de Novembro de 1999, Vicente Merendas, na sessão de 26 de Novembro de 1999, Octávio Teixeira e Francisco Louçã, no dia 30 de Novembro de 1999, Honório Novo, na sessão de 3 de Dezembro de 1999, Heloísa Apolónia, no dia 6 de Dezembro de 1999.

O Sr. Presidente — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro, para uma declaração política.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados Escassas semanas depois do debate agendado por Os Verdes sobre alterações climáticas, debate esse, como se recordarão, que o Governo, de modo lamentável, se encarregou de boicotar, entre outros motivos, porque continua sobre tão grave problema com pouco para dizer e sem medidas a acrescentar, a violência das catástrofes ocorridas na Venezuela e no Brasil e das tempestades em França, nos últimos dias do ano, veio colocar de novo a mudança do clima na ordem do dia, como problema político inadiável. E veio pôr em evidência uma realidade cuja soma de sinais inquietantes nenhum governo responsável pode ignorar.

Sinais de «revolta da natureza» traduzidos numa dramática herança de mortes, de violência e de destruição sem paralelo de equipamentos e bens. Uma destruição que, só em França, se saldou por mais de 270 milhões de árvores abatidas.

Sinais de que as alterações climáticas não são uma ficção, são uma realidade que não conhece fronteiras e que se transformaram numa dramática rotina, globalmente ameaçadora.

Uma rotina que está a provocar a ruptura no equilíbrio dos ecossistemas, a ameaçar a saúde, a qualidade de vida das pessoas, o ambiente no quotidiano, a ameaçar, de modo imprevisível, o bem-estar e a segurança de pessoas e bens e a pôr em risco o futuro.

Estes factos exigem pensar a longo prazo e, precisamente por isso, reclamam decisões no imediato, modos de pensar e de organizar diferentemente a sociedade no plano da energia, dos transportes, da floresta, do ordenamento do território.

Propostas que nós, ecologistas, de há muito defendemos e que, neste combate, em Portugal, assumimos com carácter prioritário, que têm de traduzir-se em novas opções nos transportes e no ordenamento do território.

Decisões que consideramos que não podem permanecer adiadas no sector dos transportes, um dos que mais pesadamente contribui para o efeito de estufa em Portugal, logo, para o aquecimento global.

Os transportes rodoviários são responsáveis directos pelo efeito de estufa, pela poluição que provocam. Poluição essa que, nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, constitui já um sério problema de saúde pública e exige uma resposta política inadiável, face aos inquietantes diagnósticos que regularmente são publicados, como o estudo divulgado pela Quercus, esta semana, sobre o problema e as suas causas já identificadas.

Um problema que requer respostas integradas que invertam a situação e se traduzam numa política de apoio e de verdadeira promoção do transporte público. Através de medidas coordenadas, da criação de sistemas multimodais, de uma política de tarifários atractiva, de um serviço que corresponda aos padrões de conforto, rapidez e qualidade que os cidadãos reclamam e a que têm direito, medidas que são decisivas para influenciar as suas atitudes e as suas escolhas diárias.

Medidas, neste caso, que dão resposta a problemas nacionais mas também a compromissos europeus assumidos no quadro da Conferência de Quioto.

Compromissos que a experiência recente evidencia haver toda a vantagem em não adiar, como se prova com a pressão inútil do Ministério da Economia sobre a Comissão Europeia para alargar os prazos de aplicação, à Petrogal, da Directiva *Auto-Oil*. Uma pretensão totalmente inútil, como se veio a verificar há dias, e que vai obrigar a resolver hoje, mais caro e à pressa, o que, com vantagem, se deveria ter decidido e preparado antes.

Decisões políticas que tardam igualmente quando se fala de ordenamento do território e, muito em particular, do litoral português. Um litoral que, a manter-se a pilhagem e o ritmo de destruição que nos últimos anos o tem assaltado, terá certamente os seus dias contados com as alterações climáticas, tendo em conta os estudos já feitos, designadamente pela Universidade do Algarve, e a avaliação dos prejuízos que os consentidos abusos destes anos já provocaram. Abusos com reflexos no processo de erosão, na destruição e no recuo da linha do litoral, bem como, naturalmente, no bolso dos indefesos contribuintes portugueses que sempre são obrigados a pagar as reparações.

Abusos no litoral cujo fim se exige, e que importa, com clareza, ver o Governo e o Ministro da tutela assumir, não com palavras, que delas começamos a estar fartos, mas com actos que lhes dêem autenticidade, conteúdo, sentido.

O sentido que, na entrevista do Sr. Ministro José Sócrates ao *Público*, em Novembro último, se parecia desenhar, ao identificar erros e ao analisar, de forma muito crítica, a intervenção do seu próprio Governo, declarações que, designadamente, aludiam à necessidade de que «Todos os projectos com direitos adquiridos devem ser analisados caso a caso (...) Em todos os planos de ordenamento que estão a ser feitos as orientações devem ser de prevalência dos valores ambientais (...) Contenção das áreas urbanas e urbanizáveis deve ser feita».

Necessidades de um sentido novo que, lamentavelmente, se não descontinam no estafado anúncio da semana passada de «verbas, mais verbas para o litoral». O anúncio que repete pela décima vez (ou será já a décima primeira?) o que a sua colega Elisa Ferreira há muito tinha anunciado. O anúncio, que soa a conversa antiga, não responde a nenhuma das questões colocadas há muito por Os Verdes e pelos ecologistas deste País, sobre o futuro do nosso litoral.

Um litoral que, para nós, é um bem e um património público que não pode ser gerido como coutada privada, vendido a retalho, ocupado ilegalmente, perante o silêncio, a omissão ou o já «tradicional» deferimento tácito do Governo, do Ministério ou dos seus múltiplos serviços.

Um litoral, Sr. Ministro José Sócrates, em que pouco mais se faz do que eternizar esperas por planos que pouco têm vindo a acrescentar, para além do inevitável estacionamento para automóveis, planos que se atrasam para que a especulação urbanística se adIANTE e imponha o facto consumado, como é usual, planos que, com minúcia, se detêm na «formiga» e se esquecem sistematicamente do «elefante», num litoral que requer, em tempo útil, prova da exacta dimensão do significado do fim do reinado dos direitos adquiridos, como era afirmado naquela entrevista, o que quer dizer, quando se fala em direitos adquiridos, direitos que muitas vezes se têm

permitido esgotando o tempo, porque se encontravam ainda em fase de aquisição.

Respostas para problemas que não se podem ficar pelas palavras duras, mas que sejam capazes de se traduzir em decisões firmes, lúcidas, que não temam, como é usual e já foi reconhecido, beliscar os grupos de interesse instalados.

Respostas para o Algarve, designadamente no Sotavento, com as construções ilegais e irregulares em dunas primárias, na Manta Rota, na praia Verde, para os projectos que se avizinharam para a Meia Praia. Respostas para o escândalo das construções na foz do rio Arade, em Portimão. Respostas muitas, também, para os projectos do Parque Natural da Ria Formosa. Respostas para o litoral alentejano. Respostas para o Parque Natural Sintra-Cascais, agora que o respectivo plano de ordenamento está em revisão — e não só para evitar a ira da Comissão Europeia —, que não viabilizem projectos de construção no Raso e no Abano. Respostas para as construções que se multiplicam em torno da lagoa de Óbidos. Respostas para os planos na lagoa da Vela, sobre o sistema dunar na Figueira da Foz e em terrenos da REN. Respostas, já agora, também para o norte — e são muitas as situações que importaria clarificar —, nomeadamente quanto a construções em Labruje, em Vila do Conde, também elas em zona dunar.

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados As questões que colocamos são nossas, mas reflectem preocupações que, seguramente, são de muitos outros que connosco as partilham.

São perguntas que temos o direito de fazer, como é dever do Governo dar-lhes resposta. Uma resposta que permita perceber qual vai ser o nosso futuro. Uma resposta que, certamente, ajudará a desvendar o mistério do constante afastamento daqueles — e, agora, na semana passada, foi no Parque Natural da Ria Formosa —, daqueles, dizia, que, aos interesses e aos negócios de alguns, tentam sobrepor a aplicação da lei e os interesses da comunidade. Respostas que, porventura, permitirão talvez evitar estarmos perante «entradas de leão e saídas de sendeiro».

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os seguintes Srs. Deputados Manuel Queiró, José Eduardo Martins e Joaquim Matias.

A Sr.ª Natalina Moura (PS) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr.ª Deputada

A Sr.ª Natalina Moura (PS) — Sr. Presidente, através de V. Ex.ª, queria fazer chegar à Câmara o anúncio da aprovação que há momentos acabou de ser feita, em sede da 4.ª Comissão, no sentido de convocar o Sr. Ministro José Sócrates para vir falar-nos sobre todos estes problemas relacionados com as alterações climáticas.

Nessa ocasião, a Sr.^a Deputada Isabel Castro, tal como qualquer dos outros membros da Comissão, terá oportunidade de suscitar todas as questões que acabou de colocar relativamente a matérias que a preocupam e cuja preocupação também partilhamos.

O Sr. Presidente. — Fica registada a sua informação, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes) — É também para uma interpelação à Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, penso que o que foi decidido hoje na Comissão era algo que tardava. Recordo que o Grupo Parlamentar de Os Verdes pediu a realização de um novo debate de urgência sobre a matéria, uma vez que o anterior não se tinha realizado. Assim, já há dias que esperávamos uma iniciativa por parte do Sr. Ministro para vir à Comissão. Como tal não aconteceu, fomos nós que propusemos essa vinda, sob pena de continuar a tardar.

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró, para formular o seu pedido de esclarecimento

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, é óbvio que não se trata de fazer agora o debate que não conseguiu fazer-se no outro dia, por muito boas razões que a Sr.^a Deputada compreenderá e que não vale a pena relembrar. Era um caso de emergência e o Sr. Ministro do Ambiente insiste em «despejar» a incineração dos resíduos perigosos, nos centros urbanos do centro do País.

Passo, então, a comentar a sua intervenção

Sr.^a Deputada, as cheias ocorridas na Venezuela podem provocar em nós muitas reflexões sobre a nossa política interna e a Sr.^a Deputada centrou as suas na contribuição portuguesa com vista à adopção de políticas correctas de prevenção dos problemas de alteração climática a nível mundial e na defesa do litoral português.

Não é essa a opinião da nossa bancada. Penso que as cheias ocorridas na Venezuela devem provocar nos portugueses uma reflexão sobre a necessidade de políticas de ordenamento do território.

Não cremos que, na Venezuela, esteja a chover mais do que é habitual, pensamos é que, como, aliás, os próprios responsáveis venezuelanos recentemente alertaram, se permitiram demasiadas construções nos leitos de cheia e, também, a impermeabilização das linhas de água.

Pela nossa parte, entendemos que é sobre estes aspectos que os portugueses devem reflectir, até porque estamos numa cidade, Lisboa, onde a impermeabilização das

linhas de água já provocou problemas muito agudos de cheias em meio urbano, cheias que se repetirão inevitavelmente se não forem seguidas as políticas recomendadas, nomeadamente por alguém que já fez parte do sistema político, como o Arquitecto Ribeiro Teles, o qual continua sistematicamente a chamar a atenção para este problema e a sublinhá-lo.

São necessárias políticas correctas de reposição das linhas de água, é preciso impedir a sua continuada impermeabilização, que continua a ser feita na área da Grande Lisboa, e, em relação a todo o território nacional, é preciso continuar com uma política correcta de impedir as construções em leitos de cheia.

Ora, gostaria de ter visto a Sr.^a Deputada, a propósito das cheias na Venezuela, centrar a discussão em torno destas questões vitais.

Eram estas as questões que queria colocar-lhe para suscitar da sua parte uma reflexão sobre esta matéria.

O Sr Presidente — Sr.^a Deputada Isabel Castro, tem a palavra, para responder

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr. Deputado Manuel Queiró, evidentemente que se eu falo da questão do Brasil, da Venezuela ou da França, faço-o porque, como bem sabe, nós estamos perante um problema e um fenómeno que não tem fronteiras, portanto, está a acontecer em todo o lado, e quando acontece com maior violência vem provar que há disfunções no clima.

Segundo aspecto quando eu ligo a minha intervenção às questões do ordenamento do território, particularmente no litoral, significa isto que percebo o que é que correu mal na Venezuela e percebo o que é que corre mal em Portugal. Porque se nós construímos em zonas de risco e se, por exemplo, andamos a fazer propaganda de defesa do litoral não tendo em conta cartas de risco, obviamente que não se percebe o que é que se anda a fazer. Anda a enganar-se aqueles que têm pouca informação sobre o assunto, mas, seguramente, não se anda, de forma séria, a prevenir a repetição de erros que em Portugal já aconteceram, que, como bem sabe, já aconteceram no Algarve, em Vale de Lobo, e quem pagou esses prejuízos, de que beneficiaram só alguns quando foram construídos, foi o senhor, fui eu e foram todos os contribuintes portugueses, que viram uma parte significativa do «bolo» do Orçamento do Estado servindo precisamente para pagar erros que alguns autorizaram.

O Sr Presidente — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado José Eduardo Martins.

O Sr José Eduardo Martins (PSD) — Sr Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, muito brevemente, gostava de dizer, em nome da bancada do PSD, o que, aliás, já fiz pessoalmente, que saudámos a iniciativa oportuna de ter trazido a Plenário o debate das alterações climáticas e só não voltámos a introduzir o tema depois do exercício desrespeitoso do Sr. Ministro por esta Câmara — em que, se calhar, por nada ter a dizer, nada disse sobre a matéria,

fugindo para o assunto da co-incineração, onde, aliás, também não disse muito — por não ter sido oportuno

Assim, saudamos a oportunidade com que Os Verdes voltam a reintroduzir, nesta Câmara, este debate, que é, para quem se preocupa com as questões do ambiente, manifestamente, um debate importante no próximo século

Basta lembrar que se esperamos, nos próximos 100 anos, um aquecimento global na terra idêntico ao que tivemos nos 15 000 últimos, desde a última glaciação, quem não quer discutir este problema ou quem não tem estratégia para o atacar é porque não pensa muito sobre o assunto

A propósito da intervenção do Sr Deputado Manuel Queiró, gostava também de dizer que, se calhar, em França e na Bélgica — onde, tristemente, a vossa intervenção ganhou sentido com os acontecimentos do mês passado — não terá sido por especial deficiência do ordenamento do território que as questões se colocaram e, portanto, a problemática das alterações climáticas é bem mais vasta

Quanto à política do Governo, basta ver o que faz em matéria de portagens para ver para onde vai

Quando o Partido Ecologista Os Verdes suscitou o debate, procurei reler o que se tinha dito na Assembleia há dois anos atrás sobre o assunto, depois da discussão do Protocolo de Quioto, tendo verificado que a então Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, anunciou à Câmara a constituição de uma comissão interministerial para o estudo das alterações climáticas. Ora, passados dois anos, procurei e não vi qualquer documento, pelo que lhe queria perguntar, na sua qualidade de Deputada que se preocupa particularmente com estas questões, se conhece algum trabalho dessa comissão

Por outro lado, também tenho procurado saber que iniciativas é que o Governo português tem tomado para tornar vinculativo, mais que não seja, o Acordo de Burden Sharing, que foi negociado entre os países comunitários *ad latere* da negociação de Quioto, e também não vi qualquer iniciativa nessa matéria. Assim e para terminar, gostaria também de lhe perguntar, dado que é especialista na matéria, se conhece alguma, porque eu, do Governo, conheço a iniciativa do costume, ou seja, nomeada a comissão, está resolvida a questão

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Deputado José Eduardo Martins, já tinha registado, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, quando suscitámos a necessidade de um novo debate de urgência, que quer o Grupo Parlamentar do PSD quer o Grupo Parlamentar do PCP foram favoráveis à sua realização, porque assumiram que, efectivamente, ele não tinha ocorrido e tinha sido esvaziado

Em relação à questão que coloca sobre a comissão que referiu, e foi precisamente essa a nossa preocupação no debate de urgência que há cerca de dois anos Os Verdes aqui suscitaram e que foi realizado, é que estamos perante uma situação grave, complexa, que não é linear, e continuamos a fazer políticas de «papel», ora, com políticas de «papel» a questão não se resolve!

A única coisa concreta que temos é o anúncio do Governo da ratificação do Protocolo da Conferência de Quioto. Mas o protocolo não esgota o problema e, naturalmente, não serve para alívio de consciência.

O Sr Presidente — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, pretendia pedir-lhe que, de vez em quando, fizesse uma intervenção pedagógica, para que alguns Deputados com menos experiência nesta Casa não usassem pedidos de esclarecimento para fazerem interpelações a outros Deputados que não têm figura regimental para responder, até para evitar um abuso disparatado da defesa da honra relativamente a questões em que a honra não está envolvida

O Sr Presidente — Sr Deputado, quem me dera que fosse assim tão fácil conseguir esse resultado!

Os partidos, em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, comprometeram-se, todos eles, a não fazer um uso impróprio da figura da interpelação, mas, a partir dessa promessa, não mudou rigorosamente nada. Vamos continuar a fazer um esforço pedagógico.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Matias

O Sr Joaquim Matias (PCP) — Sr Presidente, Sr^a Deputada Isabel Castro, V Ex^a, trouxe aqui um problema importantíssimo sobre as alterações climáticas, sobre os crimes ambientais e, de facto, também nós concordamos que esse assunto está insuficientemente debatido. Mas, além de ele estar insuficientemente debatido, há questões que já se conhecem perfeitamente e que são atentados ou mesmo crimes ambientais e, por vezes, não são tomadas as medidas necessárias e adequadas para os evitar

Ao referir e enumerar algumas dessas situações na orla costeira, não pude deixar de me lembrar da recente questão na Aldeia do Meco, em que uma decisão administrativa se tenta sobrepor a todos os planos e instrumentos de gestão territorial, designadamente contraria o estipulado na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional, no Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Sesimbra e até em qualquer plano que se possa fazer relativamente à orla costeira

Ora, pensamos que, nestas questões, mais do que o debate, é necessário agir e agir de imediato. Nesse sentido, apresentámos nesta Assembleia, na semana passada, um projecto de lei para que as decisões administrativas não se possam sobrepor aos instrumentos de gestão territorial, evitando-se, desde já, a execução de verdadeiros atentados ambientais

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Deputado Joaquim Matias, não conheço e não estudei

o projecto de lei apresentado pelo PCP, mas parece-me que o objectivo que visa é fundamental. Estamos a viver num Estado que, com a cumplicidade total, que é o silenciamento, do Governo, tem dentro de si vários Estados, que são as administrações dos portos, são os interesses de especulação imobiliária, os quais que se sobrepõem a tudo aquilo que vise disciplinar e cumprir a lei Ora, isso parece-nos fundamental, pelo que julgamos que o Meco é uma das muitas questões em relação às quais o Governo tem algo a dizer. É uma situação particularmente complexa, mas o Engº José Sócrates só poderá ser responsável por um Ministério credível se os seus actos corresponderem às suas palavras.

Há muitos projectos além desse que referiu e eu posso referir outros, como, por exemplo, no Parque Natural de Sintra/Cascais, os projectos do Abano e do Raso, que têm de ser travados e têm condições para o ser Ora, é sobre todas essas questões em concreto, as que referi na minha intervenção e muitas outras que poderíamos multiplicar, que nós queremos saber qual é a posição do Governo, porque em muitas das situações não há tão pouco direitos adquiridos, há tempo que se esgota deliberadamente para que haja situações de facto consumado.

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos passar ao tratamento de assuntos de interesse político relevante. Inscreveram-se os Srs Deputados António Filipe e Pedro da Vinha Costa, pelo que, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados. O Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, normalmente conhecido por Teatro da Malaposta, foi criado há mais de 10 anos pelas Câmaras Municipais de Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço, no âmbito da Amascultura, e constitui uma referência cultural incontornável não apenas para a área da Grande Lisboa, onde tem desenvolvido a sua actividade, mas para o próprio panorama teatral nacional.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Ao longo da sua existência, o CDIAG levou à cena 45 produções teatrais e realizou 1742 espectáculos, que foram vistos por 158 883 espectadores. Por ai passaram peças dos melhores autores nacionais e mundiais, com uma qualidade geralmente reconhecida, e muitos dos melhores actores e encenadores portugueses.

O enorme valor desta companhia não foi apenas reconhecido pela crítica ou pelos demais entendidos, mas também pelo público em geral, que em grande número acorreu às numerosas representações da Malaposta, seja no belíssimo Centro Cultural que a Câmara Municipal de Loures construiu em Olival Basto, seja nos Recreios Desportivos da Amadora, no Cine-Teatro D João V, da Damaia, ou nas mais de 50 localidades a que o CDIAG levou as suas produções.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Acontece porém que logo após as últimas eleições autárquicas, que alteraram a correlação das forças políticas em vários municípios (incluindo na Amadora e em Vila Franca de Xira), algumas declarações dos novos responsáveis autárquicos vieram pôr em causa o projecto da Amascultura, suscitando justa inquietação junto de todos os que se preocupam com a actividade cultural, e, particularmente, com a oferta teatral de qualidade no nosso país.

Sabemos hoje, lamentavelmente, que essas ameaças foram cumpridas. A actual Administradora-Delegada da Amascultura, indicada pelo Presidente da Câmara Municipal da Amadora, não tem tido outro objectivo, desde o início das suas funções, que não seja o de paralisar e destruir o CDIAG, recorrendo a métodos absolutamente inqualificáveis.

Vozes do PCP — É um escândalo!

O Orador — Para a Administradora-Delegada da Amascultura, vale tudo: intromissões incríveis nas competências do director artístico da companhia e imposições quanto à escolha de actores da sua simpatia pessoal, paralisação das actividades da companhia teatral desde Julho de 1999, promoção de um clima permanente de intriga, de suspeição, de intimidação e de despedimentos arbitrários.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — É uma vergonha!

O Orador — perseguição sistemática de todos os que trabalham na Malaposta em função das suas simpatias partidárias, reais ou simplesmente suspeitadas, prática sistemática da violação de correspondência pessoal do director artístico e de outros colaboradores e despedimento de uma funcionária que, na presença da Administradora-Delegada, se recusou a cumprir tão abjectas ordens.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — É inadmissível!

O Orador — despedimento de trabalhadores da Malaposta que se limitaram a assinar uma carta na qual se pedia uma reunião com a administração. Tudo culminando com o afastamento do actor e encenador José Peixoto da direcção artística da companhia, ao fim de um sórdido processo.

Nunca esteve em causa a capacidade técnica e artística de José Peixoto para dirigir o Teatro da Malaposta, de que era fundador. Por essa capacidade, respondem, não apenas um trajecto já longo e prestigiado no mundo do teatro, mas o próprio sucesso da companhia nos últimos anos. A demissão de José Peixoto não passa de um acto de perseguição política e de banditismo cultural.

Se o Sr Presidente da Câmara Municipal da Amadora tivesse indicado para administrador-delegado da Amascultura um qualquer coronel da censura os resultados obtidos não seriam mais devastadores nem os métodos seguidos seriam, porventura, mais piadosos.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP) — Exactamente!

O Orador — Após o afastamento de José Peixoto, afirmou a Administradora-Delegada da Amascultura, a quem a quis ouvir, que «na Amascultura acabou o teatro político»

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP) — Que vergonha!

O Orador — Sr Presidente, Srs. Deputados: Ficamos sem saber a que autores se refere a Sr^a Administradora Se se refere a Almeida Garrett, autor da primeira peça representada pelo CDIAG, se a Gil Vicente, se a Moliére, se a Goldoni, se a José Cardoso Pires ou a Aquilino Ribeiro, se a Arthur Miller, se a Tchecov, ou se a William Shakespeare Mas se estes autores, que o CDIAG tão bem levou à cena, são demasiado políticos para o gosto da actual responsável pela Amascultura, tudo leva a crer que as próximas peças venham a ser escritas pelo Sr Joaquim Raposo ou pela Sr^a D^a Maria da Luz Rosinha, caso em que serão seguramente mais despolitizadas

Vozes do PCP — Exactamente!

Protesto do PS

O Orador — Como já se temia, a Administradora-Delegada da Amascultura não foi nomeada para o cargo para prosseguir a prestigiada acção cultural deste mérito projecto intermunicipal, mas mais propriamente para domesticar politicamente as suas actividades, nem que para isso tivesse de recorrer às atitudes mais caceteiras, como foi o caso

Desde os primeiros tempos da sua gestão que se percebia que os autarcas do PS eleitos na Amadora e em Vila Franca de Xira não morriam de amores pela Amascultura Porém, sempre se esperou, porventura ingenuamente, que, embora não estivessem muito vocacionados para a área cultural, pelo menos não estragassem o que de positivo foi feito por gestões anteriores Só que, no caso da Amascultura, aconteceu o pior

Como escreveu recentemente no jornal *Público* o prestigiado actor e encenador Rui Mendes, a quem a Malaposta ficou a dever algumas das suas melhores realizações, num artigo significativamente intitulado *Comemorar Garrett, matar a Malaposta*, «o aparelho continua ocupado pelo comando terrorista Grande parte do equipamento já foi destruído () O que levou anos, meses, semanas, dias e horas de trabalho árduo a construir, é demolido por implosão num abrir e fechar de olhos () Que estranha forma de comemorar os 200 anos do nascimento de Garrett» E acrescenta ainda Rui Mendes «Já Garrett teve os maiores dissabores para conseguir deixar algumas pérolas a alguns menos limpos que o não mereceram»

Sr Presidente, Srs. Deputados Trazemos esta questão ao Plenário da Assembleia da República por entender que este órgão de soberania não pode permanecer indiferente perante um tão grave atentado às liberdades, à cultura e

ao teatro português Nesta mesma sala em que há tão pouco tempo foi solenemente assinalado o bicentenário de Almeida Garrett, sentimo-nos na obrigação de subir à tribuna para denunciar a destruição de um centro dramático que tem o seu nome mas que, mais do que isso, foi um incansável porta-voz de valores por que Almeida Garrett sempre se bateu.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado António Filipe, inscreveram-se os Srs Deputados Menezes Rodrigues e Rui Gomes Silva
Tem a palavra o Sr Deputado Menezes Rodrigues

O Sr Menezes Rodrigues (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados O problema posto desta maneira é a pior forma de servir a cultura onde quer que seja, particularmente nas autarquias, particularmente nos municípios que decidiram constituir uma associação para, de algum modo, implementar e implantar no terreno um equipamento cultural como aquele que a Amascultura devia ter tido

Provavelmente, o Sr Deputado não estará bem identificado com este problema e parecem-me perfeitamente inaceitáveis os termos com que se refere aqui aos eleitos dos municípios.

Protestos do Deputado do PCP Joaquim Mattos

Sr Deputado, estou a falar com conhecimento de causa,

Vozes do PCP — Nós também!

O Orador — . estou a falar como destinatário desta intervenção!

O Orador — Devo dizer que sou vereador de uma câmara municipal que está envolvida neste processo da Amascultura e é mau que os senhores tenham posto um comissário político a fazer cultura, durante anos, num equipamento cultural ao serviço de toda

Protestos do PCP

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio para o Sr Deputado se possa fazer ouvir em condições normais É vossa obrigação

Faça favor de continuar, Sr Deputado

O Sr João Amaral (PCP) — Quando falamos em cultura «rapam da espingarda»!

O Orador — Sr Deputado, não temos medo!

O Sr João Amaral (PCP) — Medo?!

O Sr Presidente — Os Srs. Deputados estão muito excitados Façam favor de serenar

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados Assistimos a um processo que, realmente, não pudemos aceitar Fomos tratados, pelo director artístico, nuns termos — tem uma terminologia que, de facto, não conheço —, nós, os eleitos, pelo facto de termos questionado a questão da política cultural que aconteceu naquela associação cultural.

A Sr^a Luisa Mesquita (PCP) — Por isso violaram a correspondência e as normas internas?¹

O Orador — Não pudemos admitir tal situação e, pela minha parte, devo dizer que votarei contra o apoio financeiro para sustentar uma situação como aquela. É bom que as coisas sejam clarificadas, é bom

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — E a violação da correspondência e das normas internas? Não sabe!

Orador — Esse problema é com os tribunais, não o conheço!

É bom que a situação se clarifique, que os interesses em presença, em particular os do povo, os da região e dos municípios servidos pelo equipamento, se resolvam de uma forma tranquila e inteligente, mas com respeito por todos os intervenientes no processo

Não admito, pelo menos no meu município, que um funcionário da área da cultura, do equipamento, ponha em causa todos os eleitos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por conseguinte, Sr Presidente, é bom que tenhamos respeito por todos

Aplausos do PS

O Sr João Amaral (PCP) — Muito mal!

O Sr Presidente — Sr Deputado, havendo mais um orador inscrito para pedir esclarecimentos, V Ex^a deseja responder já ou no fim?

O Sr António Filipe (PCP) — No fim, Sr Presidente

O Sr Presidente — Então, tem a palavra o Sr Deputado Rui Gomes da Silva

O Sr Rui Gomes da Silva (PSD) — Sr Presidente. Sr Deputado António Filipe, se não tivéssemos percebido muito bem as suas palavras, a intervenção do Sr Deputado António Menezes Rodrigues quase que justificaria completamente as razões que o levaram a falar da tribuna. É que com a intervenção do Sr Deputado António Menezes Rodrigues mais se agravou a situação e mais ficou o PSD convencido de que o que o Sr Deputado aqui disse é, de facto, verdadeiro

Sr. Deputado António Filipe, vou para além da sua intervenção sabemos do caso do Teatro Nacional D Maria II, mas há um outro, também relacionado com uma câmara

municipal do Partido Socialista, que é o Teatro Experimental do Porto,

Vozes do PCP — Uma vergonha!

O Orador — o qual, neste momento, teve de mudar-se para um município governado por um autarca do PSD, o Dr Luís Filipe Menezes E porquê? Porque a Câmara Municipal do Porto, com a vereadora da cultura, com o Sr Ministro da Cultura, etc., não arranjou nem instalações nem condições de funcionamento para o que lá se passava

Portanto, desafiava não só o Teatro da Malaposta como o Teatro Nacional D Maria II, o Teatro Experimental do Porto e tantos outros teatros nos quais se vê a política cultural do actual Ministro da Cultura — e, pelo que aqui se viu, o Sr Deputado Menezes Rodrigues tem condições para um dia chegar a Ministro da Cultura do PS — a irem mais longe do que a intervenção que acabou de proferir

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, começo pela questão colocada pelo Sr Deputado Rui Gomes da Silva, a quem quero dizer que estamos atentos e muito preocupados com as situações que referiu

O Grupo Parlamentar do PCP já fez requerimentos sobre uma das situações que referiu, a do Teatro Experimental do Porto, e acabou de receber uma delegação da Comissão de Trabalhadores do Teatro Nacional D Maria II. De facto, também estamos muito preocupados e atentos aos seus problemas e a toda uma situação muito grave que se está a desenhar no panorama teatral português

Quanto à questão do Teatro da Malaposta, abordada pelo Sr Deputado António Menezes Rodrigues, o Sr Deputado limitou-se a dizer que achava inaceitáveis os termos em que coloquei aqui a questão e que fossem postos em causa alguns eleitos. E eu devolvo-lhe a pergunta, Sr Deputado parece-lhe aceitável que alguém viole correspondência pessoal de pessoas que trabalham num serviço que compartilham? É aceitável que uma funcionária seja despedida porque disse à Administradora-Delegada que se recusava a violar correspondência pessoal de outras pessoas?²

O Sr António Capucho (PSD) — É uma vergonha!

O Orador — Parece-lhe aceitável que uma administradora-delegada, uma responsável por uma companhia teatral, diga «aqui acabou-se o teatro político», quando as peças que lá foram representadas eram de Gil Vicente, de Almeida Garrett, de Aquilino Ribeiro, de José Cardoso Pires e de Shakespeare?³ Qual é o teatro que essa Sr^a Administradora-Delegada pretende levar à cena no Teatro da Malaposta?

Isto parece-lhe aceitável, Sr Deputado?

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente e Srs. Deputados, para que possamos avaliar quem está, neste momento, à frente do Teatro da Malaposta, vou concluir lendo-vos o texto de um papel que foi afixado no Teatro da Malaposta e que se dirige aos tarefeiros para lá contratados

«Ser tarefeiro é ser prestável, ser responsável, dar uma imagem profissional, ter sempre um sorriso.

Risos

· não fazer grupinhos de convívio,

Risos

falar em tom moderado, ter uma postura irrepreensível, ajudar sempre que lhe for solicitado e ser a própria imagem da juventude portuguesa»!

Risos.

Vozes do CDS-PP — Lindo!

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Quem assina? O papel está assinado?

O Orador — Alguns dos Srs Deputados podem ter ouvido Mocidade Portuguesa, mas o que eu disse foi «juventude portuguesa»!

Enfim, ser o máximo!

Este papel foi distribuído a todos os tarefeiros do Teatro da Malaposta E eu pergunto acha que isto é aceitável. Sr Deputado?

O Sr Presidente — Queira terminar, Sr Deputado

O Orador — É esta a pergunta que deixo, Sr Presidente

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PSD

Protestos do PS

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

Srs Deputados, agradeço que serenem e façam silêncio para o Sr Deputado se fazer ouvir

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD) — Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados Muitas têm sido as vozes que denunciam o voraz apetite da clientela socialista por um «lugarzinho» na Administração Pública No fundo, trata-se de garantir um ordenado pago pelo erário público à «rapaziada» que trabalha para o PS

Aplausos do PSD.

Protestos do PS

O Sr Presidente. — Acabei de pedir aos Srs. Deputados que não fizessem barulho e, sobretudo,

não gritassem E gostava de não ter de lamentar ter perdido o meu tempo

Faça favor de continuar no uso da palavra, Sr Deputado

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Rcpita, repita!

O Orador. — Eu repito no fundo, trata-se de garantir um ordenado pago pelo erário público à «rapaziada» que trabalha para o PS

Protestos do PS

O Orador — E, apesar da revolta que a opinião pública sente perante o escândalo do assalto ao Estado pelo PS, os socialistas continuam imperturbáveis na sua acção devastadora

Assim sendo, pensava eu, confesso, que já estava tudo visto, isto é, que seria impossível demonstrar maior despudor do que aquele que o PS vem demonstrando Pensava assim, mas os factos demonstraram-me que estava errado

Na verdade, é possível ir mais longe no desprezo pelo mais elementar sentido de Estado E o PS e o seu Governo não deixaram os seus créditos por mãos alheias

Desde logo, na constituição do Governo verificaram-se fenómenos no mínimo curiosos

Não vos quero maçar com a descrição exaustiva de todos eles, mas sempre vou referir um dos mais elucidativos o Secretário de Estado Narciso Miranda que, ao entrar para o Governo, fez questão de deixar bem claro que é ele, e mais ninguém, o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, não renunciando ao seu mandato autárquico.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — E o Santana Lopes renunciou?

O Orador — antes o suspenderdo, gerando situações deveras confusas, quase hilariantes não fora a gravidade da situação, como a daquela visita do Sr Secretário de Estado ao concelho de Matosinhos, acompanhado dos autarcas em exercício de funções, que, visivelmente incomodados, viam os seus municípios dirigirem-se ao Sr Narciso Miranda como se ele fosse ainda o Presidente da Câmara

O Sr Francisco de Assis (PS) — Quer criticar os municípios?

O Orador — E o grave da história, Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados, é que os municípios tinham razão parafraseando Herman José, o Sr Narciso Miranda é que é o Presidente! Não só o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, mas também o Presidente da Federação Distrital do PS do Porto, condição em que fez uma conferência de imprensa para surzir no Presidente da Junta Metropolitana do Porto por este ter reunido com um Ministro, curiosamente o Ministro de que depende o Secretário de Estado que

acumula com a presidência da câmara municipal e da federação do PS.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Uma vergonha!

O Orador — Parece impossível, mas é verdade

O Sr. Francisco de Assis (PS) — Mas há algum impedimento?

O Orador: — Como parece impossível, e é igualmente verdade, que o Sr. Ministro em questão não tenha, de imediato, devolvido à câmara municipal respectiva o Sr. Presidente da Federação Distrital do Porto do PS

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para quem ainda tivesse dúvidas, ficou então bem claro que, para o PS, Governo e partido são mais ou menos a mesma coisa. Como ficou claro que para o PS vale tudo, mesmo tudo

Ora, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, na mesma linha, «acabadiño» de tomar posse como membro do Governo responsável pela Administração Interna, o Sr. Ministro Fernando Gomes foi nomear os governadores civis

E para o Porto, procurou, procurou, e não encontrou melhor que um autarca socialista,.. .

O Sr. João Carlos da Silva (PS) — Querias um social-democrata? Querias ser tu?

Risos do PS

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sinceramente, não sei que hei-de fazer que não seja, daqui a pouco, eu próprio ir-me embora e não assistir a este espetáculo! Estou farto de pedir que não gritem e deixem ouvir quem está no uso da palavra. Oiçam hoje os senhores, amanhã será a vez da parte contrária. Não é possível este espetáculo

Vamos respeitar quem usa da palavra e, no fim, façam as contestações, os pedidos de esclarecimento e as intervenções que quiserem, mas cada um de sua vez e podendo ser ouvido por todos os outros

Vozes do PSD e do CDS-PP — Muito bem!

O Orador. — E para o Porto, procurou, procurou, e não encontrou melhor que um autarca socialista, com imagem mais do que gasta, com a vantagem evidente de ter sido o campeão da luta contra a criação de um novo concelho no distrito do Porto, a saber, o concelho da Trofa

Na realidade, como todos concordarão, para governador civil, isto é, para representar o Governo no distrito, para velar pelo cumprimento das leis e regulamentos por parte dos órgãos autárquicos, nada melhor do que escolher quem fez tudo, mas mesmo tudo, para evitar que um dos concelhos do distrito existisse

E quando digo que fez tudo, sei do que estou a falar, nomeadamente do triste acto de rasgar os votos que expressavam a posição dos vereadores da Câmara Municipal de Santo Tirso sobre a criação do referido concelho, impedindo, assim, a confirmação de que o resultado anunciado era correcto, em face das legítimas dúvidas que surgiram perante a disparidade entre as posições anunciadas e o resultado apresentado

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Desde logo, tal nomeação não anunciaava coisa boa. E, de facto, está à vista que coisa boa não foi

O Sr. Governador Civil do Porto, Dr. Joaquim Couto, vendo os exemplos que vinham de cima — como é o caso que atrás citei do Sr. Secretário de Estado e Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e Presidente da Federação Distrital do Porto do PS e veremos se candidato a Presidente de mais qualquer coisa — e sentido-se impune por ter sido escolhido para um cargo que manifestamente, em face do demonstrado, nunca deveria ter ocupado, resolveu, também ele, dar um «arzinho da sua graça». E assim assistimos, atónitos, às declarações do Sr. Dr. Joaquim Couto, ontem reproduzidas pelo jornal *Público*.

Aí, o Governador Civil do Porto, apesar de a lei lhe atribuir competências e responsabilidades em áreas que estão intimamente ligadas às autarquias locais, veio disponibilizar-se para ser candidato a qualquer das 18 câmaras municipais do distrito do Porto. Isto é, não fosse dar-se o caso de algum município «ficar a chorar», o Sr. Governador Civil do Porto disse estar disponível para qualquer um deles, até o da Trofa, pasme-se! Tudo isto porque, esclareceu o Sr. Governador Civil do Porto, o que o move é o interesse do Partido Socialista

Quer dizer, para primeira declaração pública digna desse nome o Sr. Governador Civil do Porto não encontrou melhor do que afirmar a sua dedicação ao partido, a sua disponibilidade para servir o PS, a sua enorme vontade de arrumar com os presidentes de câmara que não alinham com os socialistas e o seu empenhamento na eleição dos seus camaradas em maiores dificuldades.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Uma vergonha!

O Orador. — Nada mau para um governador civil. Mas, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, tudo isto é demasiado triste e demasiado grotesco pelo que demonstra de arrogância e de falta de sentido de Estado

Acresce que o Sr. Dr. Joaquim Couto é Governador Civil do Porto, um distrito que esperaria mais — digo eu —, precisaria que o seu governador civil fosse mais uma voz a levantar-se na defesa dos interesses das suas gentes, a gritar bem alto que as carências daquele distrito são, no mínimo, tão importantes como as de qualquer outro, não se compreendendo, por isso, a forma desigual e injusta como são olhadas pelo Governo

Podia, e devia, o Sr. Governador Civil ter utilizado aquele espaço na comunicação social para relembrar ao Terreiro do Paço que, no distrito do Porto, a taxa de

desemprego continua a ser incompreensivelmente maior do que a média nacional

Podia, e devia, o Sr. Governador Civil juntar a sua voz às de tantas e tantas pessoas ilustres deste país, empresários, sindicalistas, autarcas, universitários, que lamentam e protestam contra o facto de o investimento no distrito do Porto não reflectir a riqueza que aí se produz

Podia, e devia, o Sr. Governador Civil ter aproveitado a ocasião para reivindicar acções concretas e eficazes na luta contra o flagelo da toxicodependência que martiriza tantas e tantas famílias também no distrito do Porto

No fundo, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, o Sr. Governador Civil podia ter honrado as tradições das gentes do Porto, o seu apego à liberdade, a sua permanente luta pela justiça, pelo trabalho, pela solidariedade

Infelizmente, o Sr. Governador Civil do Porto só respeitou uma das características das gentes do Porto a franqueza e a sinceridade

É pena que assim seja, mas vai ter uma utilidade, na medida em que vai servir para todos nós, todo o País, ficarmos a saber se o Ministro Fernando Gomes e o Primeiro-Ministro António Guterres olham para Portugal, para a Administração Pública, como uma extensão do PS

Se assim for, se para o Dr. Fernando Gomes não existirem quaisquer limites à voracidade socialista, então, tudo permanecerá igual, se assim for, se para o Engenheiro António Guterres tudo valer, incluindo fazer tábua rasa das obrigações que a lei impõe aos titulares de cargos públicos desde que seja para servir o PS, então, o Sr. Governador Civil do Porto continuará muito preocupado com o partido e nada com o distrito

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — E, com toda a certeza, outros exemplos se seguirão

Se, pelo contrário, como espero, ainda houver um pingo de vergonha, então, o Sr. Dr. Joaquim Couto estará hoje, neste momento, a arrumar a sua secretaria, porque terá já sido sumariamente despedido

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para defesa da consideração da sua bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. Presidente — Srs. Deputados faço a mesma observação de há pouco, agora, para outros azimutes. Tenham paciência mas têm de respeitar quer as injunções do Presidente quer quem está no uso da palavra

Faça favor, Sr. Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa, cada um faz as intervenções que deseja, de que é capaz e que

pode. V. Ex.ª fez uma intervenção primária, ao seu nível político e intelectual

Aplausos do PS

Protestos do PSD

Devo dizer-lhe que não tenho qualquer comentário a fazer à intervenção de V. Ex.ª Não conheço qualquer obra feita pelo ex-funcionário nomeado pelo PSD para o Instituto Português da Juventude, mas conheço muitas obras feitas por pessoas que V. Ex.ª tentou denegrir naquela bancada

Aplausos do PS.

A sua intervenção não merece, portanto, qualquer tipo de comentário. Aliás, já lhe disse uma vez Sr. Deputado, noutra contexto, e repito-lhe aqui, que infelizmente não há mínimos para aceder à classe política, porque se não V. Ex.ª não acederia seguramente a esta classe

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Não apoiado!

O Orador. — A sua intervenção, Sr. Deputado, é, repito-lhe, primária, indignificante para esta Câmara e está, repito-lhe olhos nos olhos, ao seu nível, portanto, não merece pela minha parte qualquer tipo de comentário

Protestos do PSD

V. Ex.ª tem de habituar-se a respeitar as pessoas, tem de habituar-se a respeitar a Câmara onde está incluído, tem de, sobretudo, habituar-se a fazer alguma coisa na vida e a poder orgulhar-se do que, eventualmente, venha a fazer para ter, então sim, oportunidade para se referir aos outros que têm obras feitas, provas dadas e uma inserção na comunidade que não se conhece ao Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa

Protestos do PSD

Lamento profundamente, Srs. Deputados do PSD, estar a fazer este tipo de intervenção, mas gostaria de ouvir as vossas reacções quando o vosso companheiro e colega desta Assembleia fez afirmações gravíssimas do cimo daquela tribuna, tentando atacar pessoas, que, aliás, não estão presentes, na sua honra e na sua dignidade

A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD) — Não se pode interrogar o Governo!

O Orador — É de uma forma extremamente ofendida e extremamente preocupada com o tipo de intervenção que o Sr. Deputado aqui trouxe que quero, em nome da bancada do Partido Socialista, repudiar a sua intervenção e dizer-lhe que não deve ir por esses caminhos, porque esses não são os caminhos da honradez nem da dignidade

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para dar explicações, tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD) — Sr Presidente, Sr. Deputado Manuel dos Santos, gostaria de dizer-lhe que, pelo seu passado, pouco esperava de V Ex^a e a partir deste momento, pelo seu presente, fiquei a saber que não vale a pena ter qualquer tipo de ilusões O Sr Deputado está igual a si próprio, àquilo que sempre foi, a viver a vida da maneira como sempre viveu

Vou dizer-lhe uma coisa, e é a única a que vou responder-lhe. o Sr Deputado tem razão quando diz que cada um faz as intervenções que deseja e que pode fazer, mas eu acrescentaria, ainda, que cada um faz, também, as intervenções que lhe mandam fazer, como é o seu caso!

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, com todo o respeito que tenho por V Ex^a e pela forma como está a actuar neste período de antes da ordem do dia da sessão de hoje, permita-me que levante junto de V Ex^a a seguinte preocupação é muito natural que o Sr Presidente da Assembleia da República chame a atenção das bancadas quando verifica que há um ruído de fundo que impossibilita que um Deputado se exprima, mas permita-me que diga a V Ex^a que seria muito mais legítimo e oportunamente se pronunciasse contra intervenções concretas

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — produzidas nesta Assembleia pela bancada socialista, pelo Sr Deputado Manuel dos Santos, quando tem a desdita de dizer coisas como «não há mínimos para aceder à classe política» Não vou dar mais exemplos porque não é preciso

O Sr João Carlos da Silva (PS) — V Ex^a faz o mal e a caramunha!

O Orador — Sr Deputado, estava e estou habituado, nesta Casa, noutra altura em que fui líder parlamentar, a lidar com uma bancada presidida por pessoas do gabarito intelectual e moral de um Dr Jorge Sampaio e hoje de um Dr Francisco de Assis Por isso, lamento que seja possível, nessa bancada, produzir-se a intervenção que ouvimos há pouco

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Sr Deputado António Capucho, muitas vezes tenho chamado a atenção de Deputados de quase todas as bancadas, penso, quando considero que as suas intervenções são formalmente ofensivas Mas longe de mim exercer censura sobre o sentido e o conteúdo das intervenções dos Srs Deputados, porque, então, teria já intervindo muito mais vezes, exprimindo o meu desagrado

por aquilo que dizem muitas vezes alguns dos Srs Deputados, e não quero fazer isso

Penso que o debate político deve ser vivo, não pode é ser formalmente ofensivo Por isso, creio que pode dizer-se, por exemplo, «o senhor mentiu» mas não se pode dizer «o senhor é um mentiroso» É uma pequena diferença mas tenho tido este critério e com ele continuarei a governar-me, porque penso que é o correcto

Não devemos travar a espontaneidade do debate político e até a sua veemência Agora, quando ele é formalmente ofensivo, intervenho sempre

Não vou dizer-lhe o que penso da intervenção do Sr Deputado Manuel dos Santos, mas penso que não tinha o direito de censurar o significado das suas palavras Estive aqui muito atento e entendi que não havia razão para intervir, por respeito pela liberdade dos Srs Deputados, que para mim é sagrada

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, para situar claramente toda esta questão no seu devido contexto, quem proferiu uma intervenção verdadeiramente caluniosa e num tom verdadeiramente inaudito e indigno da Câmara em que todos estámos representados foi o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa O Sr Deputado Manuel dos Santos fez a defesa da honra da bancada e fê-la no tom especialmente acalorado de quem se sentia claramente ofendido, como nos sentímos todos perante as calúnias que à nossa bancada, ao nosso partido e a algumas das figuras mais eméritas do nosso partido foram dirigidas, da forma mais gratuita e mais vil, por parte do Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

O Sr João Carlos da Silva (PS) — Exactamente!

O Orador — Se há alguém que tem, hoje, razões para estar envergonhado é o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa, bem como a bancada do PSD, porque foi daí que partiu essa intervenção

Também devo dizer-lhe, Sr Deputado António Capucho, que lamento profundamente que uma bancada presidida por um homem com a sua estatura moral e intelectual produza uma intervenção de tão baixo quilate, não apenas do ponto de vista político ou intelectual, porque esse não me cabe estar agora aqui a apreciá-lo, mas, sobretudo, do ponto de vista moral Foi a profunda indignidade ética e moral que caracterizou a intervenção do Sr Deputado Pedro da Vinha Costa que justificou e suscitou a reacção do Sr Deputado Manuel dos Santos

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Sr Deputado, dou-lhe a mesma resposta que dei ao Sr Deputado António Capucho Não me peça para censurar o conteúdo intelectual, agradável ou desagradável, correcto ou mesmo incorrecto, de qualquer Sr. Deputado. Desde que formalmente não seja ofensivo — a pequena diferença que fiz há pouco entre mentiu ou é mentiroso —, penso que não devo intervir e

creio que é assim que se entendem as coisas na generalidade dos parlamento democráticos

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD) — Sr Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex.^a que me esclarecesse quanto ao conceito de verdade Aceito que formalmente, como V Ex.^a disse, possa haver termos que são mais ou menos correctos, no entanto, creio que não utilizei qualquer termo que fosse pouco correcto

Porém, há uma questão, que é a seguinte se os factos são indignos, a indignidade não é de quem os denuncia mas de quem os pratica

Aplausos do PSD

O Orador. — É nesse sentido, Sr Presidente, que interpelo V Ex^a para saber se o seu entendimento é este ou se entende que, apesar da liberdade de expressão que deve existir nesta Câmara, devemos abstermo-nos de denunciar factos, por mais indignos que sejam, única e exclusivamente porque podemos ferir a sensibilidade ou a hipersensibilidade de alguns

O Sr. Presidente — Como calcula, Sr Deputado Pedro da Vinha Costa, quando se referem factos, o problema é de se formular um juízo sobre a sua veracidade Provavelmente, o Sr Deputado fê-lo na convicção da veracidade e, se calhar, os Srs Deputados do PS reagiram na convicção da não veracidade. O problema é esse e não tenho elementos nem para os julgar verídicos nem não verídicos, estou fora da questão

O meu papel aqui não é fácil, mas penso que o equilíbrio com que me tenho conduzido nisto e, sobretudo, o tratamento rigorosamente igual em relação a todas as bancadas é o correcto

Penso que a liberdade de expressão é sagrada e deve comportar muita veemência, só não pode ser formalmente ofensiva, porque aí há uma intenção de magoar e não a intenção de fazer debate

Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Sílvio Rui Cervan

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados O Sr Presidente da Assembleia tenta aqui, por vezes, a quadratura do círculo, e nem sempre é fácil.

Se me permitem, começo por lamentar que a opção feita pela bancada do Partido Socialista tenha sido a de qualificar aqueles que são ou não elegíveis para esta Câmara Sr Deputado Manuel dos Santos, gostaria de dizer-lhe que nusso discordo completamente, e não posso aceitar, porque elegível para esta Câmara é todo aquele que o povo português eleger

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Como tal, todos os 230 Deputados desta Assembleia têm igual dignidade e não podem ser insultados pelo fundamento da sua eleição, pese embora possam ter

intervenções mais ou menos felizes, mais ou menos conseguidas

Mas, Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa, V Ex.^a surpreende-me também quando consegue ainda ficar surpreendido com um conjunto de situações que sabe já não constituir surpresa para nenhum agente político, nomeadamente os que fazem política no Porto e no norte do País

V Ex^a conhece bem o percurso político do ex-presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e sabe que a única surpresa que há em todo este processo é a de ter sido ele, o Sr. Dr. Joaquim Couto, o escolhido para ocupar as funções de governador civil!

Talvez possa constituir surpresa para o Sr Deputado, mas não para mim, que a bancada do Partido Socialista não tenha aqui dito, em resposta à sua pergunta, que o Sr Dr Joaquim Couto continua, hoje, depois das afirmações ontem produzidas, Governador Civil do distrito do Porto, o que é profundamente lamentável! Todos os agentes políticos têm de ser responsabilizados pelas suas afirmações, e aquilo que o Governador Civil do Porto disse ontem é um atentado aos fundamentos do Estado de direito democrático!

Não é possível que um agente do Governo, alguém que responde hierarquicamente e que representa o Governo no distrito do Porto, diga que está disponível para ajudar os autarcas do partido A contra os autarcas do partido B! Isso é absolutamente inacreditável!

Mas, Sr Deputado Pedro da Vinha Costa, permita-me que, usando da palavra para pedir esclarecimentos a V Ex^a, lance um repto político ao Partido Socialista Se mo permitir, quero dizer que o Dr Couto, já que está disponível para ser candidato às 18 câmaras do distrito do Porto, seria, com esta ausência total de vergonha, o melhor candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal da Trofa, porque, assim, durante o largo período da campanha eleitoral, teria a possibilidade de nos explicar por que é que, em democracia, quando não concorda com os resultados, rouba a urna e a leva para casa!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr Presidente — De vez em quando, os Srs Deputados aproximam-se da fronteira em que merecem, de facto, uma referência crítica, mas não podemos ser demasiado suscetíveis e, sobretudo, temos de aprender a perdoarmo-nos e a compreendermo-nos uns aos outros!

Srs Deputados, entretanto, refiro que assistem hoje aos nossos trabalhos um grupo de 20 alunos do Agrupamento Escolar do Bairro Padre Cruz, de Lisboa, um grupo de 52 alunos do Externato de Penaferme, de Torres Vedras, um grupo de 30 alunos da Escola Secundária de Palmela, um grupo de 11 alunos do Centro de Emprego de Tondela e um grupo de 30 alunos da Escola Secundária de Monserrate, de Viana do Castelo

Uma saudação carinhosa para todos eles

Aplausos gerais, de pé

Para responder ao Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, antes de mais, quero agradecer as suas palavras e cumprimentá-lo pela coragem de ter corrido o risco que correu É que, ao dizer o que disse, V. Ex.^a correu o risco de ter ainda, da parte de algum Deputado do Partido Socialista, alguma réstia de insultos, porque penso que não conseguiram gastá-los todos, há pouco — eu, pelo menos, acredito nisso! V Ex.^a correu, pois, o risco de ouvir também alguns insultos, pelo que o cumprimento

Quero apenas dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado penso que seria hilariante que o Sr. Governador Civil do Porto, depois de tudo o que fez para que o concelho da Trofa não existisse, fosse candidato à Câmara Municipal da Trofa. Sinceramente, penso que os trofenses não mereciam mais essa atitude por parte do PS e do Dr Joaquim Couto

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Srs Deputados, creio que estamos em condições de regressar à serenidade

Está, pois, encerrado o período de antes da ordem do dia.

O Sr Vítor Caio Roque (PS) — Sr Presidente, dá-me licença?

O Sr Presidente — Para que efeito deseja usar da palavra?

O Sr Vítor Caio Roque (PS). — Sr Presidente, peço desculpa, mas eu também tinha pedido a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

O Sr Presidente — Sr Deputado Caio Roque, tenho a indicação de que o Sr Deputado desistiu de formular o seu pedido de esclarecimento

O Sr Vítor Caio Roque (PS) — Não desisti, Sr Presidente!

O Sr Presidente — Sr Deputado, chegou-me a indicação, através do secretário do PS na Mesa, de que o Sr Deputado tinha desistido, mas tem a palavra

O Sr Vítor Caio Roque (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Pedro da Vinha Costa, gostaria apenas de lhe dizer que o Sr Governador Civil do Porto tem todo o direito de fazer as afirmações que fez, como V Ex.^a tem o direito de fazer a intervenção que fez aqui hoje, que foi, só e apenas, uma intervenção «salazarenta»!

Protestos do PSD

O Sr Presidente — Sr Deputado, todas as minhas considerações foram, uma vez mais, uma pura perda de tempo!

Acabei de fazer apelos a todos os Srs Deputados, mas os senhores não resistem à tentação de criar problemas ao Presidente da Mesa e, no fundo, a si próprios! Tenho muita pena que continue a ser assim!

Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD) — Sr Presidente, penso que as palavras do Sr Deputado Caio Roque não merecem sequer resposta. De qualquer maneira, a título de comentário, e para que fique registado, quero só dizer-lhe que percebi por que é que a direcção da sua bancada pretendia que o senhor não fizesse a intervenção que fez!

Risos e aplausos do PSD

Não era tanto pelo ridículo da mesma, era mais porque o senhor estava a afirmar que eu tinha feito uma intervenção idêntica à que a direcção da sua bancada fez em comentário à minha intervenção, o que, evidentemente, eles não queriam

Pela minha parte, Sr Deputado, quero dizer-lhe que fico muito contente por a minha intervenção ter merecido esse comentário da sua parte, porque, vindo de onde vem, é, seguramente, um elogio!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Agora, sim, a serenidade! Srs Deputados, está encerrado o período de antes da ordem do dia

Eram 16 horas e 45 minutos

ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados, entrando no período da ordem do dia, vamos proceder à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 21/VIII — Violência contra a mulher na família — «crime público» (altera o artigo 152º do Código Penal, revisto pela Lei n.º 65/98) (BE) e 58/VIII — Reforça as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência (PCP) e do projecto de resolução n.º 21/VIII — Concretização de medidas de protecção das vítimas de violência doméstica (CDS-PP)

Para introduzir o projecto de lei apresentado pelo seu partido, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados O Bloco de Esquerda traz, de novo, ao Parlamento o debate da violência doméstica sobre a mulher E diremos, desde logo, que o assunto não esgota nem a questão da violência sobre as mulheres nem a questão da violência doméstica em geral É sempre possível alargar ou diferir âmbitos, sobretudo quando se quer desfocar o assunto-chave Entremos, pois, no debate da violência doméstica sobre a mulher.

O número de mulheres vítimas de maus tratos no âmbito doméstico não é definível No entanto, sabe-se, por observação de estudos sistemáticos, por informação judiciária, por dados de associações de protecção às vítimas, que o flagelo atinge uma dimensão elevada na sociedade portuguesa

Quando o Bloco de Esquerda pretende que os maus tratos domésticos sobre as mulheres sejam tipificados como crime público visa dois objectivos fundamentais. Em primeiro lugar, visa sinalizar fortemente na sociedade portuguesa que bater, espancar, infligir tratamentos crueis físicos, psíquicos e desumanos não é um crime menor. Há aqui a operar uma ruptura de comportamentos, impulsivando, também por esta via, uma alteração de mentalidades. Em segundo lugar, visa dissuadir comportamentos agressores, no limite, punidos para protecção das vítimas.

Ao estabelecer-se que o procedimento criminal depende da queixa da ofendida, poucos avanços se produziram. Os processos que chegam a julgamento contam-se pelos dedos da mão. Não é de surpreender que assim suceda. A maioria das mulheres maltratadas não apresenta queixa e, quando o faz, desiste dela. Porquê? Por medo do agressor, por medo de represálias, por dificuldades de prova, por níveis baixos de auto-estima, por dependência económica, por necessidade de proteger filhos, por ceticismo nas autoridades, por contradição emocional e, até, por desenvolvimento de sentimentos inversos de culpa.

Não podemos ignorar, portanto, que a capacidade de autonomia e vontade das mulheres vítimas de maus tratos está limitada por uma opressão de facto.

E, sobre isto, é preciso clarificar com rigor. Nesta matéria, sobrevalorizar a autonomia individual em detrimento do interesse a proteger é sancionar que as vítimas continuem a ser espancadas impunemente.

Não é aceitável, numa sociedade que quer respeitar os direitos humanos, que se considere o furto um crime público e desconsidere a violência doméstica sobre a mulher como tal. Como podem entender os cidadãos que não depende de queixa sua o procedimento contra um carteirista, mas já depende de queixa sua a reacção à残酷 humana em ambiente doméstico?

Não desconhecemos que esta medida, só por si, não combate o flagelo. Mas tudo precisa de um sinal forte, tudo precisa de um motor de arranque.

A publicização do crime tem forçosamente de ser acompanhada de medidas como o afastamento do agressor de casa — medida legal já prevista e cujas possibilidades legais devem ser reforçadas —, uma implementação séria da rede de casas de abrigo e adequada protecção face à recorrente pressão do agressor, estruturas de atendimento às vítimas, apoio às associações que actuam nesta área, formação específica para magistrados, agentes de segurança e funcionários judiciais, prioridade para habitação social para mulheres vítimas de violência, apoios acrescidos na mono-parentalidade adveniente.

É, por isso, indispensável exigir a aplicação destas medidas, aperfeiçoar normativamente, agir no terreno. É mesmo indispensável que o Orçamento do Estado para 2000 concretize inequivocadamente estas intenções.

O que já não é compreensível é que, a pretexto de todas as medidas que devem ser implementadas, se adie a publicização do crime. A decisão mais fácil é, realmente, a de adiar. E com consequências indesejáveis derivadas, porquanto, a seu tempo, também se poderá entender que a violência doméstica sobre idosos não suscite o mesmo

tipo de criminalização. Quem nos acusa de soluções fáceis quer, a nosso ver, «sacudir a água do capote».

Concordamos com uma iniciativa convergente do PCP, aliás, abrangente a outras áreas. Nesta área particular da consideração como crime público, discordamos do mecanismo da suspensão provisória da queixa. A nosso ver, os seus resultados são perversos — a pendência da queixa arrasta um estado de conflito que poucas vezes recuperará o agressor e, na generalidade, criará a continuidade agravada da violência e deixa a resolução ao Ministério Público e ao juiz de instrução, que não terá, em geral, meios de assegurar que a pretensão resultou de decisão livre e consciente.

Alega-se — é notável este argumento — que, assim, evitar-se-ão julgamentos em que a vítima negue que sofreu maus tratos. Mas o que é preferível? Isso e a pressão social que acompanha o julgamento ou a continuidade da violência doméstica clandestina? O que é que humilha mais as mulheres?

Face a críticas que nos chegam do Partido Popular, e que agradecemos, queremos referir que todos conhecemos bem o problema social. Mas mesmo todos — parece que, neste debate, todos conhecem bem o problema social! Não nos impede qualquer pretenso idealismo. Responderemos também que, por vezes, há cinismos que não são compensadores. Penso não ofender essa bancada dizendo que «presunção e água benta, cada qual toma a que quer». Em todo o caso, teremos uma atitude positiva face ao vosso projecto de resolução.

E, a terminar esta introdução ao projecto de lei do Bloco de Esquerda, saúdo a posição adequada da Ministra Maria de Belém Roseira. Disse ser favorável a este projecto. Disse necessitar de medidas de acção e sequência. Coincidimos no processo. Solicitamos celeridade. O processo legislativo, mesmo quando favorável aos cidadãos, está, muitas vezes, cheio de boas intenções e de montanhas que ficam por ser escaladas nas burocracias encoiradas do Estado.

Apelo, pois, à Câmara que dê um voto favorável a esta iniciativa. Ela logrou a atenção pública. Não é mais um problema, Sr.º e Srs. Deputados, é parte da solução.

O Sr. Presidente — Para introduzir o debate do projecto originário do seu partido, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Um grande enfoque tem sido colocado, a nível internacional, mas, sobretudo, a nível europeu, na questão da violência doméstica. Valha a verdade que se diga que documentos internacionais, e mesmo europeus, chamam a atenção para outras formas graves de violência. Mas a grande incidência, as grandes agulhas, incidem na violência do homem sobre a mulher exercida no âmbito de relações familiares e afectivas, porque, dessa forma, aliás, é mais fácil centrar o debate sobre questões culturais e de mentalidade, extirpando desse mesmo debate os grandes problemas subjacentes à violência, doméstica ou outra.

Hoje, num debate televisivo, em que participei logo pela manhã, foi-me perguntado «Mas então há um conluio dos

homens contra as mulheres?» Não, de facto, a questão não é essa. Não há esse conluio

Há, sim — e esta situação atravessa os séculos e conhece desenvolvimentos especiais com o capitalismo do século XIX —, entre poderes políticos, ameaçados no exercício do poder pelo clone desse capitalismo, o neoliberalismo, e entre os poderes económicos reinantes, uma confluência de comportamentos que contribuem para o triunfo das desigualdades, nomeadamente para a discriminação da mulher

E, embora a violência, de toda a ordem e não só a doméstica, se abata sobre todas as mulheres, e não sejam só as mulheres pobres a sofrê-la, a verdade é que a construção social da inferioridade do género feminino nasce claramente da exploração do seu trabalho gratuito em tarefas que devem ser cumpridas pelo Estado, nasce da construção social das barreiras biológicas como inerente ao estatuto discriminatório da mulher — as diferenças resultantes do sexo: nasce do trabalho mal remunerado da mulher baseado na decantada natural fraqueza da mulher, na sua não qualificação

Caídas as barreiras biológicas — e aproveito para saudar daqui as mulheres estivadoras recentemente admitidas no porto de Setúbal —, a cultura que discrimina a mulher continuou a sobreviver de políticas que contribuíram para a alta taxa de femunização da pobreza — constituem 21% as famílias monoparentais femininas que recebem o rendimento mínimo garantido, enquanto constituem apenas 1% as famílias monoparentais masculinas a receber esse rendimento

De facto, esta cultura nasce de políticas laxistas na efectiva aplicação das leis, nomeadamente das leis de apoio à maternidade e paternidade, das leis que garantem, para trabalho igual, salário igual, das leis que penalizam o assédio sexual nos locais de trabalho, das leis que garantem, através da educação sexual e do planeamento familiar, o efectivo direito à saúde reprodutiva. É, nomeadamente, através da implementação de currículos nacionais sobre esta matéria que pode seguir-se uma política coerente de combate às mentalidades neopatriarcais, formando as crianças e os jovens para uma cultura da igualdade

O debate de hoje não pode escamotear, por detrás da violência doméstica, que o Estado, por acção ou omissão, se assume, ele também, como agressor

Por acção, quando deixa campear a precarização do trabalho de que as mulheres são as principais vítimas; quando fomenta, através da lei, o trabalho a tempo parcial forçado, quando deixa degradar os cuidados de saúde de que são vítimas preferenciais as mulheres pobres

Por omissão, quando desiste de combater pelos meios ao seu alcance as discriminações, nomeadamente no trabalho, quando, para se demitir de funções sociais, se alimenta do trabalho gratuito das mulheres com as crianças, jovens e idosos, com as tarefas caseiras fundamentais para a sobrevivência da família

Este ano — o ano em que se faz a avaliação da aplicação da Plataforma de Beijing —, deveria ser decretado entre nós como o ano da tolerância zero

relativamente às discriminações de que são vítimas as mulheres

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Mas as omissões servem também ao neocapitalismo, que também se aproveita do trabalho gratuito das mulheres, que torna mais baratos os salários dos trabalhadores e das trabalhadoras, das mulheres trabalhadoras de todas as classes, inclusive as do sector intelectual. E também se aproveita do trabalho mal remunerado das mulheres, até daquelas com altas qualificações

Sempre colocámos neste enfoque as questões da violência, mesmo da própria violência doméstica. E já assim o fizemos quando propusemos o que é hoje a Lei nº 61/91, de 13 de Agosto, que contém medidas a montante e a jusante do momento de crise, do momento da violência, já que é importante que se invista na área da prevenção, na área do apoio à vítima e ao agressor, na área da violência não denunciada criminalmente, na área do apoio às mulheres no atendimento nas esquadras da PSP

A Lei nº 61/91 começou a ser regulamentada muito tarde, dando razão à afirmação de que as mulheres com crianças estão em último lugar

Registe-se, no entanto, algumas das medidas tomadas, como o Programa Inovar, pecando apenas por ter sido tardio, que nos forneceu dados acerca da violência que se abate sobre as mulheres

No projecto de lei que hoje debatemos propomos medidas na área da prevenção e apoio às mulheres vítimas de violência, de toda a violência e não apenas da doméstica, mesmo que não denunciada criminalmente, envolvendo a comunidade, já que este é um problema do Estado e, assim, um problema da comunidade

Prevemos medidas na área da reinserção social, mesmo na área da reinserção social dos agressores, como aliás consta de textos internacionais e do plano contra a violência doméstica do anterior Governo

E a juntar à medida de coacção do afastamento do agressor, que propusemos em 1991, propomos, em matéria processual penal, a pena acessória correspondente, que consta do mesmo plano global contra a violência doméstica, mas que não consta da lei

O PCP sempre esteve a favor da natureza pública do crime de maus tratos que, aliás, constava do Código Penal de 1982. Esteve contra a passagem do crime a semi-público na primeira alteração do Código e apresentou uma proposta para que continuasse a ser público — as *actas* dos debates falam da posição do PCP nessa matéria — e esteve contra a actual redacção do artigo 252º do Código Penal, tendo apresentado uma proposta no sentido da inversão da redacção. Segundo esta, o crime seria público excepto se o Ministério Público entendesse que não deveria exercer a acção penal, mas a proposta foi rejeitada

O PCP entende que, de facto, o crime de maus tratos, que envolve menosprezo e ódio pela pessoa que se maltrata, e que não se trata de uma ofensa corporal simples, não pode deixar de ser público, porque é estruturante da democracia a preservação de direitos fundamentais. No que

toca às mulheres, tal é ainda mais evidente A democracia será incompleta enquanto alguém se arrogue o poder de bater em seres humanos porque os considera inferiores

A Organização Mundial de Saúde considera, já desde 1996, que toda a violência sobre as mulheres envolve um problema de saúde pública pelas consequências ainda não totalmente avaliadas sobre a saúde das mulheres

Mas, porque os maus tratos, de acordo com o que ensinam os psicólogos, se sucedem por ciclos, que envolvem um período de lua-de-mel, depois o da agressão, o da reconciliação e novamente de um ciclo de maus tratos, desenvolvendo na mulher o que ficou chamado pela Síndrome de Estocolmo, em que a maioria das mulheres se apresenta a desistir da queixa, porque, com essa síndrome, elas desenvolvem uma relação de amor-ódio com o agressor

Ora, o PCP entende que se justifica a criação de um mecanismo que vai tornar possível, com o Instituto de Reinsersão Social e com a própria mediação, que devia ser institucionalizada rapidamente até para outros casos, desenvolver-se um programa de reinsertão social do agressor, com medidas de injunção, que o obriguem a acompanhar esse programa, para que, num prazo até dois anos, de acordo com o Código de Processo Penal, se possa avaliar se o processo deverá ou não ser arquivado

Assim, devolve-se à mulher o poder de decidir sobre o seu processo. De facto, quanto à consideração de um crime como público devo dizer que, depois de ouvidas as associações de mulheres, que estão contra a publicização pura e simples, entendeu-se que essa publicização, sem esse mecanismo, iria gerar novas violências, novas chantagens e ainda ciclos de agressão mais refinados, porque o agressor vê que não pode haver desistência

Para terminar, devo dizer que a solução que apresentamos só levará ao arquivamento do processo se o arguido cumprir as injunções, nomeadamente não maltratar a mulher, permitindo, pois, a mediação e a reinsertão social do agressor. Este é um dos objectivos fundamentais do Direito Penal, que não pode ser visto como o único meio de resolução da violência. As medidas sociais, a independência económica das mulheres, a realização dos direitos sociais e económicos, medidas cuja falta, resultante de crises, leva ao triunfo das desigualdades, essas, nunca podem ter qualquer substituto na repressão penal

Aplausos do PCP e do Deputado do CDS-PP Basílio Horta

O Sr Presidente — Para introduzir o projecto de resolução n.º 21/VIII, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr.ª Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, gostaria de iniciar este debate com uma bela afirmação a de que no coração do Estado de direito existe a não violência

A bancada do CDS-PP entende que deve haver uma educação para a não violência

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — A nosso ver, isso significa, em consequência, que devemos conhecer as causas e os fenómenos que estão na origem da violência, situações e factos tão hediondos, tão graves e tão desumanos a maior parte das vezes

O CDS-PP tem uma opinião, uma posição e uma doutrina sobre a violência. Temos uma legitimidade que nos advém de termos sido nós a suscitar, nesta Casa, a apresentação de uma resolução, que foi unanimemente votada, relativa à regulamentação da Lei n.º 61/91

Nessa resolução propunha-se ao Governo que criasse as condições necessárias, sem as quais não seria possível combater as causas da violência, para regulamentar essa mesma lei. Portanto, desse ponto de vista, julgo que a nossa legitimidade é indiscutível

Este problema também tem uma componente jurídica. Na minha qualidade de mulher e de jurista, não quero fugir a essa discussão. E a questão jurídica, a nosso ver, coloca-se nos seguintes termos: existe um regime actual semi-público, dependendo de queixa da mulher. No entanto, têm vindo a ser assinaladas deficiências, dificuldades na aplicação concreta desse regime, dificuldades e deficiências que compreendemos, que acolhemos e que aceitamos. Portanto, para nós, o regime actual já não chega, porque depende exclusivamente de um acto da mulher, diria melhor, da vítima do crime de maus tratos, regime que está demonstrado, ao que parece, ser insuficiente. Portanto, há que pensar. Há que mudar, porventura!

Existe também, do ponto de vista jurídico, a proposta que nos foi trazida pelos nossos colegas do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. A nosso ver, trata-se de um projecto errado, porque dispensa totalmente a vontade da vítima, não toma em linha de conta aquilo que, para nós, ainda é elemento fundamental, que é justamente a manifestação expressa da vontade da vítima.

Gostava de deixar bem claro que estou convicta de que o Estado deve proteger os indefesos. O que não deve é substituir-se totalmente a quem tem capacidade de decidir e de ter vontade.

De qualquer modo, gostaria, mais uma vez, de repetir um exemplo que ainda ontem frisei — e espero que os «sinais dos tempos» não cheguem aqui e me oçam até ao fim — o António e a Maria são casados e têm dois filhos, situação que é muito comum. Conheço muitos casais desses e gostaria, aliás, que fossem cada vez menos. A Maria está desempregada e tem dois filhos e o marido agride-a brutalmente.

Só gostava de saber, mas gostava mesmo, e a isso ninguém me respondeu — penso, aliás, que confundiram tudo para onde vai Maria? Para onde leva os seus filhos? Como sobrevive? Como sustenta os seus filhos? Estou crente que no final das agressões, muitas vezes brutais e inadmissíveis, não terá outro remédio se não voltar para a casa do agressor, e isso para nós é que é inadmissível!

O que a bancada do Partido Popular quer é ajudar a resolver o problema da vítima, não é ajudar a limpar a consciência do Estado! Nada se resolve apenas acrescentando ou retirando palavras à lei. A lei só faz

sentido se tiver algo a ver com a vida real, com os seres concretos, com a família concreta e com os seus problemas, se não, não vale a pena escrever papéis

Aliás, há pouco, uma colega nossa fazia referência a um termo que acho muito bonito referia-se às «políticas de papel». Já chega! Não é preciso mais «política de papel»!

Considero, pois, o projecto do Bloco de Esquerda errado, porque sem casas de refúgio, onde as mulheres possam recuperar a sua liberdade e segurança, não é possível resolver esse problema

Também não é possível resolver este problema até que os juízes decidam aplicar concretamente as medidas de coacção, algumas delas já previstas na lei

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Não é ainda possível resolver este problema sem a aplicação, em concreto, das penas acessórias, designadamente o afastamento do agressor da casa de morada, supostamente de família, mas que infelizmente não é. Portanto, esta matéria é tão complexa, que julgo não ser possível dispensar totalmente, como dizia há pouco, a vontade da mulher

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

A Oradora — Isto conduz-nos àquilo que, para nós, nesta fase, é o mais importante e que se traduz na apresentação do nosso projecto de resolução

Vou tentar explicar a proposta, ainda prescindindo dos «sinais dos tempos», mas com algum tempo, dizendo o seguinte como disse, para nós é importante mudar algo no actual sistema e admitimos e consideramos aceitável e razoável que a iniciativa de um processo desta natureza seja do Estado através dos seus órgãos competentes, no caso, o Ministério Público

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — Entendemos, efectivamente, que talvez valha a pena ser o Estado a substituir-se neste poder de iniciativa para combater um crime tão brutal e tão hediondo. Mas há algo que para nós continua a ser muito importante nesta fase é que para que o processo continue, e tendo em atenção as circunstâncias concretas que existem naquele caso, a mulher deve ter ocasião, oportunidade de dar o seu consentimento ou de se opor, consoante a visão que queiram tomar relativamente à condução do próprio processo

Em resumo, e em síntese, o crime deve ser público em termos de competência, de capacidade e de início do processo, sem dispensa, em nenhuma circunstância, da vontade e da decisão da vítima nesse domínio

Portanto, esta proposta de resolução continuou o trabalho que procurámos fazer em Março de 1999 com o outro projecto de resolução que apresentámos e que foi aprovado por unanimidade

É preciso que o Governo regulamente as leis que esta Casa aprova!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — A Lei nº 107/99, de 3 de Agosto, não está regulamentada e já passaram 90 dias para que essa regulamentação fosse publicada. Suspeito que o próximo Orçamento do Estado não conterá as verbas necessárias para a instituição de 22 casas de refúgio para vítimas de agressões, porque não há regulamentação dessa lei

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — Caros colegas, gostaria de vos confessar uma coisa: começa a ser uma canseira aprovar leis, fazer «política de papel» sem que no terreno nada exista. Existem três casas de refúgio, nenhuma delas pública

A Srª Sónia Fertuzinhos (PS) — Seis!

A Oradora — As que visitei, aquelas com que contactei — é que eu vou lá, vou conhecer essas casas! — são de instituições particulares de solidariedade social, as quais saúdo, e a quem aproveito para agradecer aquilo que fazem, em vez do Estado, que é quem devia fazer

A Srª Natalina Moura (PS) — Ajudei a criar uma das

A Oradora — Depois, há outra coisa: é preciso que o Governo perceba, de uma vez por todas, que a violência não ocorre entre as 9 horas e as 17 horas e 30 minutos! É preciso que o Governo perceba, de uma vez por todas, que a violência ocorre, as mais das vezes, depois dessa hora.

Por acaso, ainda não são 17 horas e 30 minutos, mas a essa hora convidarei os meus colegas a telefonar, com a autorização do Sr Presidente da Assembleia da República, para o número 800202148, e verificarão que vos mandam ir para qualquer sítio e não dizem aquilo que é preciso dizer: uma palavra de conforto, uma palavra de ajuda, uma palavra de encaminhamento

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — Como dizia, medidas desta natureza têm de ser interligadas, não podem ser desgarradas. Temos para nós que a violência se combate desde que a Maria, de que falava há pouco, possa sair de casa do agressor quando é vítima de uma agressão e possa ter para onde ir, e possa ter quem a ajude e possa ter quem a acolha, e possa ter quem possibilite capacidade de superar uma situação e circunstância, que considero, e aliás, julgo que estaremos todos de acordo, das mais hediondas de que o ser humano pode ser vítima

Aplausos da CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Srª Deputada Sónia Fertuzinhos

A Srª Sónia Fertuzinhos (PS) — Sr Presidente, Srº e Srs Deputados A discussão que estamos a ter hoje neste

Plenário a propósito da violência familiar, com especial atenção para a violência contra a mulher na família, não marca o início da discussão destas questões. É, antes, mais um momento da discussão que o PS quer que seja o mais produtivo possível no combate à violência.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

A Oradora — Nesta medida, parece-nos fundamental ter em conta o enquadramento geral que já existe do tratamento destas questões e, nomeadamente pelo seu conteúdo e substância, o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, aprovado em 1999.

No nosso entender, há três grandes áreas de acção no combate eficaz à violência familiar a da prevenção, a da garantia efectiva de um apoio legal, económico e social eficaz às vítimas de violência doméstica, a da obtenção de resultados ao nível da dissuasão dos agressores, por um lado, e da confiança nos mecanismos e apoios de combate à violência, por parte da vítima, por outro.

No âmbito da prevenção, o Plano Global Contra a Violência Doméstica é consistente, pertinente e ousado nas medidas que contempla. Refere, nomeadamente, a necessidade de intervir ao nível dos currículos escolares e da prática pedagógica desde a educação pré-escolar, à necessidade de campanhas de sensibilização da opinião pública no sentido de deixar claro que a violência doméstica é um crime e responsabilidade da sociedade no seu todo.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

A Oradora — A necessidade de uma estratégia coordenada e integrada é considerada como fundamental quando se pretende atingir uma resolução rápida e eficaz de situações de risco ou de violência. O Plano aponta, ainda, medidas no âmbito da necessidade de criar condições para que as vítimas possam construir um projecto de vida autónoma. Da combinação da acção a desenvolver em matéria de prevenção e da garantia de eficácia dos apoios e mecanismos criados deve resultar um efeito de dissuasão nos agressores e potenciais agressores, bem como um efeito de confiança nas vítimas de violência que lhes permute recorrer cada vez mais aos direitos e garantias ao seu alcance.

É preciso sublinhar que esses direitos foram reforçados com as recentes alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, não tendo as opções legislativas aprovadas sido suficientemente testadas, o que se percebe, uma vez que as soluções normativas consensualizadas neste Hemicírculo têm pouco mais de um ano de vigência.

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados Apesar de considerarmos este Plano Nacional contra a Violência Doméstica extremamente consistente na análise do problema que constitui a violência doméstica, e nas medidas que aponta para o seu combate, temos a noção de que não existem varinhas de condão que resolvam uma questão tão complexa e com contornos tão dramáticos como aquela que debatemos hoje. Temos consciência das resistências e dificuldades que surgem no terreno, quer na aplicação da lei, quer no accionamento dos mecanismos de

apoio que necessitam de um constante acompanhamento e investimento por parte das entidades responsáveis. Por isso mesmo, entendemos que nunca outro governo, outra maioria assumiu tão claramente, tanto no seu discurso como nas medidas que adoptou a sua vontade política no combate a um problema que todos consideramos constituir uma violação dos direitos fundamentais da pessoa humana. É um combate ao qual todos são bem-vindos!

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

A Oradora — Por isso mesmo, Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, na análise que fazemos dos projectos de lei apresentados pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, entendemos não ser possível discuti-los fora do contexto das medidas e mecanismos já existentes, como aliás teve a oportunidade de o reconhecer o Deputado Francisco Louçã, na audição pública que o seu grupo parlamentar promoveu na passada segunda-feira, referindo especificamente o Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Insisto não partimos do ponto zero nesta discussão, incluindo quanto ao papel do Estado no combate aos que praticam crimes de agressão.

A reforma penal de 1998, inovadoramente, impôs ao Ministério Público a obrigação de intervenção, mesmo sem queixa da vítima. Esse passo em frente ainda não está testado. A iniciativa do Bloco de Esquerda propõe que o Ministério Público tenha de ir até ao fim, seja qual for a vontade da vítima. A alteração que provoca, e como se pôde verificar também na audição pública que referi, dúvidas, nomeadamente algumas associações que trabalham no dia-a-dia no apoio às vítimas da violência familiar. Quanto ao projecto de lei do PCP, apresenta medidas de âmbito processual e penal, bem como institucionais e de organização administrativa que também devem ser discutidas e aprofundadas na especialidade, tendo em conta, mais uma vez, os instrumentos, medidas e estruturas operacionais que já existem e cuja experiência e resultado do trabalho desenvolvido têm de ser devidamente aproveitados. Proporemos, nessa medida, que, em sede de especialidade, a Comissão competente ouça sobre esta matéria os mais reputados e reputadas penalistas e outros especialistas, bem como associações de apoio às vítimas de violência.

Gostaria de reafirmar, em nome do grupo parlamentar socialista, o nosso empenhamento e disponibilidade na discussão e promoção de propostas sérias, com medidas e soluções que contribuam eficazmente para o combate à violência doméstica. Ao fazê-lo, temos a certeza de estar a cumprir responsávelmente o nosso papel na construção de uma sociedade que promova o respeito pelos mais elementares direitos da pessoa humana.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa e Silva,

O Sr José Sousa e Silva (PSD) — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados A violência contra as mulheres,

quer na sua família, quer na própria sociedade, é também em Portugal um problema grave

A violência contra as mulheres, como revelam os estudos existentes em Portugal sobre esta matéria, tem fortes raízes sócio-culturais. O peso dumha mentalidade ancestral ainda se mantém em muitos contextos sócio-culturais, sendo responsável por atitudes e situações de desigualdade entre os sexos que são, sobretudo, situações de injustiça, subalternidade e discriminação das mulheres no tipo de trabalho, nos salários e na organização da vida familiar

As mudanças da lei, fruto de transformações ao nível das relações sociais, para o que muito contribuiram os movimentos de emancipação das mulheres, não foram ainda interiorizadas ao nível do senso comum

A verdade é que, nesta como em tantas outras áreas, todos verificamos que à alteração da lei não corresponde, instantaneamente, igual alteração de comportamentos sociais

A verdade é que, nestas como em tantas outras áreas, as sociedades assimilam mudanças de comportamento com mais dificuldade do que se operam alterações legais

É aqui que reside a grande discrepância em Portugal entre o nível formal da lei e a realidade concreta da situação em que se encontram muitas mulheres portuguesas

Esta discrepancia é, aliás, reproduzida pelo facto de a maioria das mulheres ainda não utilizarem os direitos que estão ao seu alcance e terem uma atitude de resignação face a situações que elas próprias consideram como naturais

De qualquer modo, e apesar da disparidade entre as situações de igualdade, hoje contempladas na lei, e as de desigualdade, subalternidade e injustiça no plano dos factos, assiste-se hoje a uma preocupação pública e amplamente difundida deste fenómeno, o que poderá, entre outros factores, ter contribuído para o aumento da sua visibilidade social, deixando assim a violência de ser negada e recalcada, passando a ser reconhecida como um problema que pede soluções e remédios

Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados Sem negar a matriz sócio-cultural desta problemática, a violência contra as mulheres constitui hoje, sem dúvida, matéria de natureza política, não tanto devido ao recrudescimento do fenómeno, mas fundamentalmente às recentes transformações sociais, especificamente no campo da família

Mas é também uma matéria política, porque pede a intervenção dos decisores políticos na resolução de problemas concretos que preocupam individual e colectivamente a nossa sociedade

Violência outrora silenciada, porque inscrita no relacionamento normal entre os sexos, e por isso socialmente legitimada, tem hoje mais possibilidade de ser denunciada, em especial pelas alterações da lei, esta, ao definir hoje tratamento igual para homens e mulheres e ao pretender retirar a violência contra as mulheres do campo privado, revela uma nova atitude face a um fenómeno, cujos contornos só recentemente se começaram a conhecer

Deste modo, começa a cair o muro de silêncio que durante muito tempo conferiu impunidade ao agressor, ao mesmo tempo que se implementaram dispositivos de apoio psicológico, jurídico e logístico às mulheres vítimas de violência. Estes continuam a ser muito escassos, o que dificulta não só a denúncia, como ainda a eficácia da resposta cada vez que aquela se efectua

Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados Em Portugal, contrariamente ao que acontece nos restantes países europeus, não existem estruturas públicas para acolhimento de mulheres vítimas de violência. Existem no entanto, associações privadas que apoiam e encaminham as mulheres que a elas recorrem

E o que fez o Governo, que medidas tomou no sentido de prevenir, combater e apoiar as mulheres vítimas de maus tratos? Até este momento, infelizmente, nada!

Já que o Governo criou o Ministério da Igualdade, cujas competências ainda desconhecemos, dê-lhe esta missão, que, se for cumprida, permitirá à actual Ministra, pela primeira vez e finalmente, decidir e fazer alguma coisa.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O significado do conceito de violência foi-se alargando a situações que antes ficavam fora do seu âmbito. O núcleo central do conceito que, no passado, se reportava apenas a situações de utilização da força física e brutalidades, incorpora hoje também a noção da omissão

Tendo em consideração as queixas efectuadas pelas mulheres na Comissão para a Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família, geralmente em situações de grande desespero, consideram-se como mais frequentes quatro conjuntos de actos a violência física, psicológica, sexual e a discriminação sócio-cultural

De um modo geral, na maioria dos estudos disponíveis, verifica-se que as mulheres que dizem ter sido mais atingidas por actos de violência são as mais novas, as que vivem sobretudo em regiões mais urbanizadas e que têm um nível de instrução mais elevado

Mas isto não significa que apenas estas mulheres sejam vítimas de violência. Há outras, porventura de grupos socialmente mais desfavorecidos, que, temendo a censura da sociedade ou o agravamento da violência, calam e escondem os abusos de que são alvo

Além da configuração da violência pelos seus tipos, a casa de família é de todos os espaços aquele em que a prática da violência foi a mais denunciada, segundo-se o espaço público e o local de trabalho

Relativamente à caracterização dos agressores, verifica-se que são essencialmente pessoas do sexo masculino, mas também existem no sexo feminino. Quando a agressão é cometida por uma mulher contra outra mulher, esta localiza-se fundamentalmente na discriminação sócio-cultural e na violência psicológica

O Partido Social Democrata defende que deve ser atribuído carácter público ao crime, mas que não prejudique situações processualmente possíveis e previstas na lei, que propiciem a conciliação da família

O Partido Social Democrata considera que a família, como pilar e célula estruturante da sociedade, tem

consciência que de esta é apenas uma medida tomada no combate à violência contra as mulheres, devendo ser, na nossa opinião, extensiva a grupos de pessoas mais débeis, nomeadamente os idosos

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Ainda para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs Deputados A Assembleia da República discute hoje, não pela primeira vez, mas, uma vez mais, uma das questões que Os Verdes consideram da maior importância: a questão da violência sobre as mulheres, que é (e não pode ter outra leitura) uma violação dos direitos humanos Uma violação dos direitos humanos que representa um atentado à dignidade, à liberdade, à segurança, à integridade física e psíquica da vida das mulheres Uma violência que, em Portugal, como aliás nos outros países, tem vindo a adquirir, na sua denúncia, uma maior visibilidade e que requer, seguramente, uma estratégia coerente, uma estratégia integrada no seu combate Uma estratégia de combate que, na perspectiva de Os Verdes passa, em primeiro lugar, como é natural, pela prevenção deste fenómeno, que, em múltiplos factores, têm a ver com a discriminação de que as mulheres ainda são alvo, que tem a ver com rupturas familiares, que tem a ver com a desigualdade de poder que prevalece nos planos social, económico e cultural e que passa também por interditos culturais e religiosos, e que tem a ver com a persistência de conceitos discutíveis sobre a fidelidade, sobre a educação dos filhos e, naturalmente, sobre um conjunto de questões que não podem ser escamoteadas

Dito isto, Os Verdes entendem que, se toda a estratégia deve ser orientada no sentido da prevenção do fenómeno, que é complexo e atravessa todos os estratos sociais, a verdade é que a estratégia de intervenção, para além de prever, encontrar soluções de apoio para as mulheres vítimas de violência, não pode, perante aquilo que se confirma e que se constata, no nosso entendimento, ser um crime, não pode fazer com que esse crime permaneça impune

Em nosso entendimento, pois, as duas propostas que estão em discussão, globalmente e de modo genérico, quer a do Bloco de Esquerda quer a do Partido Comunista, são propostas que acolhemos favoravelmente Em todo o caso, há também uma outra iniciativa em discussão, apresentada pelo CDS-PP, à qual me vou referir

O Partido Socialista já disse, na sua intervenção, que muito foi feito por este Governo no sentido de pôr fim a uma situação de total indiferença da sociedade perante esta situação, que é grave Em nosso entendimento, o chamado Plano que foi aprovado é pouco mais do que aquilo que a Lei n° 61/91 já dizia, uma lei que continua, nalguns domínios, por regulamentar Por isso, penso que temos de pôr os pontos nos i's e dizer que o Plano é o cumprimento da lei, e, se bem que esse não seja o hábito, é bom que a lei seja entendida para cumprir

Gostaria também de clarificar outro aspecto que foi, porventura, mal esclarecido nesta discussão e que se na lei aprovada existe por regulamentar uma rede pública de apoio para mulheres vítimas de violência, uma rede que, naturalmente, não é solução para tudo, mas é um espaço não-violento, alternativo, em que as mulheres e os seus filhos se possam abrigar, isso deve-se a uma iniciativa do Grupo Parlamentar de Os Verdes que foi aprovada por todos os grupos parlamentares, lamentavelmente com exceção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Julgo, pois, que os dois projectos de lei que estão em discussão são dois passos positivos e, se bem que tenhamos reservas no modo de dar significado àquilo que é a pretensão do projecto do Bloco de Esquerda, pensamos que, com esse projecto, que é mais linear, e com a proposta mais alargada do PCP, temos mais dois contributos importantes para uma guerra sem tréguas que, naturalmente, não pode acabar aqui

O Sr Presidente — Finalmente, para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr^a e Srs Deputados Foi aqui dito, e com razão, que não partimos do zero Aliás, nestas questões, nunca partimos do zero, embora às vezes, infelizmente, partamos de acumulações negativas O certo é que esta iniciativa, que foi proposta e agendada pelo Bloco de Esquerda, foi importante para todos os grupos parlamentares

Foi importante para se fazer um balanço daquilo que já foram discussões e medidas legislativas anteriores, foi importante para propor novas resoluções e novas medidas legislativas Verifica-se, até, que todos evoluíram nesta discussão, havendo algum sinal de convergência — «sinal dos tempos», Sr^a Deputada Maria Celeste Caídonha — no sentido de se aproximarem do conceito de crime público, que nos parece decisivo

Mas se é importante para os grupos parlamentares, é essencial para o País, e não nos perderemos em discussões sobre quem começou primeiro — o ovo ou a galinha Preocupar-nos-emos, em contrapartida, com a coerência das medidas que possam resultar da discussão construtiva que aqui seja feita

Sistematicamente, tem sido dito que tem havido um reconhecimento do grau de perigosidade e de generalidade desta forma de violência sobre as mulheres e foi dito, também com razão, que sob outras formas de violência doméstica que, a seu tempo, merecerão seguramente outras iniciativas Mas há uma particularidade nesta forma de violência é que é sistematicamente impune! E foi por isso que na audição que fizemos com múltiplas associações envolvidas na protecção à vítima, uma única formulou dúvidas a este respeito e todas as outras, sugerindo embora medidas de acompanhamento e de desenvolvimento, algumas das quais estamos aqui a discutir, concordaram em tornar este como um crime público

Devo dizer-lhes que, no essencial, foram testadas soluções legislativas, mesmo as mais recentes, porque os números a este respeito são impressionantes A PSP e a

GNR registaram, no ano passado, 2899 casos, uma das mais importantes associações a este respeito, registou mais de 2000 casos, mas diz-nos o Ministério da Justiça que só 20 desses casos foram a tribunal, 10 dos quais abandonados por desistência das próprias vítimas

Ora, o problema é se se está sistematicamente impune, não será fingimento dizermos que um crime que não é penalizado é ainda crime? Se aceitarmos que a prática social conduz à regra da sua impunidade, por que dizemos, então, que ele é crime? Se o crime é sempre desculpado, se é sempre escondido, se é sempre invadido, por que é que ele, então, é crime? Isso é o que leva a esta modificação essencial

E há duas razões pelas quais propomos que o critério de referência seja no sentido de que o crime seja público, independentemente da discussão que vamos ter na especialidade e que, naturalmente, acolhemos com todo o interesse

Em primeiro lugar, a lei é geral. Se todos temos de ter os mesmos direitos, como me respondem ao facto de o António não ter o direito de impedir o processo contra o carteirista, mas a Maria já ser obrigada, se o António a tal a obriga, agredindo-a, a levantar a crítica e a denúncia contra o António? Se a lei é geral e se aceitamos que, neste caso, seja subjectivada, então, por que é que não se defende a subjectivação total do Direito Penal? Porque essa seria a consequência lógica, e a resposta, aliás, é óbvia

Mas o problema é que as leis, até hoje, trataram especial e unicamente as mulheres agredidas como uma excepção deste ponto de vista. E eu pergunto o que é que o crime contra as mulheres tem de tão especial que nos leve a aceitar que, sendo crime, não seja punido sempre que o agressor tenha a força de forçar a vítima a mentir sobre a agressão? Na legislação que até agora tivemos, estamos a dar um direito ao agressor e não um direito à vítima, e por isso é que importa modificá-la

Aquilo que muitos consideram ser uma atenuante, pelo facto de a violência ser exercida no âmbito familiar, nós consideramos que é uma agravante, porque estão em causa crimes contra valores fundamentais do Estado de direito e, desse ponto de vista, essa é a definição do crime público, esse é um domínio em que os direitos humanos não podem ser relativizados. Isso, sim, seria a menorização cívica das mulheres

É por isso que é preciso responder a «para onde vai Maria?» e a todas as outras perguntas. É preciso desenvolver casas de refúgio e medidas de coacção. Várias medidas, como foi dito numa intervenção anterior, estão previstas na Lei n.º 61/91, no Plano Nacional contra a Violência Doméstica e também nos projectos do PCP e do PP, que agora temos em cima da mesa. Mas a questão essencial é dar o sinal público e sobre ele uma evolução notável se registou neste debate, que prova que ele foi útil, foi indispensável e foi essencial, e isso cria um efeito dissuasor.

Não mudamos hoje ou quando votarmos as práticas judiciárias dominantes no nosso país, mas diremos que a insuportabilidade da violência sobre as mulheres obriga

este Parlamento a mudar a lei naquilo que ela tem de mais essencial, e esse sinal, sim, vamos dá-lo, e agora

Vozes do BE, do PCP e do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Srs Deputados, terminámos a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 21 e 58/VIII e do projecto de resolução n.º 21/VIII

Vamos passar à discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 28/VIII — Criação da área metropolitana de Leiria (PSD)

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Deputado Ferreira do Amaral

O Sr Ferreira do Amaral (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados É com o maior gosto que faço a apresentação do projecto de lei, de que sou um dos subscritores, que visa a criação da área metropolitana de Leiria.

Deixem-me, em primeiro lugar, falar um pouco do distrito de Leiria

Como sabem, fui eleito Deputado por este distrito. Tenho plena consciência de que, de acordo com o tipo de representação que todos assumimos neste Parlamento, não posso ser outra coisa se não um Deputado nacional. Mas também não me posso esquecer de quem me elegeu para aqui estar. E quem me elegeu foi o povo do distrito de Leiria, razão suficiente para me sentir obrigatoriamente investido na missão de trazer perante vós as propostas de solução para alguns dos problemas mais graves que afectam todo o distrito, problemas que hoje conheço bem e para os quais a única resposta do Governo parece ser a do silêncio e a da omissão.

O distrito de Leiria é composto por 16 municípios e conta, hoje, com uma população de cerca de 500 000 habitantes. Contrariamente, aliás, ao que sucede em muitas outras zonas do País, tem apresentado, nos últimos anos, um crescimento populacional acentuado.

Mais de 4/5 da população concentra-se em 5 desses 16 municípios, que constituem, por si só, uma mancha contínua, com características muito próximas do ponto de vista industrial, comercial, urbanístico, de transportes e ambiental. O distrito de Leiria constitui, por isso, uma realidade por si mesmo, baseia-se numa unidade natural e numa comunidade de interesses e é muito mais do que uma simples ou arbitrária divisão administrativa, que pudesse ser esta ou, indiferentemente, uma outra qualquer.

O distrito de Leiria apresenta, por outro lado, características de natureza social e económica que, infelizmente, não se repetem em algumas outras zonas do País.

Constituído por uma população dinâmica, com iniciativa, capaz de assumir responsabilidades e de correr riscos, capaz de lutar e de vencer, o distrito de Leiria deve exclusivamente a essa capacidade, a esse espírito de independência e de liberdade da sua população, a pujança e o progresso de que hoje legitimamente se orgulha.

Do Estado não espera nada nem quer nada, a não ser que cumpra bem as funções que lhe cabem e que são as

que os cidadãos, por sua iniciativa, não podem desempenhar

Como sucede com todas as sociedades que prezam a liberdade, a população de Leiria não quer que o Estado venha substituir a sua capacidade de iniciativa, não quer o Estado faça nada daquilo que os cidadãos podem fazer por si — e, aliás, fazem melhor — e não quer um Estado a atrapalhar e a intrometer-se no que não é chamado. Mas também, como em todas as sociedades dinâmicas, espera que o Estado cumpra e faça bem o que só a ele compete fazer e, sobretudo, que não seja o próprio Estado que, por omissão, por atraso, por incapacidade, por arrogância ou, pior, por razões decorrentes de inconfessáveis e sinistros cálculos políticos, venha a travar e a retardar o progresso com tanto esforço conseguido pelos seus cidadãos.

O desafio que o Estado tem em Leiria não é, pois, como, infelizmente, tem de suceder noutras zonas do País, o de se substituir a uma cidadania débil, é, pelo contrário, o de acompanhar o ritmo de uma sociedade livre, de uma sociedade em marcha vigorosa e de olhos postos no futuro.

Mas, infelizmente, diria até, estranhamente, o Estado tem-se revelado, nos últimos anos, esquecido, quando não até hostil a Leiria. Por razões que ninguém consegue explicar, o investimento público em Leiria baixou de forma drástica, comparando com a generalidade do País. Se há cinco anos, por exemplo, Leiria era o 5º distrito em investimento público, baixou, a partir daí, sistematicamente, para, no último ano, estar apenas em 12º lugar. Por quê? Como digo, ninguém consegue explicar as razões e nenhum critério, nenhuma opção política coerente, o pode justificar.

Em resultado disso, durante quatro anos — e vou dizer rigorosamente o que sucedeu —, nem uma estrada nova, nem um hospital, nem uma universidade pública, nem nada de nada que competisse ao Estado fazer e que aos cidadãos está vedado fazer por sua iniciativa própria.

O Sr José Junqueiro (PS) — Esqueceram-se de fazer isso durante 10 anos!

O Orador — Quando digo nada, é mesmo nada! O Estado, em Leiria, nos últimos quatro anos, puxou para trás e não esteve ao nível e ao ritmo do que os cidadãos de Leiria conseguiram com o seu esforço alcançar. Retardou e prejudicou, com a sua omissão, a iniciativa e o esforço de tantos que lutaram com sucesso pelo seu progresso e pelo progresso do seu distrito. O Estado, em Leiria, não foi o Estado dos cidadãos, foi, antes, como, infelizmente, sucede com os governos socialistas, o Estado dos políticos de visão partidária, que quiseram deliberadamente esquecer Leiria.

Mas não contente com isso, tentou ainda o Governo destruir o distrito através da malfadada tentativa de regionalização do País, a qual, se prejudicava o País inteiro, como o País inteiro, aliás, compreendeu, vitimizava de forma especial e definitiva o distrito de Leiria com uma divisão desenhadameticulosamente, a régua e esquadro, para o destruir, de tal forma que de Leiria não ficasse pedra sobre pedra. Mutilava-se o distrito, dilacerava-se a sua base geográfica, e não é difícil de imaginar que, desta forma, se

esperava destruir definitivamente a sua alma, a sua maneira de ser e até o seu espírito de liberdade.

O povo português deu a resposta que a regionalização merecia, e se, em todo o lado, essa resposta foi clara, em Leiria a resposta, além de clara, foi esmagadora.

Tudo isto faz supor que o Governo socialista não gosta de Leiria. Leiria não calha ao Governo socialista. É que, em Leiria, o Estado, comandado partidariamente, não é tão eficaz, como noutras zonas do País, para promover a extensão do poder socialista. Essa ilegítima alavanca de poder partidário, tão utilizada em muitas zonas do País, não funciona bem em Leiria. Não há grandes empresas públicas para empregar clientelas e os cidadãos não precisam de se render ao poder socialista como forma de assegurarem os favores do Estado. Isto pela simples razão de que, com o seu espírito de iniciativa, a sua capacidade de trabalho e a sua independência, não precisam do Estado-muleta, que inteiramente rejeitam.

O Governo socialista não gosta daqueles que não aceitam depender do Estado. É que esses são menos submissos ao poder «rosa». E é por isso que se tem encarniçado contra Leiria. Leiria é, para os socialistas, um mau exemplo de independência e liberdade, que não pode frutificar.

Daí que a única promessa cumprida no que respeita ao distrito foi a promessa feita por um anterior Ministro de maltratar o distrito se a população não cedesse na questão das portagens, que, em má hora, tentou introduzir a martelo. Essa promessa o Governo cumpriu. maltratou, de facto, o distrito. Mas, com essa inacreditável atitude de um Governo nacional, veio também implícito um grosso erro de cálculo. É que a população do distrito de Leiria não dobrou a cerviz e, mais uma vez, não trocou a sua liberdade pelas promessas de um Estado generoso para quem se submete. Não foi ao beija-mão. E os socialistas perderam as eleições em Leiria.

É este espírito de liberdade e de independência que este projecto de lei consagra. Com ele pretende-se dar uma voz mais forte e mais autónoma a quem já demonstrou não só que a merece como também que precisa dela. Leiria poderá ser mais e ter mais força a partir da aprovação desta lei.

É bom para todos. É, antes de mais, bom para o distrito de Leiria, que garante, desta forma, uma participação muito mais activa nas decisões que a ele próprio dizem respeito e adquire novas formas de administração autárquica, que a todos beneficiarão. Mas é também bom para o País, que verá um dos seus activos importantes, que é o distrito de Leiria, desenvolver potencialidades que já demonstrou ter e cujo aproveitamento integral ao País inteiro interessa.

Será também uma forma de mitigar as más consequências de, actualmente, o distrito estar integrado absurdamente em duas regiões-plano, com uma fronteira artificial que o atravessa e o divide e que muito o tem prejudicado.

Não vejo a quem uma lei como esta possa prejudicar e nem enxergo inconvenientes que haja que ponderar.

A decisão, Srs Deputados, é simplesmente esta: querem ou não dar uma voz mais forte e novas oportunidades ao distrito de Leiria, sem sacrifício de ninguém? É só esta a

pergunta e é só esta a resposta que a população de Leiria e do País aguarda desta Assembleia

Não me venham, por isso, responder com bugalhos. Já não há suspeitas de constitucionalidade para iludirem a questão que vos interroga. E sobretudo, Srs Deputados, em nome do respeito que merecem os nossos concidadãos, que aqui nos puseram, não adiem, não argumentem que esta reforma tão urgente e tão necessária deverá ser integrada numa reforma geral a vir depois, talvez, no «dia de S Nunca». Dizer «não», fingindo que se diz «sim», é o pior de tudo, porque não é outra coisa se não afirmar que as razões do «não» são tão inconfessáveis que é preciso fingir que se diz «sim».

Nesta matéria, como em todas as matérias de interesse nacional, o PSD não reivindicará vitórias suas por ver uma lei justa e útil de sua iniciativa aprovada neste Parlamento, mas não deixará de levantar o dedo acusador a quem, por cálculo de poder partidário, por mais disfarçado que esse cálculo apareça, recuse dar ouvidos aos interesses da população, de quem somos todos legítimos representantes

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Vicente Merendas

O Sr Vicente Merendas (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados O distrito de Leiria é hoje uma zona do País cheia de potencialidades, em franco desenvolvimento, mas também uma zona do País com numerosos e grandes problemas que urge resolver

O que a população do distrito de Leiria certamente espera da Assembleia da República é que este órgão de soberania, no exercício das suas funções, resolva e ajude a resolver esses graves problemas. Existem, de facto, problemas prementes que urge resolver. O que não é legítimo é enganarem-se as pessoas com falsos problemas e, sobretudo, com falsas soluções.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Por isso, o mínimo que se pode dizer, perante esta iniciativa do PSD, é que Leiria merece melhor

O Sr João Amaral (PCP) — Muito bem!

O Orador — Merece que se olhe com mais atenção para os seus problemas, em vez de jogos políticos feitos de forma precipitada

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Leiria clama que sejam resolvidas justas pretensões que há muito vem reivindicando. Deixo aqui um registo de algumas das mais importantes, que, implicando inscrição de verbas no Orçamento do Estado, podem e devem ser analisadas e decididas na Assembleia da República.

Na área do ambiente, o que se exige e precisa é resolver e não adiar por mais tempo uma eficaz intervenção visando

a despoluição das Bacias Hidrográficas do Lis e Lena, do Arunca (Pombal), do Alcoa e Baça, mas também a despoluição e desassoreamento da Lagoa de Óbidos e Baía de S Martinho, garantindo efectivo financiamento com fundos nacionais e comunitários aos programas de despoluição.

O que se impõe, é garantir para Peniche a concretização do projecto de despoluição do fosso da muralha (em redor da Fortaleza que envolve o núcleo urbano), potenciando as boas condições que Peniche tem para o desenvolvimento turístico e, ao mesmo tempo, não arrastar a tão necessária renovação da frota de pesca, particularmente a do cerco, vital para assegurar e desenvolver a indústria conservera e a salvaguarda dos rendimentos dos pescadores e pequenos armadores e os postos de trabalho.

O Sr Honório Novo (PCP) — Muito bem!

O Orador — É preciso lembrar que a crise em Peniche empurrou largas camadas para a situação de exclusão, como é evidente pela análise do rendimento mínimo garantido.

Do que o distrito precisa, é garantir o melhoramento das infra-estruturas portuárias de Peniche a pensar na rentabilização das pescas, mas também noutras actividades alternativas com a expansão das valências comercial e marítimo-desportiva do seu porto. O mesmo para a Nazaré, com o apoio a soluções que permitam o desenvolvimento da náutica de recreio, fortalecendo a aposta que a Nazaré vem fazendo no desenvolvimento turístico e face às dificuldades com que foi confrontada com a destruição das suas actividades da pesca.

O que é preciso com urgência são respostas concretas à grave crise industrial de Castanheira de Pêra, salvando da ruína o pouco que resta das suas empresas têxteis, garantindo os postos de trabalho, pagando os salários em atraso, bem como políticas de desenvolvimento regional que diversifiquem e promovam o desenvolvimento industrial do norte do distrito e permitem também tirar partido do seu grande recurso — a floresta.

O Sr João Amaral (PCP) — Muito bem!

O Orador — Do que Leiria precisa é de políticas concretas e apoios com incentivos à diversificação das zonas da mono-indústria ou de excessiva especialização, como Mira d'Aire, Ansião, Bombarral e nos já falados concelhos de Castanheira de Pêra e Peniche.

Do que Leiria precisa é de políticas eficazes de apoio à renovação urbana, particularmente a reabilitação do parque habitacional dos centros históricos dos principais centros urbanos, e acabar de vez com a continua degradação e declínio do Centro Histórico de Leiria, que o PROCOM só por si não resolve.

O que é preciso é acabar com a escandalosa situação ilegal de quase meia centena dos lares de terceira idade, com investimento público na rede de equipamento social dirigida à terceira idade.

O que é preciso é recuperar os atrasos de anos do Plano Nacional Rodoviário, acelerando a construção das

vias transversais, particularmente do IC9 e do IP6, mas também concluir o IC8 e o IC3, assim como não continuar a adiar por mais tempo a rectificação, alargamento e melhoramento da Estrada Nacional n.º 1 (IC2), com duplicação de via nalguns troços e soluções de segurança nos pontos negros, com passagens desniveladas, mas também com variantes, como há muito se prometeram para a Batalha e se exige para a Azóia.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — É preciso decididamente garantir a modernização e electrificação da Linha do Oeste e sua articulação com a Linha do Norte na região, independentemente das soluções que venham a encontrar-se para a alta velocidade, soluções em que Leiria tem também uma palavra a dizer

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — O que Leiria exige e necessita é de uma substancial melhoria dos seus serviços de saúde, com o preenchimento e alargamento dos quadros médicos nos centros de saúde e serviços hospitalares, bem como de dotar financeiramente o projecto de ampliação do Hospital de Caldas da Rainha e promover a recuperação e abertura do Hospital Termal

O que se impõe e sistematicamente adia é o desenvolvimento do ensino superior em Leiria. Que é feito das promessas do PSD e do PS de criação da universidade pública de Leiria, promessa logo esquecida quando chegam ao poder? O que não se pode adiar é continuar a desenvolver o ensino politécnico criando condições para o desenvolvimento de novas escolas e novos cursos, mas também para o desenvolvimento de um sistema regional de ciência e tecnologia que se articule com o ensino superior, as empresas e centros tecnológicos. O que não se pode adiar por mais tempo é a criação do centro de estudo do vidro

O que Leiria precisa é de um outro olhar sobre o seu valioso património, apoiando com mais decisão a sua recuperação — mosteiro e castelos

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — O que Leiria não tem, e devia ter, é um verdadeiro programa de apoio ao fomento e orientação agrícola para defesa e desenvolvimento das suas produções hortofrutícola, vitivinícola e pecuária. Mas também que se concretizem as promessas de desenvolvimento do regadio, com pequenas barragens no Oeste e revitalização do sistema de rega e enxugo do Vale do Lis

O que Leiria exige e espera são critérios justos na repartição dos fundos comunitários do III QCA, de forma a assegurar a capacidade competitiva das suas indústrias de ponta (caso dos moldes) e um efectivo apoio à modernização dos seus sectores tradicionais, resolvendo problemas como os que hoje se fazem sentir nos têxteis e cerâmica, por exemplo

Aqui estão exemplos de debates que é preciso fazer. Muitas destas questões merecem debates de urgência, no Plenário ou nas comissões parlamentares. Posso desde já anunciar que levantaremos muitas destas questões em sede de debate do Orçamento do Estado para o ano 2000.

Sr Presidente, Srs. Deputados: Quanto à matéria em debate, a primeira observação a fazer é a de que Leiria não pode ser considerada área metropolitana. De facto, não é metropolitana porque não se trata aqui de nenhuma metrópole.

Na opinião do Partido Comunista Português, é fundamental para Leiria, como para todo o País, um nível maior de desconcentração de serviços de Administração Pública central e um nível maior de descentralização.

Os que combateram a criação das regiões e comprometeram esse processo querem agora remediar mal e à pressa a situação que permanece em todo o País, de descoordenação de serviços, de falta de centros de decisão a nível intermédio entre administração central e os municípios, de enfraquecimento da coesão entre as várias parcelas do País.

O desenvolvimento de uma zona como o distrito de Leiria exige, antes de tudo, que seja ultrapassado um problema sentido, que é a divisão por duas CCR, e com dificuldades de articulação entre si nas políticas de desenvolvimento regional. Como tal, é sentido o esvaziamento do distrito com a centralização dos serviços nas sedes das CCR, nomeadamente em Coimbra. É preciso mudar profundamente o modelo de funcionamento das CCR.

Há muitas coisas a fazer no distrito de Leiria. Mas, antes de tudo, é necessário estudar com profundidade e encontrar soluções adequadas e justas.

O PCP apresentará iniciativas nesta linha de trabalho e tudo fará para que se encontrem aquelas soluções. Leiria não pode é continuar a ser marginalizada no investimento público nacional. Leiria tem problemas prioritários a resolver, que merecem estudo sério das alternativas de descentralização e desconcentração.

Este é, Sr Presidente e Srs Deputados, o compromisso que o PCP vai assumir.

Aplausos do PCP.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado, o tempo de que dispôs a mais para a sua intervenção foi-lhe cedido pelo Grupo Parlamentar de «Os Verdes»

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Miguel Medeiros

O Sr. José Miguel Medeiros (PS) — Sr Presidente, Sr. e Srs. Deputados. O projecto de lei que hoje aqui estamos a apreciar, que visa a criação da área metropolitana do distrito de Leiria, ao suscitar o debate sobre os modelos de gestão das grandes áreas urbanas do País e, em particular, de Leiria, poderia sem dúvida constituir um contributo para equacionar com seriedade os modelos de gestão mais adequados para essa mesma realidade.

No entanto, e lamentavelmente, aquilo que nos foi apresentado mais não é do que uma transcrição pura e simples e a multiplicação pelo País de um figurino cuja aplicação às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto se tem revelado totalmente inoperante e ineficaz, conforme o comprovam todos os estudos realizados sobre a matéria e a opinião generalizada dos autarcas que as integram, independentemente do quadrante político-partidário em que se inserem. E o espanto só não é maior porque tal prática já foi utilizada, aquando da apresentação de proposta semelhante, para o distrito de Aveiro.

Analisemos, então, a presente proposta de lei.

Desde logo, a coincidência da pretensa área metropolitana de Leiria com a unidade administrativa, que é o distrito, revela bem a falta de seriedade técnica e política desta proposta de lei.

Com efeito, juntar numa mesma estrutura supramunicipal, especialmente vocacionada para a gestão de realidades urbanas de elevada densidade, concelhos e subregiões com razoáveis taxas de urbanização e outros de índices de ruralidade por demais evidente é, no mínimo, paradoxal¹. De facto, quais os problemas comuns e que exijam soluções supramunicipais podem existir entre concelhos como Ansião e Marinha Grande ou Bombarral e Leiria, para citar apenas dois exemplos?

Ao contrário daquilo que parecem ser as motivações dos autores da proposta, as áreas metropolitanas não se decretam, antes, reconhece-se a sua existência criando as soluções institucionais para a resolução dos problemas de âmbito metropolitano dai decorrentes.

Não faz, pois, sentido criar uma estrutura para a resolução de problemas que de facto não existem, pois pura e simplesmente não existe uma realidade verdadeiramente metropolitana em Leiria!

E ainda que seja argumentado que estamos em presença de um território potencialmente metropolitano — o que admuto possa vir a ser uma realidade num prazo de duas ou três décadas ou até mesmo antecipado, se for concretizada a construção do aeroporto na Ota, que o PSD rejeita — e que esta seria, eventualmente, uma forma de ir preparando a região para o futuro, o argumento não colhe, pois, ao contrário da figura das regiões administrativas, a autarquia metropolitana possui um carácter sobretudo instrumental e visa fazer face a problemas concretos, devidamente identificados.

No que respeita aos limites territoriais, a ausência da sua explicitação é bem reveladora da falta de rigor, diria mesmo de convicção, com que VV Ex.^a apresentaram este projecto, o que, aliás, foi visível na intervenção do Sr. Deputado Ferreira do Amaral. É que, a reconhecer-se a existência de uma realidade metropolitana no distrito de Leiria, qualquer leigo identificá-la-ia, apenas e só, com a região central do distrito em torno da cidade de Leiria.

Argumentarão VV Ex.^a que tal facto se fica a dever à adopção de uma lógica de não exclusão, *a priori*, de qualquer concelho do distrito, deixando essa delimitação ao critério dos municípios. Mas, para além de tecnicamente indefensável, isso transforma a proposta num projecto de criação de mais uma associação de municípios, neste caso de âmbito distrital, cuja utilidade se não descortina, ainda

para mais impondo-a de cima para baixo, ao arreio de toda a filosofia subjacente a esta figura de cooperação intermunicipal, cuja base é totalmente voluntária.

Por outro lado, na «Exposição de motivos», VV. Ex.^a referem, e bem, a existência de quatro associações de municípios no distrito de Leiria, o que significa que os nossos autarcas estão, desde há muito, conscientes da necessidade de se agruparem para resolver os seus problemas específicos e comuns, nas escalas e com os arranjos geográficos adequados às necessidades.

Parece-nos, pois, que o presente projecto, além de extemporâneo, ignora por completo a realidade que diz querer suportar.

Assim, e ao contrário, importa explorar e potenciar a figura das associações de municípios, cuja avaliação de desempenho é francamente positiva e que, com a publicação do Decreto-Lei n.º 172/99, de 21 de Setembro, poderá conhecer um novo impulso, já que está longe de ver esgotadas as suas potencialidades.

A realidade actual, ao nível da cooperação e das relações entre municípios do distrito, evidencia ainda níveis de integração muito débeis nas mais diversas áreas e competências das autarquias locais, pelo que a natureza dos problemas que se colocam aos autarcas é, sobretudo, de natureza intermunicipal e menos, ou quase nada, supramunicipal.

A Sr.^a Natalina Moura (PS) — Muito bem!

O Orador — E se, na região central do distrito, em torno da sua capital Leiria, se começam a esboçar intervenções de carácter supramunicipal, o que a realidade tem demonstrado é que as soluções institucionais encontradas, sejam elas a Associação de Municípios da Alta Estremadura, a VALORLIS ou o recém-criado SIMILIS para a gestão dos resíduos sólidos e do saneamento básico, respectivamente, conseguem dar respostas adequadas a esses problemas, com a vantagem de terem resultado da vontade dos municípios envolvidos e das parcerias que conseguiram estabelecer com a administração central. Arrisco-me mesmo a afirmar que é na sua génese que podemos encontrar o segredo do êxito.

Sr Presidente, Sr.^a e Srs Deputados Sem prejuízo das considerações anteriores que fundamentam a posição discordante do PS em relação a este projecto, seja pela constatação da inexistência de uma realidade metropolitana no distrito de Leiria, seja pela fragilidade do modelo proposto, o Partido Socialista reconhece a necessidade de criação de uma lei-quadro para as grandes áreas urbanas, metropolitanas e não metropolitanas, na qual sejam definidos as diferentes soluções institucionais de gestão supramunicipal, adequadas à nossa realidade urbana, de país macrocéfalo, com uma rede de cidades médias extremamente débil.

Acresce, ainda, que o modelo actual das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, previsto na Lei n.º 44/91, de 2 de Agosto, para além de não contemplar outras realidades urbanas, prevê uma estrutura e uma legitimação dos seus dirigentes que as torna totalmente inoperacionais. A prova mais evidente desta realidade é a situação que se

vive actualmente na Área Metropolitana de Lisboa, cuja Junta não consegue, sequer, eleger os seus vice-presidentes

Com efeito, a realidade demonstra que a falta de uma legitimidade própria dos órgãos das actuais áreas metropolitanas as transforma em estruturas com fraca capacidade de decisão quando estão em causa projectos metropolitanos que possam chocar com os interesses particulares de um dos seus municípios. Nestes casos, aquilo que se verifica é que as decisões ficam normalmente bloqueadas ou, a haver decisões, elas contemplam apenas soluções minimalistas que possam garantir o consenso de todos os autarcas que compõem a Junta Aliás, outra coisa não seria legítimo esperar, já que estes colocam antes de mais, e bem, os interesses das populações que os elegeram e legitimaram pelo voto.

Sr Presidente, Sr^m e Srs Deputados É por estas e outras razões, que o tempo não permite que aqui sejam explanadas mas que estamos disponíveis para discutir em qualquer momento nesta ou noutras sedes apropriadas (refiro-me concretamente ao modelo de financiamento e à questão dos quadros técnicos das áreas metropolitanas e das áreas urbanas de grande dimensão), que não podemos deixar de considerar a presente proposta do PSD como mais uma manobra, de alcance exclusivamente partidário, tentando capitalizar de forma politicamente leviana as legítimas aspirações das populações locais.

Infelizmente, o PSD tem vindo a insistir e a multiplicar iniciativas desta natureza, numa verdadeira fúria pseudo-descentralizadora que mais parece um acto de contrição relativamente às suas práticas num passado não muito longínquo e que evidencia, de forma clara, a sua má consciência neste domínio.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Pela minha parte e do PS, estamos totalmente disponíveis para discutir e aprovar as reformas administrativas que melhor sirvam os interesses do distrito de Leiria, mas com rigor e seriedade políticas e num processo que terá necessariamente de envolver os autarcas e a administração central.

Não contém connosco para avalizar projectos demagógicos e eleitoralistas que só podem contribuir para descredibilizar as políticas e os políticos!

Por último, congratulo-me com os protestos de consideração do Sr Deputado Ferreira do Amaral para com o distrito de Leiria, já que, quando foi Ministro, não demonstrou qualquer consideração. Veja-se o estado em que ficaram as estradas do distrito!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, chegámos à hora regimental das votações. O sinal sonoro já está a funcionar há cerca de 15 minutos, pelo que espero que nenhum Sr Deputado entre depois deste momento.

Pausa

Srs Deputados, em relação ao projecto de resolução n° 12/VIII — Sobre o aumento de formandos na área da saúde (PCP), deu entrada na Mesa, e foi admitida, uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, que, no fundo, apenas pretende substituir a expressão «plano de emergência» por «plano de ação urgente».

Como é evidente, depois de termos terminado a discussão do projecto de resolução, não seria normal a apresentação de uma proposta de alteração, pelo menos sem ela ser discutida. De qualquer modo, como se trata apenas da troca de uma expressão por outra, a meu ver sem grande significado em termos legislativos, caso haja consenso de todos os Srs Deputados, votaríamos a referida proposta de alteração e, depois, o projecto de resolução.

Pausa

Verifico que há consenso, pelo que vamos proceder à votação da proposta de alteração, apresentada pelo PCP.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade

Srs Deputados, vamos proceder agora à votação do projecto de resolução n° 12/VIII — Sobre o aumento de formandos na área da saúde (PCP), incluindo a alteração que acaba de ser aprovada.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Relativamente ao projecto de lei n° 23/VIII — Relocalização distrital dos serviços desconcentrados da administração central (PSD), deu entrada na Mesa um requerimento, apresentado pelo CDS-PP, de baixa às Comissões de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente, de Educação, Ciência e Cultura, de Saúde e Toxicodependência e de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para nova apreciação, sem votação na generalidade. O requerimento foi admitido e distribuído e penso que não há lugar a discussão.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — O Sr Presidente acabou de anunciar este requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Ora, segundo percebo, ou, então, gostaria de ser esclarecido pela Mesa, este requerimento tem a oposição do grupo parlamentar proponente do projecto de lei.

Se isto for assim, Sr Presidente, a ir para a frente e a vingar, julgo que se traduzirá numa situação deveras complicada, em termos de futuro, na Assembleia da República.

Se se adopta, daqui para o futuro, a ideia de um ou dois grupos parlamentares poderem impor a baixa à comissão de um qualquer projecto de lei de outro grupo,

parlamentar, sem votação, esta situação poderá, em última instância, levar ao extremo de nenhum projecto de lei de um grupo parlamentar da oposição vir a ser votado durante toda a legislatura, não aprovado mas votado

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Orador. — Portanto, Sr Presidente, peço-lhe este esclarecimento, no sentido de saber se, de facto, é como percebo, ou seja, se este requerimento tem a objecção do Grupo Parlamentar do PSD — pelo menos na discussão da semana passada assim me pareceu —, porque, se for esse o caso, digo, desde já, Sr Presidente, que, perante uma situação destas, independentemente do projecto que está em causa e do seu conteúdo, votaremos contra este requerimento e contra qualquer outro que tente impor a baixa à comissão sem votação de um projecto de lei apresentado por um grupo parlamentar e que não tenha o acordo desse grupo parlamentar. Tem sido esta a norma na Assembleia

Aplausos do PCP

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Sr Presidente. — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado João Moura de Sá

O Sr João Moura de Sá (PSD). — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD, tal como acabou agora de expressar o Deputado Octávio Teixeira, não votando a favor deste requerimento, considera inaceitável que se force a baixa do projecto à comissão sem votação, com a votação deste requerimento. Consideramos que se trata de um princípio muito perigoso, porque pode levar a que, nos próximos meses e nos próximos anos, na Assembleia da República, não seja sequer possível, como disse o Deputado Octávio Teixeira, e bem, que se aprove algum projecto de lei oriundo da oposição que não tenha o acordo do Partido Socialista. Isto é profundamente lamentável!

Vozes do PSD. — Muito bem!

Protestos do PS

O Sr Presidente. — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE). — Sr. Presidente, acompanhando a interpelação do Deputado Octávio Teixeira sobre esta matéria, compreendemos que há uma leitura perversa do Regimento, podem gerar-se aqui coligações obstrucionistas que, objectivamente, inviabilizem que um partido proponente possa ver votada uma sua iniciativa.

Neste sentido, e por intermédio da Mesa, que me parece a instância mais adequada para o efeito, quero instar o Sr. Presidente para que proponha aos grupos parlamentares que apresentam este requerimento que se conformem com

aquela que será uma melhor leitura da estabilidade regimental e que recuem nesta matéria

O Sr. Presidente. — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Sr. Presidente, antes de mais, e como questão prévia, pensava que as deliberações desta Assembleia eram tomadas por maioria e que as maiorias não tinham os vícios que, agora, o PSD e o PCP, com o apoio, sempre imprescindível, do Bloco de Esquerda, vêm assinalar

Em segundo lugar, quero dizer que, se não quisessem, efectivamente, a votação deste requerimento, teriam feito o agendamento potestativo. Aí, sim, aí, teriam VV. Ex razão! Não fizeram o agendamento potestativo,

O Sr José Magalhães (PS). — Eles lá sabem porquê!

O Orador. — . pelo que estamos no pleníssimo direito de apresentar este requerimento

Finalmente, em ordem que não em importância, deste modo, tentamos ainda salvar o diploma do PSD, porque, se não baixar à comissão desta forma, chumba hoje, já e aqui

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Sr José Magalhães (PS). — Exactamente!

O Sr Presidente — Ainda para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado José Junqueiro

O Sr José Junqueiro (PS). — Sr. Presidente, votaremos favoravelmente a baixa à comissão do projecto de lei apresentado pelo PSD, na medida em que esta nossa determinação faz com que este projecto, apesar de tudo, possa, eventualmente, ser discutido aquilo que tem de fundamental.

Portanto, não se tratando de um agendamento potestativo e sendo, da nossa parte, de um grande interesse e de uma grande abertura discutir aquilo que está em causa neste projecto de lei, votaremos favoravelmente o requerimento de baixa à comissão para viabilizar essa discussão construtivamente

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Srs. Deputados, independentemente de o Regimento poder sempre ser alterado a todo o tempo, no sentido de o melhorar, e estamos até com a «mão na massa», não vejo como posso deixar de submeter este requerimento à votação e também não vejo como possa deixar de respeitar o resultado dessa votação. São estas as normas da Casa! Podemos alterar o Regimento mas, enquanto ele não estiver alterado, tenho mesmo de cumprir o seu artigo 156.^º

Não se trata, obviamente, de um direito potestativo de obrigar a baixa do projecto de lei à comissão, mas o requerimento tem 10 assinaturas, pelo que tenho de o

submeter à votação e respeitar o seu resultado, consoante a maioria que se formar

Não vejo mesmo como é que possa sair disto!

Para uma nova interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, pela parte que me toca, não coloco minimamente em causa a questão jurídica. O problema que está aqui colocado é um problema estritamente político e por isso o coloquei

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — E o vosso problema também é político!

O Orador — É um problema estritamente político e que tem a ver com aquilo que a Assembleia da República tem feito ao longo dos anos

Vozes do PCP — Muito bem!

Protestos do CDS-PP

O Sr Presidente — Srs Deputados, não vale a pena insistirmos nesta discussão

O Sr Deputado Narana Coissoró também já pediu a palavra mas peço-lhe que não use dela, porque não é preciso

Tenho a convicção firme de que não posso deixar de submeter o requerimento à votação e não posso desrespeitar o resultado da votação

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr Presidente — O problema político coloca-se em sede legislativa. Vamos, porventura, considerar os aspectos negativos desta disciplina e vamos alterá-la, se for caso disso, mas, enquanto não for alterada, terá de ser cumprida

Não me leve a mal, Sr Deputado Narana Coissoró, mas a sua intervenção seria inútil

Assim sendo, Srs Deputados, vamos votar o requerimento, apresentado pelo CDS-PP, de baixa às Comissões de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente, de Educação, Ciência e Cultura, de Saúde e Toxicodependência e de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para nova apreciação, sem votação na generalidade, do projecto de lei n° 23/VIII — Relocalização distrital dos serviços desconcentrados da administração central (PSD)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS e do CDS-PP e votos contra do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE

Atento o resultado da votação, o projecto de lei n° 23/VIII não será votado e baixa, efectivamente, ao conjunto de comissões referenciadas no requerimento

Vamos, agora, votar, na generalidade, o projecto de lei n° 35/VIII — Programa de redução dos gastos com medicamentos (PCP)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PCP, de Os Verdes e do BE e abstenções do PS, do PSD e do CDS-PP

O projecto de lei que acabámos de votar baixa à 8ª Comissão

Passamos à votação, na generalidade, do projecto de lei n° 37/VIII — Criação de farmácias públicas e medidas para o desenvolvimento e racionalização do Serviço Nacional de Saúde (BE)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PCP, de Os Verdes e do BE, votos contra do CDS-PP e abstenções do PS e do PSD

O projecto de lei n° 37/VIII baixa também à 8ª Comissão

Vamos proceder à votação, na generalidade, da proposta de lei n° 7/VIII — Estabelece normas sobre a cooperação entre Portugal e os Tribunais Penais Internacionais para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do PCP, de Os Verdes e do BE

A proposta de lei que acabámos de votar baixa à 1ª Comissão

Passamos à votação, também na generalidade, da proposta de lei n° 5/VIII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes e abstenções do PSD e do BE

Srs Deputados, vamos agora votar um requerimento, apresentado pelo PS e PSD, de baixa à 1ª Comissão, para votação na especialidade, da proposta de lei n° 5/VIII

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

A proposta de lei n° 5/VIII baixa, pois, à 1.ª Comissão, para votação na especialidade

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente. V Exª não mencionou esse facto mas, como votámos o requerimento, devo dizer que o mesmo especifica que a baixa, por razões de direito internacional que todos conhecem, tem de registar-se no prazo de 15 dias, isto é, a muito curto prazo

O Sr. Presidente — Sr Deputado, suponho que não é preciso mencionar esse facto, na medida em que consta

do requerimento, não é verdade? Se aprovámos o requerimento, aprovámos o prazo

Além disso, presume-se que os Srs Deputados conhecem o requerimento, mesmo que eu o desconheça

Risos.

Srs Deputados, vamos agora proceder à leitura, discussão e votação de relatórios e pareceres

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, peço desculpa, permite-me o uso da palavra?

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, trocámos impressões com Srs Deputados de outras bancadas e chegámos à seguinte conclusão há consenso para que se proceda, de imediato, à votação do conjunto de diplomas sobre violência doméstica que discutimos há pouco. Trata-se de uma situação excepcional, só com consenso é que isso se pode fazer, temos todo o gosto em ter promovido esse consenso, pelo que propomos que a Câmara vote, de imediato, essas iniciativas legislativas

O Sr Presidente — Vamos, então, proceder, de imediato, à votação desses diplomas, Sr Deputado

O primeiro a ser discutido foi o projecto de lei n° 21/VIII, pelo que será o primeiro a ser votado

Vamos, então, proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 21/VIII — Violência contra a mulher na família — «crime público» (altera o artigo 152º do Código Penal, revisto pela Lei n.º 65/98) (BE)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE e votos contra do CDS-PP

Este projecto de lei baixa à 1ª Comissão

Vamos proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 58/VIII — Reforça as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência (PCP)

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Este projecto de lei baixa, também, à 1ª Comissão.

Srs Deputados, vamos agora proceder à votação do projecto de resolução n.º 21/VIII — Concretização de medidas de protecção das vítimas de violência doméstica (CDS-PP)

O Sr José Magalhães (PS) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr José Magalhães (PS) — Para interpelar a Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, pedindo desculpa por não ter sido possível fazê-lo antes, manifesto que gostaríamos de entregar uma proposta de substituição ou, se quiser, de alteração do conteúdo da parte deliberativa do projecto de resolução em apreço

Salientando que os diversos grupos parlamentares têm conhecimento do alcance desta correcção, procederia, então, à entrega formal desta proposta, de forma a que ela possa ser votada

O Sr Presidente — Há acordo sobre isto. Srs Deputados?

Pausa

Vejo que há acordo. De qualquer modo, Srs Deputados, peço-lhes que tenham em atenção o anúncio do que passamos à votação, porque, a partir desse momento, não é possível discutir ou admitir seja o que for

Srs Deputados, se estiverem de acordo, o Sr Secretário da Mesa vai a ler a proposta de substituição, apresentada pelo PS, da parte deliberativa do projecto de resolução n.º 21/VIII

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Deputados, a proposta de substituição é do seguinte teor

A Assembleia da República pronuncia-se no sentido de que

a) No prazo máximo de 90 dias sejam publicados os diplomas necessários à regulamentação da Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, por forma a assegurar a efectiva criação de uma rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de crimes, de acordo com os critérios previstos na lei.

b) Seja assegurado de forma eficaz o serviço de atendimento telefónico permanente às vítimas de violência doméstica, por forma a que possa funcionar 24 horas por dia, incluindo aos sábados, domingos e feriados, através de serviços públicos ou mediante cooperação com entidades do sector social

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Sr Presidente, pedi a palavra para me pronunciar sobre a proposta, uma vez que se trata de um texto novo que acabou de ser distribuído

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Sr Presidente, ao lermos este texto e ao tomarmos conhecimento de que ele é oriundo da bancada do PS, penso que podemos concluir que esta iniciativa é uma confissão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista da total inacção do Governo nesta matéria até à data

A Sr^a Odete Santos (PCP): — Ó Sr Deputado, era melhor estar calado!

O Orador: — Ou seja, o que está em causa nesta proposta do Partido Socialista é a alteração do prazo de 30 dias, prazo inicialmente proposto para a publicação da regulamentação de uma lei aprovada há já cinco meses, para 90 dias. É evidente que isto é a confissão de que o Governo nada tinha feito até ao momento sobre a matéria e de que agora precisa de três meses para regulamentar a lei.

Contudo, o PSD pensa que esta matéria é demasiadamente importante e séria e que mais vale tarde do que nunca, razão pela qual, embora registando esta confissão de total inacção da parte do Governo, o Partido Social Democrata votará favoravelmente este projecto de resolução com a já referida proposta de alteração

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, gostaria de dizer umas breves palavras, como fez o Sr Deputado Luís Marques Mendes

Vozes do PSD. — Luís Marques Guedes!

O Orador: — Perdão! Queria dizer como fez o Sr Deputado Luís Marques Guedes Não queria insultá-lo!

Protestos do PSD

Não queria insultá-lo pelo facto de o ter confundido com um colega seu

Sr Presidente, Srs Deputados O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou esta proposta com a melhor das boas vontades e, como é seu timbre, com vista a gerar consenso em torno de uma matéria na qual não deve haver qualquer disputa ou corrida, senão uma corrida a favor do fim da violência

Neste sentido, devo dizer que propusemos uma correcção e obtivemos a aquiescência do CDS-PP, no sentido de o projecto de resolução, porque é disso que se trata, ter a forma própria das resoluções. Não é adequado que as resoluções recomendem, porque, através das resoluções, a Assembleia da República pronuncia-se sobre questões políticas e, neste caso, reafirma a sua vontade, fixando ou enunciando um prazo concreto, prazo que é realista, no sentido de que a lei aqui aprovada por consenso seja, na parte em que já não é directamente aplicável — já que numa parte ela é directamente aplicável e está a ser aplicada e saliento que o PSD não tem qualquer legitimidade, dado o incumprimento da lei de 1991, para apostrofar quem quer que seja nesta matéria — complementada por todas as diligências para que consigamos, no prazo de 90 dias, produzir todos os diplomas

Por outro lado, no debate orçamental, teremos ocasião de fazer muito mais do que isso, produzindo as inscrições e dotações orçamentais necessárias para o cumprimento da lei, como é obrigatório, o que nunca esteve em causa. É assim com esta maioria, com honradez e com frontalidade, sem ser necessário qualquer disfarce

Por outro lado ainda, propusemos a alteração por uma razão de realismo. É fundamental que o serviço telefónico de atendimento funcione bem e que não seja apenas urna «caixa de desabafo» mas uma «caixa de utilidade», mas não é necessário que tenhamos nessa matéria limites de imaginação. É possível, e, aliás, a Sr.^a Ministra para a Igualdade está, neste momento, a trabalhar nesse sentido, estabelecer protocolos com uma diversidade de entidades que assegurem o nosso objectivo comum, que é um serviço eficaz 24 horas por dia.

É neste sentido que esta redacção sublinha essa possibilidade de acção directa ou em cooperação com entidades do sector social. Fazemos votos de que essas entidades sejam muitas e, se houver sugestões no sentido de melhorar ainda a redacção, estamos abertos a essas melhorias, porque é esse o espírito com que trabalhamos aqui e não um espírito de recriminação

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr António Capucho (PSD) — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr António Capucho (PSD). — Para uma interpelação à Mesa, Sr Presidente.

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, V Ex^a não prestou, certamente, atenção a um incidente acabado de ocorrer, que reputo de gravíssimo. Durante a sua intervenção, o Sr Deputado José Magalhães enganou-se ao citar o nome do nosso colega Luís Marques Guedes, chamando-o pelo nome de outro colega da minha bancada e pediu-lhe desculpa, dizendo-lhe que não o queria insultar.

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD) — É uma vergonha!

O Orador: — V Ex^a, certamente, não ouviu!

O Sr Presidente — Sr Deputado, de facto, não ouvi. Só ouvi, sem saber em relação a quê, o pedido de desculpas do Sr. Deputado José Magalhães, que foi posterior a isso. Se tivesse ouvido, teria chamado a atenção do Sr Deputado José Magalhães

O Orador — Sr Presidente, permita-me apenas que conclua para dizer que ninguém da minha bancada se sentirá insultado quando o nosso nome for trocado pelo de qualquer outro nosso colega, razão pela qual protesto veementemente por esta atitude do Sr Deputado José Magalhães!

Aplausos do PSD e do CDS-PP

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, depois de V. Ex^a ter dito o que disse, a minha declaração é praticamente inútil ou é, no mínimo, sobreabundante

É óbvio que nunca me passaria pela cabeça usar, em tom aleivoso, aquilo que foi, manifestamente, um lapso

O Sr. António Capucho (PSD): — Mas disse-o!

O Orador — Mas também registo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que é preciso que a sensibilidade esteja muito exacerbada para um lapso deste tipo gerar uma atitude tão violenta por parte do Sr. Deputado António Capucho.

Protestos do PSD

Sugiro, Sr. Deputado António Capucho, que não tome as palavras por aquilo que não são!

O resto é um problema mais grave que não está nas minhas mãos resolver, naturalmente!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para intervir sobre a proposta de alteração da parte deliberativa do projecto de resolução n° 21/VIII, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, não sei se por influência dos projectos de lei que estamos a discutir, mas a verdade é que esta sessão está a ser de uma violência verbal absolutamente inadequada ao Parlamento!

O Sr. António Capucho (PSD): — Muito bem!

O Sr. João Amaral (PCP): — Olha quem fala!

O Orador — Queria dizer, relativamente à proposta de alteração que ao nosso projecto de resolução foi apresentada pelo Partido Socialista, o seguente: a lei de 1991 demorou oito anos a ser regulamentada, ou oito anos passaram até se recordar ao Estado a obrigação de a regulamentar. Depois, produziu-se uma nova lei, que é absolutamente essencial para a existência de condições práticas para a resolução do problema, tendo-se dado 90 dias ao Governo para a regulamentar. Esses 90 dias já passaram, de modo que há todas as razões para só ver com muita reserva uma nova proposta que adita mais 60 dias à obrigação de regulamentar.

Em todo o caso, e como aqui já foi afirmado, é extremamente importante que se lembre ao Governo a sua obrigação de, de uma vez por todas, quanto à linha telefónica, fazer o óbvio, que se pode fazer por um despacho ministerial, e, quanto às casas de refúgio, fazer, não como diz a vossa formulação «redonda», mas, sim, 22 casas de refúgio em Portugal, que é o que está na lei.

É, portanto, assim que nós interpretamos e lemos esta proposta e creio que fica anotada a palavra do vosso grupo parlamentar, dizendo que, se o Governo se esquecer outra vez, haverão de lembrá-lo do que aqui foi votado. Dada a importância da matéria, aceito, sob muita reserva, a vossa proposta de alteração. Se cumprirem, talvez tenha sido descoberto o conteúdo funcional do Ministério para a Igualdade.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, raras vezes faço considerações sobre as matérias que são discutidas, embora tenha talvez esse direito. Neste caso, contudo, não me eximo a dizer o seguinte: há muitas leis, mais do que julgamos, por regulamentar há 10 anos e mais. Muitas delas da maior importância, algumas da minha autoria. Por isso mesmo, tomei a iniciativa, na legislatura anterior, de lembrar aos Srs. Deputados a conveniência da criação de uma comissão eventual de acompanhamento da execução e da aplicação das leis. Por qualquer razão, que não me compete analisar, essa proposta ainda não foi concretizada, mas eu veria nela a maior utilidade.

Que a Assembleia se não divorciasse do caminho posterior à aprovação das leis que aprova e procura acompanhar essas leis, no sentido de saber, primeiro, se foram regulamentadas como se prevê que sejam, e, segundo, se foram correctamente aplicadas, se estão em conflito com outras leis, se foram ao encontro do assentimento popular ou se há uma reacção profunda contra elas. Penso que um instrumento desses só nobilitava o criador da lei, mas, como digo, não devo eu tomar iniciativas legislativas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, as palavras que V. Ex.^a acaba de dizer levaram a direcção do meu grupo parlamentar a entender fazer uma declaração imediatamente subsequente à sua observação, para dizer que é nossa intenção, e aqui o declaramos, incluir nas nossas propostas de reforma parlamentar, a apresentar muito brevemente, a proposta de criação de uma comissão de acompanhamento da aplicação das leis.

Creio que isso o satisfará.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, fico muito feliz, em nome do Parlamento e também da eficácia das leis, como calculam.

Não se pode aplicar uma lei que não foi regulamentada. E há excelentes leis feitas há mais de 10 anos que ainda não estão regulamentadas.

Vamos, então, votar proceder à votação da proposta de substituição, apresentada pelo PS, da parte deliberativa do projecto de resolução n° 21/VIII — Concretização de medidas de protecção das vítimas de violência doméstica (CDS-PP).

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade

Srs Deputados, há para apreciação e votação sete pareceres da Comissão de Ética, que o Sr Secretário vai dar conta

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 4º Juízo do Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP) a ser ouvido como arguido, no âmbito do processo comum singular, que, sob o n.º 7547/94 4TD LSB, corre os seus termos na 2ª Secção do 4º Juízo do Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação

Pausa

Não havendo inscrições, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Srs Deputados, de acordo com o solicitado pela 9ª Vara Criminal de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP) a ser ouvido como arguido, no âmbito do processo comum singular, que sob o n.º 229-B/94 corre os seus termos na 3ª Secção da 9ª Vara Criminal de Lisboa

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação

Pausa

Visto não haver objecções, vamos votá-lo

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr Deputado Rui Vieira (PS) a prestar declarações como arguido, no âmbito de um processo de inquérito que corre os seus termos no 5º Juízo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa

O Sr Presidente — Srs Deputados, se não houver objecções, vamos votar o parecer

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial de Santarém, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar a Sr.ª Deputada Luisa Mesquita (PCP) a ser interrogada na qualidade de arguida, no âmbito do processo de inquérito n.º 2616/D/98 — 4ª Delegação, que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação

Pausa

Visto não haver inscrições, vamos proceder à sua votação

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial da Comarca de Fafe, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr Deputado José Saraiva (PS) a prestar declarações como arguido, no processo de inquérito que corre os seus termos no 3º Juízo do Tribunal Judicial de Fafe

O Sr Presidente — Srs Deputados, se não houver objecções, vamos passar à sua votação

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Srs Deputados, a Comissão de Ética decidiu emitir o parecer n.º I/VIII — Autorização para o exercício de funções docentes, dirigido a S Ex.º o Sr Presidente da Assembleia da República, dando cumprimento aos despachos exarados por V Ex.º nos documentos em anexo, respeitantes aos Srs Deputados Basílio Horta, Manuel Queiró, Narana Coissoró, João Rebelo e Telmo Correia, do CDS-PP, do seguinte teor «1 — Não há qualquer restrição à acumulação do mandato parlamentar com o exercício de funções docentes em estabelecimentos de ensino privado ou cooperativo, não estando por isso o Deputado obrigado a solicitar qualquer autorização à Assembleia da República,

2 — A acumulação do mandato parlamentar com o exercício de funções docentes em estabelecimentos de ensino público é igualmente livre e não depende de prévia autorização da Assembleia da República, estando apenas vedado ao Deputado, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 20º do Estatuto dos Deputados, a acumulação dos respectivos vencimentos.»

O Sr Presidente — Srs. Deputados, como a Comissão de Ética confirma, estamos em face do exercício de um direito, não havendo por isso lugar a qualquer votação

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Alberto Costa (PS) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação

Pausa

Visto não haver objecções, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para interpelar a Mesa, Sr Presidente.

O Sr Presidente — Faça favor

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, interpelo a Mesa para que não fique qualquer equívoco da leitura dos pareceres da Comissão de Ética que acabou de ser feita pelo Sr Secretário da Mesa

Sr Presidente, quando fui consultado sobre a minha posição quanto a depor nos tribunais em relação a processos que são obviamente anteriores à minha vida política, mantive a posição que expressei há quatro anos, era eu Deputado na anterior legislatura, uma posição que não é entendimento corrente desta Casa. Ou seja, eu entendo que a imunidade parlamentar não deve servir para blindar quem quer que seja relativamente a factos anteriores ou estranhos à sua vida política e que é absolutamente injusta a cominação de suspensão do mandato para poder responder por aquilo que, em minha opinião, é devido e estranho à vida política e parlamentar

O Sr Presidente — Sr Deputado Paulo Portas, fica registada a sua declaração

Srs Deputados, vamos, agora, retomar a discussão do projecto de lei n.º 28/VIII — Criação da área metropolitana de Leiria, apresentado pelo PSD

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados Sobre o projecto de lei ora em discussão, gostaria de fazer algumas breves considerações, algumas delas, aliás, completamente de acordo com as que aqui já foram feitas pelo Sr Engº Ferreira do Amaral

Começo por referir que, do conhecimento que tive do distrito de Leiria — e devo dizer que conheci este distrito no contexto da campanha eleitoral, porque não sou natural de Leiria, sou de bem perto, mas não sou do distrito de Leiria —, fiquei a apreciar e a gostar da capacidade empreendedora, da capacidade de trabalho e de iniciativa das gentes de Leiria. Isto para dizer, portanto, que Leiria não tem precisado do Estado para quase nada, porque, de *motu proprio*, com a sua própria capacidade, têm vindo a suprir essas dificuldades

Porventura, apetecia-me dizer que, quando Leiria quis alguma coisa do Estado, até teve mais do que aquilo que queria, teve duas CCR! Julgo, aliás, que é uma situação caricata e curiosa o facto de Leiria, que tem 16 concelhos,

estar dividida por quatro associações de municípios e duas CCR, situação que acarreta tantos prejuízos, as mais das vezes, para projectos de grande envergadura, para projectos que carecem de alguma uniformidade. A divisão artificial daquela zona, tão rica e empreendedora, o ter de se dispersar por áreas de intervenção, cria, a maior parte das vezes, prejuízos naturalmente difíceis de colmatar

Mas, como eu dizia, o Estado nada ou muito pouco tem feito pelas gentes laboriosas do distrito de Leiria e, quando faz, faz demais e mal e, às vezes, até baralha

Isto serve de enquadramento para me questionar e questionar todos os meus colegas se, porventura, estamos certos de que o projecto de lei apresentado pelo Partido Social Democrata, relativo à criação da área metropolitana de Leiria, corresponde e dá resposta aos problemas concretos das gentes de Leiria

Penso que este projecto de lei talvez não seja, neste momento, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista jurídico, pelo menos tal como eu entendo a formação das leis, o mais adequado. Estaria muito mais à vontade, penso que estaria mais convencida de que estaria a prestar um bom serviço a quem me elegeu, a quem fez o favor de em mim confiar, se esta matéria fosse discutida e analisada no contexto de uma lei-quadro sobre as áreas metropolitanas. Tenho a convicção profunda de que medidas avulsas, medidas desenquadradas, medidas que não são interligadas, podem não corresponder à satisfação dos interesses que, naturalmente, se visam prosseguir quando se apresentam diplomas desta natureza

Por outro lado, também tenho algumas dúvidas quanto à falta de indicação das áreas territoriais dos concelhos que devem inserir-se na área metropolitana de Leiria

Portanto, temo que a discussão que, posteriormente, se seguirá exclusivamente sobre os concelhos a incluir na área metropolitana de Leiria possa perder grande parte da sua importância e do seu impacto. Tenho também receio, devo confessá-lo claramente, de que a criação da área metropolitana de Leiria possa, porventura, pôr em causa aquilo que aprendi a conhecer e a gostar, que é a capacidade de entreajuda e a capacidade de trabalho das gentes de Leiria

Mas, como é natural, sou conservadora, sou democrata-cristã e sou reformista, e isto, para mim, significa que, talvez, valha alguma coisa mais do que nada

Por isso, a meu ver, apesar das deficiências, dos receios e das dificuldades que aqui deixei expressas, penso que prestarei um bom serviço às gentes de Leiria se não inviabilizar a possibilidade de ser discutida e analisada a criação desta área metropolitana, até porque comprehendo e aceito que projectos de grandes dimensões, como sejam, por exemplo, os transportes urbanos e as redes ferroviárias, careçam de uma visão estratégica, porventura, mais uniforme e que talvez exijam a intervenção ou a criação, neste caso, de uma área metropolitana

Para finalizar, direi que, ainda que gostasse muito mais de discutir esta matéria no domínio da criação de uma lei-quadro — e penso que posso pedir a todos os colegas dos outros grupos parlamentares para se avançar neste sentido —, apesar de tudo, não será o CDS-PP e sobretudo a Deputada eleita pelo círculo eleitoral de Leiria a não dar

a sua contribuição para que, porventura, seja possível ajudar a resolver alguns dos problemas, tão graves e tão gritantes, de organização e de dispersão, que os leirienses, hoje, sofrem.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Margarida Gariso.

A Sr.ª Margarida Gariso (PS) — Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados: Na era da globalização e da urbanização, os espaços urbanos constituem formas complexas de organização social, económica e cultural, nos quais se concentra boa, senão mesmo a maior, parte dos recursos humanos e financeiros indispensáveis à concretização de qualquer estratégia de desenvolvimento.

No respeitante às áreas metropolitanas, estas são, geralmente, espaços de âmbito multimunicipal, densamente povoados, dominados por actividades económicas secundárias e terciárias, especializadas em funções de nível hierárquico superior (supramunicipal, sub-regional, regional, nacional e internacional).

Mas as áreas metropolitanas correspondem também a territórios caracterizados por fortes interdependências ou interacções internas, resultantes do zonamento funcional e da polinucleação. Estas interdependências traduzem-se em intensos fluxos ou movimentos demográficos internos e pendulares.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Tendo em conta a incapacidade dos municípios e das respectivas associações de resolverem problemas comuns de âmbito supramunicipal, a Lei n.º 44/91, de 2 de Agosto, criou as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, com funções de articulação e coordenação de acções supramunicipais. Todavia, parece consensual a inadequação, a inficiência e a inoperacionalidade desse modelo de gestão.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados: É possível identificar diversos modelos de organização jurídico-institucionais de gestão integrada de grandes áreas urbanas, como, por exemplo, associações de municípios, autarquias metropolitanas e regionais, estruturas desconcentradas do Estado e estruturas mistas, nomeadamente de âmbito empresarial, compostas por representantes do Estado e dos municípios.

De harmonia com o Programa do Governo, «a criação de novas áreas metropolitanas, bem como o alargamento das actualmente existentes, deverá ser condicionada por um quadro legal, estabelecendo os requisitos mínimos da condição de metrópole, bem como a definição de competências próprias de órgãos autárquicos, de concentrações urbanas com significativa integração e interdependência municipal».

Nesta conformidade, o Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, através da resolução do Conselho de Ministros aprovada a 6 de Janeiro de 2000, criou a missão para a reforma da organização territorial do Estado, tendo em vista a elaboração de estudos e propostas de reorganização administrativa.

Assim sendo, a eventual criação de novas áreas metropolitanas não deverá resultar de decisões avulsas ou isoladas, como fazem os Deputados do PSD com o projecto ora em discussão. Pelo contrário, deverá inscrever-se num processo mais vasto e concertado.

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados: Os modelos institucionais que vierem a ser legalmente consagrados não poderão ignorar a divisão e a organização político-administrativa existente no País, pelo que será essencial clarificar a estrutura relacional destes modelos de gestão face ao Estado e aos municípios, de modo a evitar conflitos entre órgãos e serviços estatais, municipais e urbanometropolitanos, coisa que os Deputados do PSD não cuidaram de fazer.

Por outro lado, a consagração legal de novos modelos institucionais para as grandes áreas urbanas não poderá ignorar a existência de um sistema urbano nacional desequilibrado, litoralizado e bipolarizado, factor gerador de assimetrias.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Por sua vez, a consagração legal de novas áreas urbanometropolitanas deverá ser previamente estabelecida pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), previsto pela Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, a qual estabeleceu as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Assim, a criação avulsa de novas áreas metropolitanas não concorre para a coerência do sistema urbano nacional.

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados: Os Deputados do PSD, no projecto de lei para a criação da área metropolitana no distrito de Leiria — como, aliás, já havia acontecido no projecto de lei para a criação da área metropolitana de Aveiro —, insistem numa iniciativa desajustada e desarticulada, onde se repetem os vícios e imperfeições constantes da Lei n.º 44/91, que o PSD não sana, mas agrava. Assim, no que respeita ao âmbito territorial da área metropolitana de Leiria, este não está definido, sendo certo que é um dos seus elementos essenciais.

Com esta atitude, os Deputados do PSD revelam o seu desajustamento face à realidade nacional e internacional em que Portugal se insere, ignorando o actual cenário comunitário em que a favorável inserção de Portugal nas redes europeias e mundiais exige o correspondente desenvolvimento de redes nacionais capazes de crescer em simbiose, valorizando o desenvolvimento equilibrado do território nacional no seu conjunto.

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados: Numa matéria sobre a qual deve existir um consenso político alargado, com a participação activa das forças vivas locais, os Deputados do PSD optam por medidas avulsas, desarticuladas e desactualizadas, o que é revelador da sua

falta de capacidade em adaptar-se à nova realidade nacional e internacional, optando apenas por marcar agenda política

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros

O Sr. José Miguel Medeiros (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados Na ponta final deste debate sobre uma matéria desta importância, quero chamar a atenção para o facto de, de entre os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria interessados nesta matéria, apenas se encontrarem na Sala os do Partido Socialista, o que revela bem o interesse que o PSD quis dar ao projecto de lei que apresentou aqui hoje e a seriedade política com que o fez

Vozes do PS — Nem o primeiro proponente cá está!

O Orador — Exactamente, nem o primeiro proponente cá está! Nem os outros Deputados, esses que também são naturais de Leiria. Enfim, ainda posso compreender que o Sr. Deputado Ferreira do Amaral tenha outros afazeres em Lisboa, agora, quanto aos outros Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria, limito-me a fazer uma constatação

Parece-me que o balanço que podemos fazer deste debate é simples o PSD apresentou aqui um projecto de lei para a criação não de uma área metropolitana mas, sim, de um palco político para poder «fazer uns números políticos» e dizer mal do Governo do PS. Foi exactamente isso o que aqui veio fazer e não discutir seja o que for sobre áreas metropolitanas

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É que, se quiséssemos discutir assuntos do distrito, poderíamos dizer que foi o PSD que o dividiu em duas CCR e que as quatro associações de municípios não dividem o distrito mas agrupam concelhos, porque são organizações municipais, que, se o distrito hoje tem uma delegação do IAPMEI e, em breve, vai ter uma Loja do Cidadão, isso foi obra do PS, e que o aeroporto na Ota, se vier a ser construído, como esperamos que venha, mesmo com a oposição do PSD, poderá vir a potenciar a realidade metropolitana, e, se calhar, em vez de, daqui a 20 ou 30 anos, poderemos tê-la dentro de 10 anos

Portanto, há todo um conjunto de matérias, relativamente ao distrito de Leiria, sobre as quais poderemos fazer aqui uma discussão, quando o PSD e os outros partidos quiserem

Porém, o que estava agendado para hoje era a discussão de um projecto de lei de criação de uma área metropolitana, nos seus aspectos técnico e jurídico. Só que, pelos vistos, o único partido que falou de áreas metropolitanas foi o Partido Socialista

Era isto que queria deixar registado, desafiando naturalmente os Deputados do PSD a aprovarem o projecto de construção do aeroporto da Ota, para que, então sim,

daqui a pouco tempo, possamos ter uma área metropolitana em Leiria

Aplausos do PS

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Sr Presidente, é caso para dizer que há tardes em que mais valia o Partido Socialista não sair de casa, porque «não acerta uma»

Sr Presidente, quero chamar a atenção do Sr. Deputado José Miguel Medeiros — e parto do princípio de que obviamente o disse por lapso — de que a Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro, eleita pelo círculo eleitoral de Leiria, esteve sempre presente na Sala, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado referiu

Em qualquer circunstância, acrescentaria que se, nesta parte final do debate, houve, de facto, algum desinteresse por parte de toda a Câmara foi apenas porque o Partido Socialista, desde o início, já tinha deixado claro que estava contra a criação da área metropolitana de Leiria. Posto isso, era evidente que os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria, assim como a população de Leiria, já estavam informados sobre quais as intenções do Partido Socialista

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — O senhor anda mal informado! Essa nem o Marques Mendes!

O Sr. José Miguel Medeiros (PS) — Peço a palavra. Sr Presidente

O Sr. Presidente — Para que efeito?

O Sr. José Miguel Medeiros (PS) — Sr Presidente, fui interpelado directamente

O Sr. Presidente — Não, não foi. A interpelação foi feita à Mesa

O Sr. José Miguel Medeiros (PS) — Mas quero apresentar um pedido de desculpas à Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro, porque

O Sr. Presidente — Já vi que fez um gesto, pedindo desculpas à Sr.^a Deputada Fica registado, Sr. Deputado

O Sr. José Miguel Medeiros (PS) — Então, que fique claro que pedi desculpa à Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro

O Sr. Presidente — Muito bem. Sr. Deputado.

Srs Deputados, terminado o debate do projecto de lei n^º 28/VIII, vamos passar à discussão, na generalidade, do projecto de lei n^º 18/VIII — Estatuto do mecenato para a vida (CDS-PP)

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados: No ano de 1998, os portugueses foram chamados a votar em referendo sobre a despenalização total do aborto. A votação surpreendeu muita gente. O «não», radicalmente minoritário no País oficial, foi, a nosso ver, saudavelmente maioritário no País real.

Sobre esta votação e este resultado, é possível fazer uma interpretação de valores, que é, pelo menos, a que nós fazemos e creio ser partilhada por todos aqueles que votaram «não», nesse dia: a de que os portugueses quiseram proteger, acima de tudo, uma ideia sobre o direito à vida, como valor e fundamento primeiro de uma certa ideia de civilização, a de que os portugueses aceitam a lei que actualmente vigora sobre a interrupção voluntária da gravidez e que data de 1984, a de que os portugueses disseram aos políticos que lhes interessava mais um debate sobre outro caminho, que preservasse o direito à vida e ajudasse as famílias e, em particular, as mulheres que recorrem ao aborto, e que esse outro caminho havia de se provar no que os políticos e as instituições determinem sobre a educação sexual nas escolas portuguesas, o planeamento familiar no nosso serviço de saúde, a protecção da gravidez nas nossas leis laborais, o acompanhamento dos grupos de risco nas nossas políticas sociais, a defesa de uma verdadeira política de família e a conciliação entre a vida familiar e a vida laboral.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — A segunda interpretação desse resultado é a interpretação democrática e não vejo que outra possa ser legítima. O País não pode andar de referendo em referendo, até que, quem perdeu, ganhe.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Respeite-se o resultado, compreenda a vontade e actue-se em conformidade.

E esta interpretação democrática é, a meu ver, mais benigna e positiva para o País do que um processo de pressão permanente, que vai de bancada em bancada, do Bloco de Esquerda sobre o Partido Comunista, do Partido Comunista sobre o Partido Socialista, para ver se provocam a pressão do Partido Socialista sobre o Primeiro-Ministro e as suas convicções.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Assim, a primeira conclusão que tiro é que este projecto de lei representa o primeiro de vários, por parte de quem defende outro caminho, porque o «não» que cada um de nós, na nossa bancada, entregou foi um «não» de responsabilidade, um «não» de humanidade, um «não» de quem acredita que é possível proteger o direito à vida e ajudar as mulheres que recorrem ao aborto.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Por isso mesmo, quero começar por dizer que este projecto de lei está obviamente aberto e disponível a quem votou «não» mas também a quem votou «sim».

Em segundo lugar, queremos nós, com esta iniciativa, reconhecer, salientar e ajudar a melhorar a circunstância de, na sociedade portuguesa, existirem centenas de associações, espalhadas por todo o País — associações, instituições, casas, centros —, que se dedicam a fazer o que o Estado não faz, ou seja, a pôr o coração em movimento, dando colo, tecto, carinho e acolhimento a crianças abandonadas, a pôr a sensibilidade em ação, aconselhando adolescentes grávidas, a pôr a solidariedade no terreno, ajudando mães solteiras, a pôr a consciência social na agenda da sociedade portuguesa, trabalhando com famílias em situações e condições económicas e sociais extraordinariamente difíceis.

Numa palavra muitas vezes, nesta Câmara, reconhece-se, critica-se e condena-se — e, a nosso ver, bem — a cultura do egoísmo, numa sociedade, que, às vezes, mitifica o progresso. Mas há — e ainda bem — um Portugal solidário, um Portugal voluntário, um Portugal bom, um Portugal profundamente humano, que dá o seu tempo, a sua entrega, o seu conforto, para ajudar outros em maiores dificuldades.

É esta a segunda conclusão do projecto que aqui trazemos.

Reconhecemos e criticamos o Estado por não fazer o que deve na área social, mas reclamamos que, no mínimo, o Estado favoreça o que a sociedade, em vez dele, faz nessa mesma área social, para que Portugal seja um país menos injusto.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Claro!

O Orador — Por outro lado, agimos no domínio do mecenato. A própria ideia do mecenato é o reconhecimento de uma sociedade contratual, de partilha de responsabilidades e com insuficiência das políticas públicas ou do próprio Estado, face aos dramas e à complexidade dos problemas sociais modernos. O mecenato foi fazendo o seu caminho na área da cultura, na área do ambiente, na área do desporto, na área da ciência e por fim, de forma saliente, na área social. O que nós queremos é que haja mais mecenato para quem faça mais trabalho social, o que nós queremos é que haja mais incentivos a quem mais ajuda os outros.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — o que nós queremos é uma política fiscal que ajude a família, que pense nela e que beneficie mais quem mais justiça faz, trazendo humanidade e solidariedade a uma sociedade que, em muitos domínios, é ainda profundamente desumana, onde a desigualdade de oportunidades começa num valor fundamental que é o direito a uma maternidade responsável.

Temos, em Portugal, um problema sério que motivou o referendo sobre o aborto. Acreditamos nós e acredita muita gente, há um valor infinitamente superior e que é

o termómetro de uma civilização, que é o valor que nós damos à vida. E o que nós queremos é adequar a lei fiscal a um valor maior que queremos proteger. Por isso mesmo, e dando dois exemplos muito simples e muito práticos, o nosso projecto permite a um empresário, que, por hipótese, dê 1000 contos para se fazer um concerto e que, por essa razão, pode, actualmente, descontar 120 contos no IRC, pensar, amanhã, em dá-los também, se não, sobretudo, a uma instituição que acolha crianças abandonadas ou que trabalhe com mães solteiras, porque, se o fizer, pelo nosso projecto, poderá descontar 500 contos no IRC.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador — É uma enorme oportunidade para despertar a generosidade, apoiar o voluntariado e incentivar a solidariedade.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Este diploma não pretende, como às vezes se ouve nesta Câmara, resolver todo um problema. É o primeiro de muitos projectos de lei e pretende, certamente, ajudar a resolver um problema.

No IRS, uma pessoa que dê 100 contos a um clube que fomente o desporto deduz à colecta 25 contos, mas se pensar em dá-los a uma instituição que acolha crianças abandonadas ou que trabalhe com mães solteiras, poderá deduzir 30 contos à colecta. É isto que queremos, é um desafio à sociedade portuguesa, um benefício à sua generosidade, àqueles que nos merecem o imenso respeito de serem pessoas que entregam uma boa parte da sua vida a proteger o direito à vida de quem tem maiores dificuldades.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Paulo Portas as Sr^a Deputadas Maria José Campos e Isabel Castro Porém, o Sr Deputado Paulo Portas não dispõe de tempo para responder, tem apenas 9 segundos. Assim, pergunto se as Sr^a Deputadas estão dispostas a ceder ao CDS-PP algum tempo.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É o chamado mecenato da palavra!

O Sr Presidente — É fácil fazer perguntas quando não há condições para serem respondidas.

Sr^a Deputada Isabel Castro, Os Verdes cedem algum do seu tempo disponível ao CDS-PP?

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Não, Sr Presidente. Não podemos ceder!

O Sr Presidente — E o PS pode ceder algum do seu tempo disponível ao CDS-PP, para que o Sr Deputado Paulo Portas possa responder?

O Sr Manuel dos Santos (PS): — Sr Presidente, o PS cede 1 minuto

O Sr Presidente — Assim, o Sr Deputado Paulo Portas irá dispor de mais 1 minuto para responder.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria José Campos

A Sr^a Maria José Campos (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, escutei com muita atenção a sua intervenção e devo dizer que também eu sou uma cidadã assumidamente engajada nas questões sociais que ainda afligem a nossa sociedade, muito particularmente nas que V. Ex^a invocou como estando na base do vosso projecto de lei. Mas como o Sr Deputado sabe, qualquer lei do mecenato traduz-se, na prática e no essencial, em acções de boa vontade de alguns mecenatos que, eventualmente, aparecem a troco de uns quantos benefícios fiscais e que, por esse motivo, têm um carácter casuístico e aleatório. Por isso, entendo que os mecenatos fazem sentido quando aparecem como complementos da acção do Estado, nomeadamente em certos domínios, como é caso dos que são abrangidos pelas diversas leis do mecenato que existem nas várias áreas.

Neste aspecto, também devo dizer – e certamente o Sr Deputado sabe-o tão bem quanto eu – que, no nosso país, infelizmente, o mecenato, apesar de já existir desde 1986, ainda tem um impacto relativamente reduzido. E até estamos à vontade para falar disto, porque o PS tem sido sempre favorável à legislação sobre o mecenato, tendo inclusive introduzido o mecenato social na anterior Legislatura, o que, aliás, foi aprovado por esta Câmara e até representou, digamos assim, uma profunda reforma, do ponto de vista social, nas áreas que até aí existiam no mecenato, embora reconheçamos, devo dizer, que o mecenato, por si só, não é suficiente para restabelecer critérios de justiça e de equidade social, com é evidente.

No entanto, também é certo que este tipo de mecenato pode ter o seu lado perverso. Como o Sr Deputado sabe, nomeadamente o mecenato social, como, porventura, não tem um carácter tão mediático e publicitável como terá a boa acção que se pratique no mecenato cultural ou desportivo, acaba, infelizmente, por perder o seu impacto.

Assim, considero que seria um pouco ilusório pensarmos em equacionar problemas tão graves e profundos como os que o Sr Deputado acaba de invocar utilizando apenas uma variável financeira, que, como eu disse, tem um carácter casuístico e aleatório. Se assim fosse — mas penso que esta não será, certamente, a vossa ideia —, seria uma pequena medida para uma tão grande questão.

Por outro lado, Sr. Deputado Paulo Portas, também é importante acrescentar, pelo que se uma alteração a uma lei do mecenato, introduzindo-lhe novas fórmulas, for no sentido de complementar o que já existe será, naturalmente, louvável e bem-vinda.

Por tudo isto e porque parece que o tempo já se vai esgotando — e quem fala pela primeira vez ainda não tem a noção do tempo —, faço-lhe, Sr Deputado Paulo Portas, esta simples pergunta. Acredita de facto que com uma

simples alteração à lei do mecenato, que já existe, ainda que levada às mais altas majorações, se pode, efectivamente, resolver os tão graves e cruciais problemas que, no fundo, estão subjacentes ao vosso projecto de lei?

Aplausos do PS.

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas, que dispõe de 1 minuto, tempo cedido pelo PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr^a Deputada Maria José Campos, quero, em primeiro lugar, apresentar-lhe os meus cumprimentos e, em segundo lugar, dizer-lhe o seguinte uma de duas, ou estamos aqui conformados ou estamos e somos inquietos, e eu acredito na capacidade que ainda existe para inquietar as consciências

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Acredito e quero, sobretudo, pensar na frase dita por João Paulo II, há uns anos atrás, no chamado discurso de Tours, e que nos lembra que «a sociedade moderna, os seus políticos e as suas instituições serão olhados e julgados pelo olhar que têm sobre a pobreza». Acredito que, apesar de ser um passo entre muitos — como fui o primeiro a dizer —, representa a responsabilidade do nosso «não», que não é um «não» de inércia, muito menos de insensibilidade. Acredito que, apesar de tudo, fizemos ou queremos fazer à lei do mecenato algo que é muito importante, porque o salto que damos, do ponto de vista dos benefícios, é muito importante e muito sério.

Realmente, entre dar 1000 contos para um concerto, que é mediático, e poder descontar 120 contos no IRC, ou dar 1000 contos para uma instituição que trabalhe com crianças abandonadas e poder descontar 500 contos, há uma diferença. Pode ser que inquiete o egoísmo, pode ser que faça as pessoas pensarem duas vezes. E nós achamos que vai fazer as pessoas pensarem duas vezes, porque, felizmente, há um País solidário, há um País voluntário, há um País que, às vezes, não se vê, não se lê, nem se ouve, mas entrega uma boa parte da sua vida a melhorar a vida dos outros.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — e que nada pede em troca, pede apenas para poder ter um orçamento no fim mês, para poder abrir mais uma casa de apoio, para poder contratar uma psicóloga, para poder contratar uma assistente social, para poder dar mais ajuda a mais gente, porque a lista de pedidos, aquilo a que os economistas chamariam a procura, é infinitamente superior à oferta.

Por isso, o nosso caminho está ainda muito longe de ser conseguido e este é um passo, mas é um passo importante para inquietar as consciências.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Fátima Amaral

A Sr^a Fátima Amaral (PCP). — Sr Presidente, Srs Deputados Um dos pilares em que assenta o nosso regime constitucional é o dos direitos e garantias sócio-económicos, designadamente os direitos ao trabalho, à segurança social, à protecção da saúde, à habitação, constituindo a protecção à família, à paternidade, à maternidade, às crianças e aos jovens, obrigações do Estado que devem ser assumidas de forma plena

No entanto, a política prosseguida por sucessivos governos tem visado reduzir ao mínimo as funções e tarefas do Estado, estando assim o exercício dos direitos a este nível e o consequente progresso social a ficarem cada vez mais comprometidos

Portugal apresenta um elevado volume de trabalhadores com baixos salários, sendo as mulheres e os jovens os mais atingidos — um parêntesis para referir que as receitas provenientes do trabalho por conta de outrem são a principal fonte de rendimento dos agregados familiares com crianças a cargo

No que respeita à pobreza, por exemplo, na evolução da atribuição do rendimento mínimo constata-se o aumento do número de beneficiários — a maioria são pessoas em plena idade activa e mulheres — e de jovens, significando que as causas geradoras desta situação continuam a não ser atacadas seriamente. Na verdade, a precariedade de emprego alarga-se, para além do baixo nível de qualificação há insucesso escolar e falta de formação profissional

Com a liberdade de circulação sem restrições, os rendimentos do capital isentam-se ou excluem-se das suas responsabilidades sociais, não contribuindo para os orçamentos do Estado, enquanto os rendimentos do trabalho e do consumo vêm acrescidos o esforço fiscal e as contribuições para os objectivos de solidariedade e de coesão social

O CDS-PP faz parte dos partidos que sempre foram defensores de políticas liberalizadoras com consequências desastrosas no crescimento rápido das desigualdades, na extensão da pobreza e da exclusão e na perda de coesão das sociedades. O seu projecto de lei enferma do mesmo espírito retrógrado e confessional que caracteriza o seu comportamento quando se trata, por exemplo, de implantar o direito à saúde reprodutiva, onde a juventude tem de ter acesso à educação sexual, aos métodos contraceptivos e às consultas de planeamento familiar

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — Sendo a contracepção uma conquista civilizacional, ela é apenas parte do direito à dignidade da mulher, mas, mesmo assim, a realidade é que a informação apenas chega a uma infíma parte da população, o planeamento familiar está longe de corresponder às necessidades e os contraceptivos não são acessíveis também a um número significativo de pessoas.

Lembramos que em 1998 saiu uma Resolução da Assembleia da República que aponta no sentido de pôr a

funcionar os centros de saúde com efectiva gratuidade dos meios contraceptivos prescritos e a implementação de programas especiais para grupos de risco adolescentes, toxicodependentes e prostitutas

Mais uma vez, dizemos que é preciso que o Governo actue para que os direitos consagrados se realizem

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — Não esquecemos também que o CDS-PP promoveu e alimentou a campanha manipuladora de sectores da sociedade portuguesa apostados na perpetuação do obscurantismo em nome de um falso direito à vida

O PCP tem sido o pioneiro na apresentação de medidas que contribuem para o avanço quer dos direitos políticos e sociais quer das mentalidades

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — Com efeito, já em 1982 propusemos, entre outros, diplomas sobre o planeamento familiar e educação sexual e a protecção à maternidade. Mais recentemente, apresentámos projectos de lei sobre protecção às mulheres vítimas de violência, para instituir o direito a uma licença especial nos casos de gravidez de risco e para garantir os alimentos devidos a menores

É reconhecido que a alteração das mentalidades se faz muito lentamente e que as conquistas para o progresso são também muito difíceis, mas salientamos que foi já em 1969 que a Conferência Internacional das Nações Unidas considerou o planeamento familiar um direito fundamental, que a nossa Constituição consagrou em 1976

Nessa evolução, a Federação Internacional do Planeamento Familiar reconhece, na Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, que todas as pessoas têm o direito, no quadro dos cuidados de saúde primários, a todos os serviços de saúde sexual e reprodutiva, os quais deverão ser acessíveis, tanto financeira como geograficamente, e que todas as mulheres têm o direito ao acompanhamento da gravidez e do parto e aos cuidados de saúde pós-parto, assim como a uma alimentação adequada durante a gravidez e a lactação

Sr Presidente, Srs Deputados. O progresso coloca, legitimamente, mais exigências ao nível da qualidade de vida, mas continua a não oferecer condições, designadamente, para o exercício livre e consciente da maternidade. O resultado é a mulher optar por não ter filhos ou, como a maioria delas faz para poder compatibilizar profissão e filhos, optar por ter um, o máximo dois, sempre com prejuízo de alguma coisa ou de alguém

De facto, verifica-se que as grandes famílias normalmente existem onde a pobreza grava, onde as crianças crescem sozinhas, onde o planeamento familiar não se faz. Os agregados familiares com maior proporção de alojamentos sem saneamento básico e sem electricidade e gás são constituídos por casais com três ou mais jovens menores de 17 anos.

Portugal encontra-se na cauda da Europa em matéria de infra-estruturas sociais de apoio à família, apesar de ser

o País onde há uma crescente e elevada taxa de actividade feminina e de mais de 70% das mães se ocuparem das crianças. Por isso, quando se fala de maternidade tem de se falar de direitos o direito dos pais terem os filhos que desejam e podem ter, o direito de uma criança ser desejada, amada e ter oportunidades iguais às demais crianças

O Sr João Rebelo (CDS-PP) — Fale do projecto!

A Oradora — Depois de quem tanto apregoou medidas para se implementar a educação sexual e o planeamento familiar como solução para muitos dos graves problemas que condicionam o estatuto da mulher, a apresentação desta iniciativa legislativa é a prova cabal de que o PP continua a não aceitar princípios surgidos na sociedade contemporânea, tais como o de associar o controlo dos nascimentos à noção de saúde, o conceito de sexualidade humana associado à ideia de saúde e bem-estar biológico e psicossocial e o da imprescindibilidade da partilha das responsabilidades familiares

O Sr João Rebelo (CDS-PP) — Não percebeu nada!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr Vice-Presidente Mota Amaral

O Sr Presidente — Sr^a Deputada Fátima Amaral, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

A Oradora — Terminei já, Sr Presidente

O direito à vida digna não se protege através de benefícios fiscais em donativos, ainda por cima não para tomar medidas de prevenção mas para pontualmente se aplicarem paliativos mal orientados. Mais, o conceito utilizado de mãe solteira, se na I República se utilizava num sentido positivo, actualmente tem um pendor negativo. A protecção deve ser concedida aos pais e às mães só

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — Por último, a gravidez é uma questão de saúde pública para ser tratada pelo Estado e não para ficar nas mãos de associações ou instituições privadas a definição de apoios à gravidez de risco

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — Aliás, sejamos claros, o único objectivo deste projecto lei do PP é tentar dizer que a despenalização da IVG (interrupção voluntária da gravidez) em determinadas circunstâncias pode e deve ser substituída por medidas caritativas. Assim sendo, como é, torna-se incompreensível e condenável a atitude anunciada pelo PS de o votar, provavelmente, porque ou se trata de «meter a cabeça na areia», para dizer que o PS nada vê e percebe, o que não acreditamos, ou se trata de um exercício de pura hipocrisia política.

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — É preciso atacar as causas estruturais da pobreza, da discriminação do desemprego e da precariedade, e o PP não o quer!

São as propostas do PCP ou outras similares que verdadeiramente garantem e protegem a vida

Aplausos do PCP

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para que efeito?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Para exercer o direito regimental da defesa da honra da bancada, Sr Presidente

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, Sr Deputado, mas peço-lhe que seja brevíssimo

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Serei muito breve, Sr Presidente

Sr Presidente, Sr^a Deputada Fátima Amaral, por vezes, nós, e eu muito em particular, pois conheço o PCP desde 1974, alimentamos a esperança de o ver mudar

A Sr^a Luisa Mesquita (PCP) — Só desde 1974?

O Orador — Sim, só, efectivamente!

Mas são intervenções como a que acabamos de ouvir que, por vezes, nos fazem perder a esperança

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Em relação às suas esperanças estamos descansados!

O Orador — Os senhores, por vezes, são cada vez mais iguais e andam muito para trás no tempo!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Protestos do PCP

O Orador. — Compreendo que tantas pessoas boas abandonem as vossas fileiras!

Vozes do PCP — Ah!

O Orador — Às vezes, interrogava-me sobre o porquê, mas, após esta intervenção, hoje e aqui, percebo por que o fazem. É difícil, seguramente, pessoas de consciência social poderem ouvir impunemente uma intervenção destas

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Não diga asneiras!

O Orador — Asneiras disse a sua colega de bancada, não fui eu!

Os senhores têm de entender que perderam o referendo! E vieram aqui tirar desforço do povo português! Aceitem o resultado do referendo Perderam! Uma vez que perderam o referendo, vamos trabalhar em conjunto para minorar a situação trágica e aflitiva de tantas e tantas mulheres, que

necessitam mais de apoio do que de intervenções infelizes e lamentáveis como estas que hoje aqui foram feitas pela vossa bancada

Aplausos do CDS-PP

Protestos do PCP

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para dar explicações, tem a palavra a Sr^a Deputada Fátima Amaral, dispondo, para o efeito, de um minuto e meio, tempo concedido pela Mesa

A Sr^a Fátima Amaral (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Basílio Horta, a intervenção de V Ex^a confirma, mais uma vez, que o CDS-PP continua a querer andar para trás, contra o movimento dos ponteiros do relógio!

Vozes do PCP — Muito bem!

Vozes do CDS-PP: — E vocês estão contra o povo!

A Oradora — São os senhores que têm de compreender que a preservação da vida da mulher — e nós só vemos essa vida com dignidade — não se defende com medidas de caridezinha, que é aquilo que o vosso projecto de lei prevê, ainda mais para isentar fiscalmente quem toma essa atitude!

Tenho dito!

Aplausos do PCP

Vozes do CDS-PP — Disse, mas disse mal!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Então, revoguem todo o Estatuto do Mecenato, se é «caridezinha»!

Protestos do PCP

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa, e é mesmo para uma interpelação

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Faça favor

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, a questão já está ultrapassada, mas, mesmo assim, gostaria de recordar o Sr. Presidente de que a minha camarada Fátima Amaral usou da palavra para dar explicações a uma defesa da honra da bancada do CDS-PP, pelo que o minuto e meio de que dispôs não lhe foi concedido por benevolência da Mesa, pelo contrário, ao utilizar essa figura regimental tinha direito a três minutos

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Eu tinha isso presente, Sr Deputado Octávio Teixeira, mas estava a tentar convencer a sua camarada a ser curta na sua intervenção,

A Oradora — Mas o Sr Deputado Octávio Teixeira tem toda a razão

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Luisa Vasconcelos

A Sr^a Maria Luisa Vasconcelos (PS) — Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados «Os príncipes e cortesãos não gostam muito que lhes digam a verdade sobre a situação do país» — quem disse isto foi São Tomás Moro, exprimindo a sua preocupação quanto às fragilidades dos direitos à vida e de vida dos seus concidadãos

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Hoje, cabe-nos a nós estabelecer uma aproximação contínua aos problemas sociais que permita que o cidadão tenha o direito à vida de uma forma digna e adequada à sua natureza

Para o Partido Socialista, a solidariedade social deve ser encarada como o exercício de uma responsabilidade civil, partilhada, onde se inclui, certamente, a figura do mecenato

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora: — Mas é igualmente certo que o Estado tem deveres indeclináveis para com os cidadãos nestes domínios

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — É neste sentido, com esse reconhecimento e essa responsabilização, que a promoção destes direitos tão fundamentais tem vindo e continuará a ser abordada pelo Governo e pela maioria parlamentar que o apoia no Plano Global de Igualdade de Oportunidades, no Plano Nacional de Emprego, na relação com as IPSS e mesmo no âmbito da presidência da União Europeia

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Nestes planos, protegem-se questões tão cruciais como a promoção da igualdade de oportunidades no emprego e nas relações do trabalho, a conciliação da vida privada e profissional, a protecção social da família e da maternidade e a protecção no domínio da assistência na saúde. Não significa isto que não haja lugar para que a generosidade individual, ainda que casuística e incerta, ocorra

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

A Oradora. — Por isso mesmo, em 1999, a última revisão da lei do mecenato consagrou e ampliou as dimensões do mecenato social, com o claro apoio do Partido Socialista.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — O apoio privado ao social pode, de facto, actuar como um complemento à acção pública

Com realismo, todos sabemos que alguns, parcos, estudos disponíveis revelam algum desinteresse por parte da maioria das empresas relativamente a prática mecenática, quer pelo que consideram ser o carácter reduzido dos benefícios fiscais, quer pelo receio de complexificação burocrática. Ainda assim, o móbil do benefício fiscal ou da promoção da imagem institucional da empresa são identificados como estímulos à prática do mecenato, dessa forma se desvirtuando pelo interesse o que deveria ser, por definição, uma prática solidária, desinteressada

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com certeza!

A Oradora — Não se confunda, portanto, o espaço de acção do Estado com o das mercês de alguns, quando de projecto tão de direito se trata. Seguramente, o próprio CDS-PP tem consciência de que seria ineficaz e insuficiente proteger situações tão fundamentais com um mero exercício de benefícios fiscais, de impactos, infelizmente, limitados

Por outro lado, seria uma confusão perniciosa, que o PS não alimentará, sugerir que se pode resolver com medidas fiscais deste tipo todo o complexo problema de ajuda às mulheres que, em circunstâncias ainda muito difíceis, recorrem ao aborto

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ninguém disse isso!

A Oradora — Fazê-lo seria querer promover a protecção de direitos fundamentais com práticas que, por serem tão exígues, desvirtuam o que deve ser essa mesma protecção

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Ainda assim, permanece o reconhecimento de que o exercício da responsabilidade civil é tanto mais obrigatório quanto mais pretendida é a solidariedade e é tanto mais conseguido quanto mais equilibrada é essa responsabilização

Nesse sentido, como foi dito nesta tribuna, por razões distintas, haja vontade! Haja vontade e coragem política, nossa e dos Deputados da oposição, para que o mérito de intenção que este projecto de lei certamente possui esteja subordinado e devidamente enquadrado num programa de actuação concertada, através do Ministério da Igualdade, no cabimento das matérias, em extensão, do aconselhamento da jovem até ao êxito da sua maternidade, dos direitos da criança, incluindo a sua protecção na inserção familiar, da aprendizagem dos valores da vida até à sua formação, à altura da ambição do lugar que lhe convenha

Vozes do PS e do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados O ideal cristão e socialista que me orienta diz-me «que

todos nasçam com iguais oportunidades». Se tal jamais acontecer, que seja o Estado a estabelecer essas proximidades

Entretanto, não fiquemos na contrição das culpas e permita-se, desde já, uma melhor, mais cuidada e mais integrada análise do projecto de lei em apreço, em sede de comissão, determinando-se devidamente o que devem ser os benefícios, a preponderância e o estatuto que lhe devem ser atribuídos

Aplausos do PS

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Ana Maria Manso

A Sr.^a Ana Maria Manso (PSD) — Sr Presidente, Sr.^o e Srs Deputados O presente projecto de lei sobre o estatuto do mecenato para a vida vem suscitar uma questão essencial que o referendo nacional sobre a interrupção voluntária da gravidez colocou de forma concludente na ordem do dia, que é a de ajudar a combater o aborto e a defender a vida ou, de forma ainda mais directa e cruel, o problema humano e social que resulta do facto de tantas mães, sem o desejarem, sentirem a tentação e a necessidade de recorrer ao aborto

Mas nós somos claros somos a favor da vida, somos contra a liberalização do aborto e a favor da protecção da maternidade

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — Esta é uma questão de convicção e de consciência

Mas nós não somos autistas nem fechamos os olhos à realidade E a realidade nua e crua é esta há mulheres e mães de Portugal que recorrem ao aborto não por vontade mas por necessidade, que são forçadas a interromper uma gravidez não por o desejarem mas porque as condições económicas ou sociais, quantas vezes, a tal obrigam

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Não defendemos nem apoiamos essa situação, mas também não as condenamos Comprendemos que, muitas vezes, o aborto é, nessas situações, um caso de força maior ou um estado de necessidade

O problema está, seguramente, na existência dessas situações Mas o problema maior e mais grave está, sobretudo, no facto de essas situações poderem ser evitadas e não o serem, criando dramas pessoais, humanos e sociais que às vezes nem imaginamos na sua total e plena dimensão

Este é um problema que não se combate com a liberalização do aborto, como alguns defenderam Essa é a solução fácil, mas não é a solução séria e responsável

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

A Oradora — Liberalizar o aborto pode ser, para alguns, a tentativa de limpar ou de aliviar consciências, mas acaba por ser, ao fim e ao cabo, apenas e só o reconhecimento de que o Estado ou a sociedade têm a consciência pesada, porque não fizeram — e continuam a não fazer — o que pode e deve ser feito para proteger e realizar uma paternidade responsável

Vozes do PSD e do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados Em 28 de Junho de 1998, o povo português, em referendo nacional, manifestou-se a favor da vida ao votar negativamente a despenalização do aborto Foi claro e pronunciou-se pela vida e a favor do «não» consciente, rejeitou o facilitismo e a ligeireza dos que em vez de combaterem as causas do problema se limitaram a atacar — e a atacar mal — as suas consequências

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora. — E hoje, quase dois anos depois, sejamos francos e directos, o problema, no essencial, mantém-se e muitas são as mulheres que continuam a ter de recorrer a um aborto que não desejam, que não pretendem e que lhes causa danos humanos e de consciência incontornáveis

E tudo isto sucede porque, passado o tempo do referendo, nada de importante foi feito, nada de essencial foi alterado e nada de substantivo foi realizado

É justamente por isso que, dois anos volvidos, importa perguntar o que é que o Governo fez para combater este drama? Como está o acolhimento, o apoio, o aconselhamento e o encaminhamento de grávidas e de mães adolescentes? Como está o acolhimento, o apoio o aconselhamento e o encaminhamento de mulheres grávidas e de mães trabalhadoras, com problemas económicos, familiares ou profissionais graves?

Como é possível que o Governo prometa uma verdadeira política de apoio à família e à mulher sem, ao mesmo tempo, criar condições humanizantes, eficazes e eficientes nos serviços de saúde? Como é possível garantir o acesso e o encaminhamento, com garantia de qualidade, à mulher grávida em situação difícil quando não há uma política social global e integrada da saúde e segurança social?

Como é possível assumir compromissos solenes perante os portugueses quanto à melhoria do papel da mulher na sociedade portuguesa quando nem sequer estão resolvidos os problemas críticos da maternidade, da infância, da deficiência e do idoso, que histórica e culturalmente sobrecarregam e penalizam a mulher?

Como é possível continuar a assistir, de forma impávida e serena, à violência física, psíquica e sexual de metade das mulheres portuguesas, num verdadeiro atentado contra os direitos humanos?

As respostas a estas questões são, infelizmente, muito negativas Nada de essencial foi feito porque também nesta matéria — ou sobretudo nesta matéria — a hipocrisia é mais do que muita

O Sr José Barros Moura (PS) — É sim, senhora!

A Oradora — Aqueles que tanto tentaram pela liberalização do aborto nada fizeram a seguir para resolver ou atenuar o problema. Cruzaram os braços, quando podiam e deviam ter actuado, resignaram-se perante o drama, quando podiam e deviam ter agido, abrandaram a luta, quando podiam e deviam ter trabalhado, mais e melhor, na perspectiva da defesa da vida, da protecção da mulher grávida, de uma melhor eficácia e eficiência dos serviços públicos de saúde.

E é esta hipocrisia que não é tolerável, é este comportamento de omisso que não é admissível, é esta postura negligente que, para nós, não é aceitável.

A nossa posição é outra, é bem diferente condenamos o problema, compreendemos o drama do aborto, sabemos que ele não está nem resolvido nem atenuado e sabemos que muitas mulheres e mães não se conformam com a passividade do Estado e o adiamento de soluções.

Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados Temos a obrigação de agir e já que o Governo não fez nem faz nada de essencial para atenuar este flagelo, é nossa obrigação fazê-lo. É um imperativo político e de consciência, é uma exigência da vontade e da cidadania.

O presente projecto de lei é um bom ponto de partida

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Merece, por isso mesmo, a nossa saudação.

Mas podemos e devemos ir ainda mais longe, ser mais ousados, ambicionar uma política mais abrangente, mais profunda e mais eficaz.

Há que actuar promovendo uma política de apoio à família no seu todo, no sentido da realização integral da pessoa, designadamente da criança, da mulher, do deficiente e do idoso, há que actuar criando regimes especiais de benefícios fiscais para estimular e apoiar as iniciativas de solidariedade social, há que actuar também apostando em estímulos fiscais, que fomentem a natalidade, há que actuar criando condições para que os centros de saúde e os hospitais sejam mais eficazes nas respostas às consultas de planeamento familiar, há que actuar estabelecendo novas regras que permitem que quem não consegue, em tempo útil, uma consulta num hospital do Estado possa recorrer a um outro hospital ou clínica, privados, suportando o Estado, naturalmente, os respectivos encargos ou despesas.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — há que actuar com vontade e determinação política adequadas e não com meros remendos, que não são a solução.

Por isso, o Partido Social Democrata vai apresentar na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei de apoio à protecção à natalidade, o qual, imbuído daqueles princípios e apontando novas soluções, pode e deve ser um contributo decisivo para este debate e para o combate sério a este problema.

Nesta linha de coerência, o PSD vai também apresentar na Mesa da Assembleia da República um outro projecto de lei de bases sobre a política da família, com o objectivo de formular o quadro jurídico que permitirá a globalidade e integração das medidas da política familiar.

Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados, uma coisa é certa hoje, como há dois anos atrás, somos coerentes e iguais a nós próprios, humildes e tolerantes perante o drama do aborto, compreensivos e solidários para com as mulheres que a ele recorrem, firmes e determinados no combate às suas causas, claros e directos na opção pela vida e em prol de uma paternidade consciente e responsável, convictos e exigentes na defesa da pessoa humana, da família e, sobretudo, de uma sociedade com valores e com referências.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — uma sociedade democrática e personalista, uma sociedade que atenda à exigência do «ter» mas que valorize, sobretudo, a dimensão do «ser», uma sociedade, em suma, mais humana, mais tolerante e, sobretudo, mais solidária.

Applausos do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção neste debate, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, dissemos-nos o Dr Paulo Portas que nos arriscávamo a que, aqui, na vida parlamentar, houvesse uma espécie de efeito de dominó, em que o Bloco de Esquerda tentava influenciar o PCP, o PCP tentava influenciar o PS e sabe-se lá que mais desgraças virão a seguir!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E o PS o Primeiro-Ministro!

O Orador — Devo dizer-lhe que não tem razão a este respeito, por duas razões primeiro, porque se assim fosse arriscávamo-nos a que o dominó chegasse até às certezas do seu grupo parlamentar, coisa que queremos evitar a todo o custo para preservar a vossa tranquilidade, segundo, porque no debate político o que conta é o argumento, a razão política e a força dessa razão. Isso, naturalmente, significa que, nas propostas e na sua avaliação, na argumentação e na sua exposição, nos dirigimos a todas as bancadas sem exceção.

No entanto, é certo que lhe quero agradecer um facto importante do seu discurso, que é o de ter contribuído para clarificar os campos que se devem delimitar nesta votação. Dizendo-nos que se tratava de uma discussão sobre o valor da vida, sobre a ideia da civilização e sobre a valorização do Portugal bom, creio que nos ajudou, a todos nós, a perceber que há opções que têm de ser tomadas em nome da clarificação política.

E vou confessar-lhe que uma das minhas fraquezas é ler, com atenção, um jornal que não só dá ao seu partido, dia sim, dia não, acesso à primeira página,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Qual é?

O Orador — com o grande destaque que certamente merece, como dá também grande atenção às suas virtudes peripatéticas e à sua argumentação

Diz *O Dia*

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Ja descobrimos qual é o jornal e quem o lê!

O Orador — que o Dr Paulo Portas apelou, em Fátima, ao apoio de todas as forças ao projecto que o seu partido apresenta como a consequência do «não» pedido no referendo ao aborto, o que fez também o favor de nos explicar que era a lógica dessa proposta

Aliás, o artigo conclui, depois de nos lembrar esses elementos fundamentais, coisa que aqui veio recapitular, nestes termos, para os quais chamo a atenção da Sr^a Deputada Maria Luisa Vasconcelos, cujo ecumenismo valorizei «O Partido Popular mostra que, em termos de oposição, continua a dar cartas na Assembleia da República. Resta agora saber se face ao espírito dominante no Parlamento ()» — não e o tal Portugal bom — «() esta proposta poderá ter a aceitação que lhe é devida»

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Não me diga que acredita no jornal *O Dia*!

O Orador — Creio que a discussão remete, fundamentalmente, para um problema crucial Portugal é um dos países que apresenta uma das maiores percentagens de mães jovens e, sobretudo, de mães adolescentes. Em 1997, na região de Vale do Tejo, 22% das gravidas eram mulheres jovens, com idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos

Face a isto, podemos ter duas opções ou dizer que a iniciativa privada, que a misericórdia, que a caridade, que qualquer valoração de instituições que actuam nesta área é satisfatória, é suficiente, é um princípio, é um fim, e um meio ou o que quer que seja, ou assumir isto como um problema público de primeira grandeza

A este respeito, devo dizer que a vossa proposta peca por ser ineficiente. Grande parte das organizações de solidariedade a que se dirige já usufruem de benefícios fiscais extraordinários, na medida em que sendo grande parte delas associadas a igrejas, em particular à igreja católica, beneficiam do mais um vasto leque de benefícios fiscais que podem ser concedidos em Portugal

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Mas vão deixar de ter!

O Orador — Devo dizer-lhe que mesmo quando a proposta do Bloco de Esquerda a esse respeito for aprovada — ouça bem, Sr Deputado —, tais organizações continuam a usufruir de benefícios fiscais.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — As paróquias não são organizações!

O Orador: — porque é nosso entender que os benefícios devem ser dados a todas as organizações, nomeadamente, nesse campo, às organizações religiosas, que praticam actos de solidariedade social da mais vasta índole. O mesmo não se estende às instituições como tal, mas essa é uma matéria que discutiremos quando lá chegarmos. Não é o caso destas, porque já o têm e, portanto, fica o vosso mecenato dos concertos a 1000 contos por donativo, que vão tentar convencer. Mas mais valia que tentassem convencê-lo de uma forma mais elementar

Creio que os dois problemas fundamentais não são tratados desta forma e não o são porque não remetem para o conjunto das actuações públicas e privadas e para a responsabilidade pública, que é indispensável a este respeito. Isto significa, sobretudo, dois capítulos sobre os quais teremos de prolongar a discussão neste Parlamento e para isso o sinal será dado, creio eu, se tivermos a coragem de votar as soluções fáceis e as demagogias facilitistas, recusando este projecto

Essas duas vias são, no nosso entender, incentivar a educação sexual em primeiro lugar nas escolas, o que quer dizer que faremos uma proposta, ou convergiremos com quem quer que a faça ou que a defenda, no sentido de promover a divulgação de contracepção de emergência distribuída gratuitamente nas escolas, como já acontece noutras países, ou seja, a pilula do dia seguinte, de forma a que o futuro dessas jovens de 14 anos, que não estão preparadas para responsabilidades como a de serem mães, seja devidamente precavido.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe que a solução não é, em nosso entender, aquilo que no vosso projecto aparece como casas para mães solteiras

Aliás, devo dizer que o termo chega a ser ofensivo. O que é uma mãe solteira?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Fique descansado que elas sabem!

O Orador — É uma mãe não casada ou é uma mãe sozinha?

Esse termo está cheio de preconceito e devo dizer-lhe que — a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona já cá não está, mas se ela tivesse o benefício da procura do ar dos tempos saberia que hoje se respeita a pluralidade de situações familiares — a isto chama-se situações de monoparentalidade

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, terminou o seu tempo. Faça o favor de concluir

O Orador — Vou terminar, Sr Presidente

Gostaria ainda de saber se o Partido Popular ou outros partidos que o apoiam nesta sede, estariam dispostos, por exemplo, no debate orçamental, a transformar o coeficiente conjugal do IRS em coeficiente familiar. Essa medida, sim, teria peso para estas mães, para estas famílias que têm toda a dificuldade de sobrevivência nestas condições

Quanto ao resto, que seja discutido quando o pudermos discutir, ou seja, aquilo a que a responsabilidade

do conjunto da detecção dos problemas nos obriga e que foi vagamente invocado neste debate

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — O Sr Deputado Paulo Portas pede a palavra para que efecto?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para defesa da consideração da minha bancada

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, às vezes creio que o Dr. Francisco Louçã se presume guru do politicamente correcto, dos termos que podemos usar ou que não podemos usar e, sobretudo, das palavras que nos consente, ou não, usar Eu prefiro manter a minha liberdade e confrontar-me com a sua

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Depois, creio que o Dr Francisco Louçã anda a ficar afectado por ler tantas vezes *O Dia* e não ler os projectos de lei que o CDS-PP apresenta

Risos do CDS-PP

Reconhecerá que a liberdade de imprensa não é administração do leitor, é administração do autor, e reconhecerá também que, se ler os nossos projectos, designadamente a resolução sobre as políticas familiares em matéria fiscal, nos queremos e temos a preocupação de agir num conjunto de domínios, que são as políticas fiscais, as políticas laborais, as políticas educacionais, as políticas de saúde pública. E por aqui podíamos, e devíamos, continuar Terá oportunidade de enfrentar projectos do CDS-PP regular e sistematicamente, porque eles revelam o «não» responsável que nós quisemos dar num determinado momento, que foi o do referendo sobre o aborto

Quero também dizer-lhe que não vale a pena tentar julgar as intenções não escritas, ou por VV Ex "desejadas, dos projectos O Portugal bom que eu citei, Francisco Louçã, é o Portugal do voluntariado, onde há com certeza gente que votou em si, gente que votou no PCP, gente que votou no PS, gente que votou no PSD e gente que votou no CDS-PP, é o Portugal da gente que ganha — uns diriam «que desperdiça», mas eu digo «que ganha» — o seu tempo, que usa o seu tempo, o seu conforto, a sua disponibilidade, para ajudar os outros

E vou dizer-lhe uma outra coisa já anteontem, quando li uma declaração sua sobre o papel social da igreja católica em Portugal, percebi que o Bloco de Esquerda não sabe o que é que uma paróquia faz em termos sociais, hoje, fiquei com a certeza que vocês não sabem quantas associações e instituições, pelo País fora, de variadíssimas confissões ou sem nenhuma confissão, pretendem ajudar os outros. Ajudar essas instituições não tem nada a ver com um

preconceito ideológico, porque a sua intervenção não mais revelou do que um preconceito

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Devo começar por registar, Sr. Presidente, que o Sr Dr Paulo Portas se esqueceu de referir no que é que ele foi ofendido ou no que é que a sua bancada foi ofendida

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Esqueci!

O Orador — Esqueceu-se, mas isso não era muito importante

De qualquer modo, aproveitou — e isso parece ser costume nesta Casa — a figura regimental da defesa da consideração para fazer uma intervenção A escolha foi sua, mas foi uma escolha errada

Sobre o fundamental, devo dizer-lhe, porque a isso não fujo, que me acusou de pretender ser guru do politicamente correcto Não sei muito bem o que é o politicamente correcto, mas sei que não sou guru dessa seita.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Vá lá!

O Orador — Mas registo que o Sr Deputado tem, no entanto, a ousadia de nos explicar o que é o Portugal bom e o que não é o Portugal bom Não é guru, seguramente, mas sabe o que é o Portugal bom, não é guru, seguramente, mas sabe o que nós não sabemos sobre as paróquias Sabe muito para quem não é guru de coisa alguma!

De facto, não leio *O Dia* mais do que de relance, o que me permite detectar .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Foi por telepatia!

O Orador — as suas afirmações em Fátima e fazer as intervenções pertinentes nesta Casa Sobre a minha ocupação de tempo, descanso-o e tranquilizo-o

Mas sobre a substância, digo-lhe duas coisas em primeiro lugar, todas as intervenções que são determinadas ideológica e politicamente podem ser acusadas de serem preconceituosas Não vale a pena jogar esse jogo porque todos aqui nesta Casa sabemos fazê-lo tão bem como o Dr Paulo Portas

As afirmações e a coerência que lhes damos são, naturalmente, resultado de preconceitos e de conceitos, de ideias e de ideologias Portanto, assim é e assim será Assim é no seu caso e, muitas vezes, registo que chega a evocar a sua confessionalidade, o que, como compreenderá, não é mais do que um preconceito à luz de qualquer critério rigoroso ou científico, ou até da tolerância democrática

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Então, já sabe o que é o politicamente correcto!

O Orador — Mas devo dizer-lhe, em segundo lugar, que surgiram aqui propostas concretas e foi dito que sobre o problema essencial das mães adolescentes, sobre o problema das gravidezes não desejadas, sobre o problema das famílias monoparentais — lamento mas assim terá de se habituar, porque é assim que se discute para evitar o preconceito danoso em relação às mães solteiras e nisso chegará, um dia, a acompanhar-nos —,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não tenho objecção nenhuma!

O Orador — . sobre essas matérias todas, discutiram-se aqui propostas e dessas propostas o CDS-PP não escapa, procurando um pequeno título de jornais a propósito do mecenato para a vida Por essas propostas terá de passar, a começar pela ideia do coeficiente familiar e a continuar por outras propostas que surgiram em intervenções

Sr Deputado Paulo Portas, a questão não é fácil e não pode ser facilitada, nem com truques regimentais.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, para uma intervenção neste debate, a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente e Srs. Deputados, o nosso colega Paulo Portas, na introdução que fez do projecto do CDS-PP, procurou rodear este projecto do mecenato para a vida, apresentando-o com bondade Não posso deixar de lhe dizer, com frontalidade, que quando a bondade dá direito a desconto, estamos, seguramente, num tempo manifestamente perverso

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Pois estamos, mas por isso temos de abolir o mecenato todo!

A Oradora. — Julgo que é esse tempo que, de algum modo, o Sr Deputado, com a sua proposta, acaba por perpetuar

O Sr Deputado fala da solidariedade A solidariedade, no seu discurso, já não é um valor, é um investimento Quando a comunidade não tem um dever em relação a um problema, mas tem, perante ele, um aproveitamento — e é disso que se trata nesta proposta —, há, seguramente, qualquer coisa que está errada E essa qualquer coisa que está errada são os valores, que, também eles, se tornaram passíveis de comércio e de vantagem

Estamos a lidar com uma coisa muito séria. Aliás, não podem haver dúvidas sobre o que estamos a tratar e de que a preocupação de fundo é a injustiça, é a situação de fragilidade de jovens mães, é a situação de pobreza, é a situação de um drama diário que se traduz num problema de saúde pública e de falta de escolha, de condições e de soluções alternativas Quando, sobre esse problema, se tem um olhar tão restritivo e se ignora totalmente — como o Sr Deputado o fez — o papel, por exemplo, das organizações não governamentais, que são totalmente excluídas deste benefício, há, seguramente, uma leitura a fazer e é essa a leitura que Os Verdes fazem deste debate

O Sr José Magalhães (PS): — Nunca serão incluídas!

O Orador. — Tendo o Sr Deputado Paulo Portas precisado o sentido exacto que visa com este diploma, um diploma que o Partido Popular defendeu com clareza — aliás, o mesmo sentido e a mesma razão que move o Partido Social Democrata ao identificar-se com ele —, do ponto de vista de Os Verdes não deixa de ser chocante que, sobre uma matéria destas, haja confusão e não haja uma afirmação de princípios, podendo, pelo contrário, sobre a decisão de aceitação ou não de um projecto desta natureza, haver acordos partidários, como, aparentemente, vão acontecer, e que se vão traduzir na forma como o Partido Socialista, de algum modo, vai viabilizar este projecto

Para nós, o problema das mães solteiras é um problema e é um drama que não queremos utilizar para aproveitamentos de alguns É um drama que responsabiliza a sociedade e responsabiliza, designadamente, o Partido Popular no seu envolvimento em esclarecer, em não fomentar estigmas na sociedade, em não obstaculizar o acesso à informação e, nomeadamente, em não obstaculizar nas escolas a possibilidade de educação sexual. A livre escolha e a possibilidade de as mães, de qualquer pessoa, poderem livremente decidir sobre o seu futuro, pode ter, seguramente, contributos de diferentes perspectivas

Do nosso ponto de vista, este é um problema que foge à questão essencial, que é tratado da pior forma e que, de modo algum, podemos apoiar

O Sr Presidente (Mota Amaral). O Sr. Paulo Portas pede a palavra para que efectue?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Gostaria de pedir à Sr.^a Deputada Isabel Castro, que é a única a quem sobra tempo, se me concede 30 segundos para lhe fazer uma pergunta

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Com certeza!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Como a Sr^a Deputada lhe concede tempo, o Sr Deputado Paulo Portas tem 30 segundos para fazer a sua pergunta

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Sr Presidente, Sr^a Deputada Isabel Castro, queria esclarecer apenas um ponto: creio que em nenhuma disposição do nosso projecto as ONG são excluídas

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Não o leu! Não o leu!

O Orador — Nem no nosso projecto nem na Lei do Mecenato, em que ele se integra E se alguma dúvida jurídica ficar sobre isso, fazemos aqui um verdadeiro acordo público faça o favor de preparar a clarificação na comissão e tem o nosso voto indiscutível sobre esse assunto

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Não há dúvida nenhuma!

O Orador — A sua lógica sobre o problema do mecenato e do instituto do mecenato leva-me a fazer-lhe esta pergunta muito simples Dr^a Isabel Castro, acha que, em nome desses princípios, todas as leis do mecenato devem ser revogadas? Se todo o investimento na solidariedade, na cultura, no ambiente, no desporto é um comércio, devem todas as leis que protegem esse investimento ser revogadas? É que esse princípio aplica-se a tudo, nomeadamente ao mecenato ambiental, que bem que podia ser maior do que é!

Quanto ao resto, vivemos numa sociedade profundamente imperfeita, onde, por vezes, os mecanismos correctivos são muito perversos. Disso nenhum de nós tem dúvida, fui o primeiro a dizer-lhe ali!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr^a Deputada Isabel Castro, tem a palavra para responder ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado Paulo Portas

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, em relação à questão das ONG, elas não estão, do nosso ponto de vista, precisadas e julgo que quem vai trabalhar sobre este projecto na especialidade — admitindo que ele vai ser viabilizado — deve encarregar-se de fazer isso, e nomeadamente contemplar a Associação para o Planeamento Familiar, que tem uma herança de intervenção ao longo de décadas que não pode ser ignorada.

O Sr Deputado Paulo Portas refere a questão do mecenato em termos globais. Como precisou o mecenato ambiental, devo informá-lo que o Grupo Parlamentar Os Verdes foi o único que não o votou favoravelmente. Consideramos que a situação, em Portugal, é complexa, que a dependência das associações em relação a empresas pode perverter aquilo que é o seu papel e pode estabelecer relações perigosas de vizinhança, pelo que não votámos favoravelmente esse projecto.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Foi por outra razão!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Se foi essa a razão, não se aplica aqui!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — O Sr Deputado José Magalhães pede a palavra para que efectue?

O Sr José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, pedia-lhe que me concedesse a palavra, fora do tempo e num tempo mínimo, para fazer uma curtíssima observação.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado, é para fazer uma intervenção no debate?

O Sr José Magalhães (PS) — É para fazer uma curtíssima observação, Sr Presidente

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Como o Os Verdes ainda têm um minuto, pode ceder-lhe alguns segundos

Tem, então, a palavra

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, sentimos necessidade de manifestar, no fim deste debate, o nosso empenhamento — que foi aqui muito bem declarado pela Sr^a Deputada Maria Luisa Vasconcelos — em funcionarmos como um factor equilibrante e de aproximação, evitando que haja uma espécie de «megaguerra» entre a propaganda de uma medida que é uma mera adenda à lei do mecenato social.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Isto é um argumento de estratégia para o voto!

O Orador — é uma outra discussão, a qual não deve ter lugar em sede deste projecto

Em sede deste projecto só faremos a discussão de um projecto, que é o que consiste no aditamento, no fundo, de mais uma norma ou uma componente à subsecção de mecenato social da lei em vigor, que foi proposta pelo Partido Socialista, apoiada pelo Partido Socialista e aprovada pelo Partido Socialista, sem nenhum — mas nenhum! — remorso, porque se tratou de criar incentivos, que esperamos que funcionem e que tenham êxito, e dos quais algumas associações, que já intervêm nesta área, estão a tirar proveito.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Faz isso no orçamento!

O Orador. — Como sabem, o mecenato social já é invocado hoje para favorecer algumas das associações que se movem na esfera de protecção da mulher, que, seguramente, a todos nos interessa. Portanto, quem quiser traçar

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado José Magalhães, o seu tempo está a terminar. Faça o favor de concluir

O Orador — Obrigado, Sr Presidente. Agradeço a benevolência

Quem quiser traçar aqui a fronteira, recebe da nossa parte a resposta — que já foi dada e que reafirme — de que não é aqui que está a fronteira

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Pois não. É ali!...

O Orador — Quem tiver «fantasmas» na cabeça que faça uma cruzada de fantasma contra fantasma. Nós votaremos uma lei equilibrada e justa de mecenato social, que defende, na máxima medida possível, a mulher em situação difícil. Quanto ao mais, cada um de nós decidirá livremente, na altura própria, e em consciência, como é timbre desta bancada.

Applausos do PS.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, não percebi exactamente a que se destinava ou ao abrigo de que figura regimental teve lugar a intervenção do Sr Deputado José Magalhães

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, respondo-lhe desde já tratou-se, não de uma interpelação à Mesa, mas de uma intervenção feita com tempo cedido por Os Verdes

O Sr Francisco Louçã (BE) — Não dei conta que tivesse sido cedido tempo, mas, se o diz, naturalmente que assim é

Devo chamar a atenção — se houver dúvidas a esse respeito — de que estou a favor de que se reabra o debate em qualquer circunstância. Mas isso significa reabrir o debate e não, propriamente, dar a uma bancada especial, qualquer que ela seja, o direito de o encerrar depois de os tempos estarem esgotados, o que me pareceria uma coisa rara neste contexto

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Francisco Louçã, já dei resposta à sua interpelação. Foi a Sr^a Deputada Isabel Castro que, muito generosamente, cedeu algum tempo, desta vez ao Partido Socialista, para que o Sr Deputado José Magalhães pudesse fazer a sua intervenção. Se, porventura, a Sr^a Deputada Isabel Castro se opunha a essa cedência, deveria ter chamado a atenção da Mesa

Foi, pois, nessa base que dei a palavra ao Sr Deputado José Magalhães

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, desculpe, mas recuso a generosidade antecipada, porque ela não se justifica. Não cedi tempo nenhum ao Sr Deputado José Magalhães, portanto, se o Sr Presidente assim o entendeu, entendeu mal. Aliás, julgo que o entendimento dos serviços foi idêntico ao meu, pois o tempo utilizado pelo Sr Deputado José Magalhães não foi descontado no de Os Verdes, como pôde verificar-se no quadro electrónico

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, devolvo o tempo à Sr^a Deputada!

Risos

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Em todo o caso, não é por mais uma palavra que, no Parlamento, as coisas funcionam mal!

Srs Deputados, está encerrado o debate

A próxima sessão terá lugar amanhã, pelas 10 horas, e da respectiva ordem de trabalhos constará a apreciação das propostas de resolução n^o 1, 2, 3, 4, 5 e 6/VIII

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão

Eram 20 horas e 25 minutos

Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa à votação de um requerimento, apresentado pelo CDS-PP, de baixa às Comissões de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente, de Educação, Ciência e Cultura, de Saúde e Toxicodependência e de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para nova apreciação, sem votação na generalidade, do projecto de lei n^o 23/VIII

Os Deputados do Bloco de Esquerda votaram contra o requerimento, apresentado pelo PP, e apoiado pelo PS, no sentido de impor, contra a vontade dos proponentes do projecto, a baixa à comissão da proposta do PSD acerca da «Relocalização Distrital dos Serviços Desconcentrados da Administração Central».

Este requerimento configura uma coligação obstrucionista que impede a expressão da vontade política da Assembleia através de uma votação clara acerca dos conteúdos da proposta, e é um princípio que se bem que regimentalmente possível, é politicamente errado. Assim sendo, qualquer maioria de circunstância pode passar a impedir uma votação, substituindo a pronúncia sobre os méritos da proposta por um expediente administrativo. Cremos que a Assembleia não se prestigia com truques de prestidigitação.

A ser votada a proposta na generalidade, teríamos tomado posição contra o projecto de lei, dada a sua ambiguidade processual e os seus erros de concepção. Votaríamos contra porque pensamos que a experiência indica a vantagem de uma dimensão regional dos serviços que seriam afectados.

Os Deputados do BE, *Francisco Louçã — Luís Fazenda*

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS):

Alexandre António Alves Chaves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Dinis Manuel Prata Costa
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
Luís Pedro de Carvalho Martins
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Arménio dos Santos
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
Manuel Castro de Almeida
Pedro Augusto Cunha Pinto

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Luísa Raimundo Mesquita

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS):

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD):

Luis Manuel Machado Rodrigues
Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 540\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa